



ELINALDO FERREIRA DA COSTA



**Dissertação de Mestrado em Educação do Bolsista da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)**

**A ESCOLA E OS EMBATES DA INTELLECTUALIZAÇÃO E DAS INOVAÇÕES
TECNOLÓGICAS NO *HABITUS* DO TRABALHO CAMPONÊS AMAZÔNICO**

**MANAUS – AM
2020**

ELINALDO FERREIRA DA COSTA

Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)

A ESCOLA E OS EMBATES DA INTELLECTUALIZAÇÃO E DAS INOVAÇÕES
TECNOLÓGICAS NO *HABITUS* DO TRABALHO CAMPONÊS AMAZÔNICO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em educação.

Linha de pesquisa 2: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Área de concentração: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Orientadora: Prof^ª. Dr^ª. Arminda Rachel Botelho Mourão

MANAUS – AM

2020

Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

C837e Costa, Elinaldo Ferreira da
A Escola e os embates da intelectualização e das inovações tecnológicas no habitus do trabalho camponês amazônico / Elinaldo Ferreira da Costa. 2020
172 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Arminda Rachel Botelho Mourão
Dissertação (Mestrado em Educação - Educação e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Trabalho. 2. Conhecimento Tradicional. 3. Modus Vivendi. 4. Educação. I. Mourão, Arminda Rachel Botelho. II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

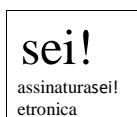
Universidade Federal do Amazonas
Faculdade de Educação
Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação

Ata da Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do discente **ELINALDO FERREIRA DA COSTA**, intitulada "**A escola e os embates da intelectualização e das inovações tecnológicas no habitus do trabalho camponês Amazônico**", realizada no dia 22 de dezembro de 2020.

Aos vinte e dois dias do mês de dezembro ano de dois mil e vinte, às 9 horas, horário de Manaus/AM, por videoconferência, via aplicativo Google Meet, realizou-se a Defesa Pública da Dissertação de Mestrado do discente **Elinaldo Ferreira da Costa**, intitulada "**A escola e os embates da intelectualização e das inovações tecnológicas no habitus do trabalho camponês Amazônico**". A Banca Examinadora foi composta pelos Professores Doutores: Profa. Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão (Orientadora/Presidente) — CIFAM, Profa. Dra. Heloisa da Silva Borges (Membro Interno) — CIFAM e a Profa. Dra. Selma Suely Baçal de Oliveira (Membro Interno) — CIFAM. A Profa. Dra. Clarice Zientarski (Membro Externo) — IJFC não se fez presente na sala virtual, mas encaminhou seu parecer, que foi lido na hora da defesa. A presidente deu início a sessão, convidando os membros da Banca Examinadora e o mestrando, **Elinaldo Ferreira da Costa**, a se pronunciarem e, em seguida, assumiu a do trabalho, informando sobre os procedimentos do exame. A palavra foi dada em seguida ao mestrando para apresentação dos resultados de seu estudo. Após a apresentação, o presidente passou a palavra aos membros da Banca Examinadora para seus questionamentos e arguição ao candidato. Em seguida, o mestrando respondeu às perguntas, acatando as sugestões formuladas. Após, a Banca Examinadora se reuniu para deliberação, divulgando a seguir o resultado de sua avaliação: a Dissertação do mestrando **Elinaldo Ferreira da Costa** foi **APROVADA** por unanimidade. A sessão foi encerrada às 11 horas e 50 minutos, e eu, Luciene Mafra de Vasconcelos, Técnico-Administrativo em Educação, lotada na Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Amazonas, lavrei a presente ata que, após conferência virtual, vai assinada por mim, pela Banca Examinadora e pelo discente **Elinaldo Ferreira da Costa**.



Documento assinado eletronicamente por **Luciene Mafra de Vasconcelos**, Secretária, em 11/01/2021, às 11:28, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 52, § 12, do Decreto ne 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Elinaldo Ferreira da Costa**, Usuário Externo, em 11/01/2021, às 14:54, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 52, § 12, do Decreto ne 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Clarice Zientarski**, Usuário Externo, em 12/01/2021, às 08:19, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 62, § 12, do Decreto ne 8.539 de 8 de outubro de 2015.

sei!

assinaturasei!
eletronica

Documento assinado eletronicamente por **Heloísa da Silva Borges**, Professor do Magistério Superior, em 12/01/2021, às 09:29, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 52, § 12, do Decreto ne 8.539, de 8 de outubro de 2015.

sei!

assinatura
eletronica

Documento assinado eletronicamente por **Selma Suely Baçal de Oliveira**, Professor do Magistério Superior, em 12/01/2021, às 09:59, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 62, § 12, do Decreto ne 8.539, de 8 de outubro de 2015.

sei!

assinatura
eletronica

Documento assinado eletronicamente por **Arminda Rachel Botelho Mourão**, Professor do Magistério Superior, em 12/01/2021, às 10:24, conforme horário oficial de Manaus, com fundamento no art. 62, § 12, do Decreto ne 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufam.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0415208** e o código CRC **03F121EC**.

Dedicatória

Aos meus pais, dona Joana e seu Felipe, seus sonhos ganharam vida e sou grato por seu amor incondicional.

À minha irmã Aira, sua alma iluminada tem sido uma inspiração todos os dias, obrigado por chorar comigo nos dias mais difíceis e sorrir comigo nos dias mais felizes.

Aos meus irmãos Gil (in memoriam), Joanir, Oseias, Gabriel, Ageu e Heverson, nossos sonhos se materializaram, obrigado pelo amor meus irmãos.

AGRADECIMENTOS

Percorro em minha mente, um vasto acervo de memórias construídas no processo de amadurecimento deste trabalho. Da solidão da escrita ao silêncio estridente das teorias, do método, da análise dos dados.

Neste momento tenho mais dúvidas que certezas, mais perguntas que respostas. Neste processo me desconstruí dos conceitos, paradoxos e crenças. Incertezas, inseguranças estiveram sempre batendo à porta, contudo, o medo não é paralisante, caboclo que sou, compreendemos o medo com cautela, elemento primordial para embrenhar-se nas matas desconhecidas.

Mais uma vez eu fui morto, dessa vez na pele de uma mulher da periferia, de cor negra, cabelos emaranhados, dessa vez eu fui morta fuzilada em exercício do meu dever democrático, também fui morto em câmara de gás, morri fugindo da morte nas cruzadas que travei contra os oceanos, houve vezes que morri lentamente, dessa vez na pele de uma jovem branca, cabelos lisos e pretos, meu crânio foi afundado e minhas costelas trituradas. Ainda assim, insisto em renascer, eu quero viver. Essa dor e inconformismo na alma é reflexo das mortes que sofro cada vez que ousar viver, mas não calo! O silêncio de morte grita na esquina, sinto um arrepio na nuca, mas o que me conforta é saber que tem muita gente dessa vez me ajudando a ser resistência. As dezenas e milhares de vezes que morri não calam meu grito por vida e vontade de viver. O silêncio de morte não nos fará calar! Avante e com bom ânimo, a luta continua.

Minha vida não é simplesmente uma questão de diferença, é uma questão de resistência, e é por isto, que sou grato eternamente as pessoas que resistiram comigo:

Agradeço, a minha orientadora Professora Arminda Mourão, por sua sensibilidade e sua confiança, ao me escolher na banca de seleção a senhora mostrou para este menino que os sonhos são possíveis.

Agradeço também ao Luiz Fernando Correia de Almeida, que me ajudou a construir o projeto de ingresso no Mestrado, sobretudo por seu companheirismo e amizade.

Sou grato à Nara Sheila Drumond Alves, responsável por me ensinar a ler e escrever na Escola Alexandre Jose Antunes, sou eternamente grato pelo ensino, você minha querida amiga estará sempre em minhas orações e agradecimentos.

À minha família, meus irmãos Aira, Gil, Joanir, Oseias, Gabriel, Ageu e Heverson, sei que vocês abriram mão dos seus sonhos para que eu pudesse realizar os

meus, naquela época nossos pais não tinham condição de manter mais de um filho na cidade, estou aqui por vocês. Aos meus pais, Joana e Felipe, sei que a vida não foi fácil, sei do sacrifício que fizeram para que seu filho pudesse sonhar, sou eternamente grato por seu amor, por suas vidas, nada me orgulha tanto quanto ser seu filho.

Agradeço, todos os sujeitos da pesquisa, trabalhadores e trabalhadoras, agricultores e agricultoras, pescadores e pescadoras da Costa da Conceição, além de todos os professores da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, sujeitos concretos, sem os quais a pesquisa não teria se realizado.

De modo geral, agradeço a todos os meus amigos, de forma especial a Marcineuza Santos, Ivanilde Lima, Reinaldo Menezes, Juliana Medeiros, Roberta Arival, Alexandre Magalhães, Iraci Uchôa, Suely Magalhães, fundamentais nesta caminhada.

Ao meu amado esposo e companheiro Douglas Souza, por seu carinho e amor em momentos fundamentais nessa caminhada, foram tantas as vezes que lemos juntos o texto escrito, horas me ouvindo, escutando, me ensinando e compartilhando esse sonho, sou grato por ter você em minha vida.

Agradeço a Associação de Pós-Graduandos da Universidade Federal do Amazonas, organização a qual faço parte e que teve importante contribuição na minha formação como militante da Educação e que tem sido um lugar de fala em defesa de uma universidade pública e gratuita.

Agradeço a toda equipe de profissionais do Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE por sempre estarem disponíveis nos dias que precisei.

A CAPES, agência financiadora da pesquisa, pois possibilitou o recurso necessário para a execução do Projeto de Pesquisa e agradeço também a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM por sua parceria, financiamento e parceria com o PPGE e com a nossa UFAM.

RESUMO

Este trabalho é resultado da pesquisa intitulada “A Escola e os embates da Intelectualização e das Inovações Tecnológicas no Habitus do Trabalho Camponês Amazônico”, desenvolvida no povoado da Costa da Conceição, município de Itacoatiara no Estado do Amazonas, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, vinculado à linha de Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional, articulado ao núcleo temático de Educação, Culturas e Desafios Amazônicos. A pesquisa foi norteadada pelo questionamento: diante do processo globalizante no contexto Amazônico, qual é o papel da escola frente aos embates da intelectualização e das inovações tecnológicas no habitus do trabalho na Comunidade camponesa Costa da Conceição no Município de Itacoatiara? A pesquisa teve como objetivo geral, conhecer o papel da escola frente os embates das inovações e da intelectualização nos habitus do trabalho na comunidade camponesa Costa da Conceição no Município de Itacoatiara. Orientada por três objetivos específicos: 1) mapear os habitus de trabalho presentes no entorno da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva na comunidade camponesa Costa da Conceição, 2) diagnosticar a relação entre o modus vivendi no trabalho e a Inserção de novas técnicas no meio camponês da comunidade Costa da Conceição; e 3) dissertar a potencialidade da Escola frente às novas técnicas e os embates destas no habitus do trabalho. As principais fontes de informações empíricas foram às entrevistas semiestruturadas, que no decorrer da pesquisa de campo, foram realizadas e os dados coletados. Apoiou-se nos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica e documental em uma abordagem dialética. Adotou-se como categorias empíricas o Trabalho, o Conhecimento Tradicional e o Modus Vivendi. A pesquisa permitiu concluir, a reestruturação produtiva empreendida na fábrica avança sobre os mundos do trabalho, influenciando as organizações sociais e o Estado, afirmamos que o trabalhador camponês está inserido nesse contexto. Na comunidade identificamos que as essas relações são construídas com base no modus de vida do sujeito, onde a Pedagogia das Águas emerge como mediadora das relações de trabalho e aprendizagem, com destaque para o trabalho das crianças como princípio educativo, frente a essas questões é preciso modificar essa relação escola e comunidade pois se a escola adentra no mundo do trabalho, a relação trabalho e educação poderá fazer com que a escola cresça e se fortaleça e os conhecimentos tradicionais podem subsidiar os conhecimentos científicos, os conteúdos que são passados na escola sem as pessoas saberem o porquê, onde a escola possa aproveitar os conhecimentos empíricos construídos para subsidiar os conhecimentos científicos trabalhados na escola.

Palavras-Chave: Trabalho. Conhecimento Tradicional. Modus Vivendi. Educação.

ABSTRACT

This work is the result of a research entitled “The School and the clashes of Intellectualization and Technological Innovations in the Habitus of Peasant Amazon Work”, developed in the village of Costa da Conceição, municipality of Itacoatiara in the State of Amazonas, in the Postgraduate Program in Education of the Federal University of Amazonas, linked to the line of Education, Public Policies and Regional Development, linked to the thematic nucleus of Education, Cultures and Amazonian Challenges. The research was guided by the question: before the globalizing process in the Amazon context, what is the role of the school in the face of the clashes of intellectualization and technological innovations in the habitus of work in the peasant community Costa da Conceição in the municipality of Itacoatiara? The research had as general objective, to know the role of the school in the face of the clashes of innovations and intellectualization in the habitus of work in the peasant community Costa da Conceição in the Municipality of Itacoatiara. Guided by three specific objectives: 1) to map the working habituses present in the surroundings of the Anília Nogueira da Silva State School in the peasant community Costa da Conceição, 2) to diagnose the relationship between *modus vivendi* at work and the insertion of new techniques in the peasant environment the Costa da Conceição community; and 3) to talk about the School's potential in the face of new techniques and their clashes in the habitus of work. The main sources of empirical information were the semi-structured interviews, which were carried out during the field research and the data were collected. It was supported by the methodological procedures of bibliographic and documentary research in a dialectical approach. Empirical categories were adopted as Work, Traditional Knowledge and *Modus Vivendi*. The research allowed to conclude, the productive restructuring undertaken in the factory is advancing on the worlds of work, influencing social organizations and the State, we affirm that the peasant worker is inserted in this context. In the community, we identified that these relationships are built based on the subject's *modus* of life, where Pedagogy of Waters emerges as a mediator of work and learning relationships, with emphasis on children's work as an educational principle. modify this relationship between school and community because if the school enters the world of work, the relationship between work and education can make the school grow and strengthen and traditional knowledge can subsidize scientific knowledge, the contents that are passed on at school without the people know why, where the school can take advantage of the empirical knowledge built to subsidize the scientific knowledge worked in the school.

Keywords: Work. Traditional Knowledge. *Modus Vivendi*.

RESUMEN

Este trabajo es el resultado de una investigación titulada “La escuela y los enfrentamientos de la intelectualización y las innovaciones tecnológicas en el hábitat del trabajo campesino amazónico”, desarrollada en la vereda Costa da Conceição, municipio de Itacoatiara en el Estado de Amazonas, en el Postgrado Programa en Educación de la Universidad Federal de Amazonas, vinculado a la línea de Educación, Políticas Públicas y Desarrollo Regional, vinculado al núcleo temático de Educación, Culturas y Desafíos Amazónicos. La investigación se guió por la pregunta: ante el proceso de globalización en el contexto amazónico, ¿cuál es el papel de la escuela frente a los choques de intelectualización e innovaciones tecnológicas en el habitus de trabajo en la comunidad campesina Costa da Conceição en el municipio? de Itacoatiara? La investigación tuvo como objetivo general, conocer el papel de la escuela frente a los choques de innovaciones e intelectualización en el habitus de trabajo en la comunidad campesina Costa da Conceição en el Municipio de Itacoatiara. Guiado por tres objetivos específicos: 1) mapear los hábitos de trabajo presentes en los alrededores de la Escuela Estatal Anília Nogueira da Silva en la comunidad campesina Costa da Conceição, 2) diagnosticar la relación entre el modus vivendi en el trabajo y la inserción de nuevas técnicas en el ámbito campesino la comunidad de Costa da Conceição; y 3) hablar sobre el potencial de la Escuela frente a las nuevas técnicas y sus choques en el habitus de trabajo. Las principales fuentes de información empírica fueron las entrevistas semiestructuradas, que se realizaron durante la investigación de campo y se recolectaron los datos. Se apoyó en los procedimientos metodológicos de la investigación bibliográfica y documental en un enfoque dialéctico. Se adoptaron categorías empíricas como Trabajo, Conocimientos tradicionales y Modus Vivendi. La investigación permitió concluir, la reestructuración productiva emprendida en la fábrica avanza en los mundos del trabajo, incidiendo en las organizaciones sociales y el Estado, afirmamos que el trabajador campesino se inserta en este contexto. En la comunidad, identificamos que estas relaciones se construyen a partir del modo de vida del sujeto, donde la Pedagogía de las Aguas surge como mediadora de las relaciones de trabajo y aprendizaje, con énfasis en el trabajo de los niños como principio educativo. Modificar esta relación entre escuela y comunidad. porque si la escuela ingresa al mundo laboral, la relación entre trabajo y educación puede hacer crecer y fortalecer la escuela y los conocimientos tradicionales pueden subsidiar el conocimiento científico, los contenidos que se transmiten en la escuela sin que la gente sepa por qué, a dónde puede llevar la escuela aprovechamiento del conocimiento empírico construido para subsidiar el conocimiento científico trabajado en la escuela.

Palabras clave: trabajo. Conocimientos tradicionales. Modus vivendi.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização Geográfica do Município de Itacoatiara (AM)	73
Figura 2 – Mapa de distribuição dos Polos Administrativos do município de Itacoatiara	75
Figura 3 – Mapa de Aptidão das terras do município de Itacoatiara.....	84
Figura 4 - Casa Grande da Vila de São Pedro do Iracema	89
Figura 5 - Sede da Comunidade Nossa Senhora da Paz	90
Figura 6- Sede da Comunidade Nossa senhora das Graças.....	91
Figura 7- Ponte sobre o igarapé de nome Cainamã ou Cainamé na CNSG	92
Figura 8 - (A) Casa de morador residente na comunidade e (B) Sede da Igreja Assembleia de Deus	93
Figura 9 – (A) Sede da Comunidade Adventista, área de lazer e (B) igreja Adventista do Sétimo Dia e Centro Social Comunitário	94
Figura 10 – (A) Sede da Comunidade Nossa Senhora da Conceição e (B) Casa Flutuante	96
Figura 11 – (A) Festividade na CNSC organizado pelo (B) Amazonense Esporte Clube	97
Figura 12 – Regime do imaginário das Águas	104
Figura 13 – Pedagogia das Águas e seus Tempos	106
Figura 14 – Tempo da água	107
Figura 15 – Tempo de Plantar, roçados para a plantação de Maracujá.....	108
Figura 16 – Tempo de Colher.....	108
Figura 17 - Tempo das Lições Aprendidas.....	111
Figura 18 – Plantações de Graviola no povoado da Costa da Conceição	120
Figura 19 – Roçados de Plantações de Maracujá na Comunidade Nossa Senhora da Conceição	121
Figura 20 – Roçados com plantações mista de Melancia e Maracujá.....	122
Figura 21 – Mapa geográfico de localização da EEANS	129
Figura 22 - Estruturas antigas da sede da comunidade construídas em 1991.....	130
Figura 23 – Triangulação da Relação das Categorias Luta e Resistência	138
Figura 24 – Transporte Escolar da EEANS (lança em alumínio que realiza o transporte dos estudantes).....	144
Figura 25 - EEANS após o ciclo da cheia do ano de 2018.....	149
Figura 26 – Estudante na estrutura improvisada após chuva torrencial na comunidade	151

LISTA DE ABREVIATURA DE SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNS	Conselho Nacional de Saúde
DP	Desvio Padrão
EB	Escore bruto
EPO	Esquema Pedagógico Operativo
EEANS	Escola Estadual Anília Nogueira da Silva
FAPEAM	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
MCTIC	Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações
NVivo	Software de Análise e Categorização
ORT	Organização Racional do Trabalho
ONG	Organização Não-Governamental
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio
PNE	Plano Nacional de Educação
PDRE	Plano Diretor da Reforma do Estado
PROTEC	Pró-Reitoria de Inovação Tecnológica
QSE	Questionário semiestruturados
ZFM	Zona Franca de Manaus
ZFV	Zona Franca Verde
SNUC	Sistema Nacional de Conservação da Natureza
SUDAM	Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
SPVEA	Superintendência de Valorização Econômica da Amazônia
TAC	Teoria da Administração Científica
TCA	Teoria Clássica Científica
TGA	Teoria Geral da Administração
TRH	Teoria das Relações Humanas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – As fases da pesquisa estruturadas por meio dos objetivos específicos do projeto.....	30
Quadro 2 – Síntese das abordagens prescritivas e normativas da Administração e seus aspectos fundantes	50
Quadro 3 – Esquema dos ciclos desenvolvimentista do Brasil e que marcaram a Amazônia	67
Quadro 4- O povoado da Costa da Conceição: Organizações sociais das comunidades	83
Quadro 5- As correntes teóricas que discutem o Conhecimento Tradicional	113
Quadro 6 – Sistematização em Clauster das Categorias.....	116
Quadro 7 – Percepções dos Estudantes quando ao Modus Vivendi e a Escola.....	119
Quadro 8 – Planejamento dos procedimentos Técnicos do Projeto de Pesquisa.....	125

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perfil dos Estudantes da E.E. Anília Nogueira da Silva	132
Gráfico 2- Qual o curso superior que você gostaria de cursar?.....	132
Gráfico 3- Profissão exercida pelos estudantes nas suas comunidades.....	133
Gráfico 4 – Resultado consolidado do Projeto Tempo de Acelerar/Telecurso 200 na EEANS nos anos de 1998 à 2002.....	136

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Demonstrativo de Estudantes matriculados na EEANS de 1991 à 2020.... 130

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS	17
CAPÍTULO I	38
O DOMÍNIO CAPITALISTA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR	40
1.1. As Influências do Modo de Produção Capitalista na Educação do Trabalhador.	40
1.2. Panorama Histórico do Trabalho no Contexto Amazônico.....	54
1.3. <i>Habitus</i> de Trabalho: os ciclos desenvolvimentistas	65
CAPÍTULO II	71
OS SABERES E <i>MODUS VIVENDI</i> COMUNITÁRIO	71
2.1. O município de Itacoatiara (AM)	71
2.2. Conceituando o Território: Territorialidade e Pertencimento	76
2.3. A comunidade do povoado da Costa da Conceição	79
2.4. Breve Histórico das comunidades do Povoado da Costa da Conceição.....	88
2.5. Intellectualização, Inovações Tecnológicas e o Trabalho Camponês	97
2.6. O <i>Modus Vivendi</i> camponês e as Novas técnicas	101
2.7. A pedagogia das águas	103
2.8. Os saberes e o fazer socializados.....	111
CAPÍTULO III	125
3.1.ESPAÇO HISTÓRICO: ESCOLA, TRABALHO E RESISTÊNCIA	125
3.2. A Escola: breve histórico.....	128
3.3. A Escola e as lutas/resistência no <i>habitus</i> do trabalho	134
3.3.1. Luta e Resistência no contexto escolar do povoado	138
CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	157
ANEXOS	165
Anexo 1 - QSE Professores	165
Anexo 2 – QSE Estudante	166
Anexo 3 – QSE Camponeses Comunitários	167
Anexo 4 – Decreto nº 13.702, de 23 de janeiro de 1991, cria a EEANS	168
Anexo 5 – Termo de Anuência Escola Estadual Anília Nogueira da Silva	169
Anexo 6 – Aprovação de Projeto de Pesquisa no CEP/Plataforma Brasil	170
Anexo 7 – Lei nº 282 de 25 abril de 1874, elevação de Itacoatiara a categoria de cidade	171

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Não tenho raiva de quem assim pensa. Lamento apenas sua posição: a de quem perdeu seu endereço na História (Paulo Freire, 1996, p. 11).

No recorte acima extraído da obra “Pedagogia da Autonomia” Paulo Freire realiza sua crítica consciente no contexto em que o ideário neoliberal se apropria da categoria Autonomia e conclama a reflexão da força do discurso ideológico e os desdobramentos que esse pensamento opera na individualidade e competitividade. Nosso trabalho se debruça em discutir como a concepção ideológica do capital tem adentrado as comunidades camponesas amazônicas, inserindo esses territórios nas dinâmicas violentas do capital.

Minha relação como pesquisador do objeto na Universidade Federal do Amazonas emerge com o Projeto de Iniciação Tecnológica “Apresentação de estratégias para a transferência e o licenciamento de tecnologias desenvolvidas na Universidade Federal do Amazonas – UFAM” que contou com o apoio e fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Amazonas – (FAPEAM) e foi realizado no âmbito da Pro - Reitoria de Inovação Tecnológica (PROTEC), ainda no curso de graduação em Administração na UFAM assumo a responsabilidade pela busca em entender e compreender o processo globalizante no contexto Amazônico e esse projeto de desdobra na pesquisa do mestrado em Educação onde buscamos entender qual é o papel da escola frente aos embates da intelectualização e das inovações tecnológicas no *habitus* do trabalho na Comunidade camponesa Costa da Conceição no Município de Itacoatiara?

Eu amo esses rios da selva, em suas restingas meus olhos passeiam. O meu sangue nasce nas suas entranhas e nos seus mistérios meus olhos vagueiam.
(Chico da Silva, Amazonas meu amor, 1999)

Resgatamos os versos de Chico no sentido de escrever como me construo pesquisador e minhas motivações em estudar o objeto ou seria escutar o objeto? Permitir que leiam minha trajetória é permitir escancarar minha janelas, colocar minhas memórias imprimidas nas letras desse texto foi um processo de imersão em lembranças que foram ao encontro com um ser social cerceado pela invisibilidade dos sujeitos amazônicos, de um certo modo foi dolorido reviver memórias que o próprio cérebro havia bloqueado, alerta aos leitores que o objeto apreendido nesta pesquisa me acompanha desde a infância e como camponês que sou esforcei-me para manter a

distância ética do objeto, das transcrições das entrevista e questionários aplicados no campo da pesquisa.

Minhas concepções de mundo estão ancoradas em uma opção política que tem na dialética de Marx sua fundamentação teórica e a práxis¹ do trabalho que nos torna humano. Eu sou o sétimo dos oito filhos, nasci em um país recente redemocratizado, no Povoado da Costa da Conceição. Desde de muito jovem, ainda menino eu sofri várias violências, psicológica, sexual, moral e a violência da fome, por tempo demais eu segui acreditando que eu era o culpado por essas violências, por sentir medo, por ter fome e sonhos. Aos meus 10 anos eu já desejava fugir de casa, pedia para algum ser sobrenatural encerrar minhas dores, um pensamento sempre estava presente naqueles dias difíceis e repetidamente me assombrava pôr um fim na minha tortura, eu não sabia naquela época conceituar esse pensamento, hoje eu o conheço como suicídio. Encontrei algozes desde muito cedo, por isso alerta que este texto não busca romantizar nenhuma relação aqui emergida seja com suas categorias ou com as ideias defendidas no esforço teórico em evidenciar como a violência estrutural do capital se impõe.

Durante a minha infância eu costumava frequentar com meus pais uma igreja no povoado, nunca entendi muito bem o motivo de ir todos os dias a noite e aos domingos de manhã aquele lugar, era estafante e cansativo, diferente da escola que era um lugar com gritos e uma algazarra generalizada, porém mais edificante e seguro. Hoje entendo que durante muitas vezes na minha infância eu fui violentado na igreja, sexual e moralmente e de certo modo meu inconsciente guardou isso protegido nas minhas memórias.

Aos 10 anos fui matriculado na Escola Municipal Alexandre José Antunes na 1ª Série, quando cheguei na escola já sabia ler e efetuar cálculos básicos, os responsáveis pela minha alfabetização foram meus irmãos mais velhos. Nos anos 2000 eu concluo os estudos naquela escola. Foram anos de muita felicidade, tínhamos 2 professoras para duas salas de aula multisseriadas, então nossos irmãos e parentes mais velhos acabavam sendo nossos professores em sala de aula, pois eramos muitas crianças e diferentes séries para uma única professora por sala, os momento mais esperados das horas que eu passava na escola eram a hora da “merenda” que em muitas vezes foram as únicas

¹ Entende-se a **práxis** como a dialética entre a produção e a prática social. Alves (2010, p. 7) resgata o conceito epistemológico da práxis na obra de Marx e afirma que a expressão práxis em Marx refere-se à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio da qual o homem cria (faz, produz), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica do homem que o torna basicamente diferente de todos os outros seres.

refeições que eu teria durante o dia, então sim a escola para mim naqueles anos era uma questão de segurança, pois me abrigava e protegia da fome. Naqueles dias ir para a escola significava também não ser violado sexualmente ficando em casa, então sim a escola era abrigo.

Meus pais casaram-se muito cedo, gostaria que meu leitor entenda que falo de um contexto singular e que não carrego nenhuma culpa, assim como não responsabilizo meus pais pelo que ocorria em segredo comigo, eu o amo e compreendo que ao tomarem conhecimento dos ocorridos poderiam me ajudar, a culpa é do abusador que para disfarçar a violência imputava a culpa por meio do poder da manipulação psicológica. Meus pais trabalhavam muito, nessa época já eram 8 filhos e o pouco alimento que conseguiam as vezes apenas nos alimentavam e diversas vezes tive que ver minha mãe dizer que não estava com fome e que eu podia comer o pedaço de peixe com algumas colheres de farinha e me lembro dela soluçar em silêncio enquanto me segurava em seu colo. Isso diversas vezes me impediu de pedir socorro, pois sabia que minha mãe tinha fardos pesados demais.

Este trabalho não vai adentrar a questão da violência sexual nas comunidades camponesas, trago minhas lembranças em função do movimento necessário da minha construção do ser social pesquisador, em trabalhos futuros fica a provocação para os inquietos desvelarem essa categoria.

A primeira parte dos meus estudos foi concluída aos meus 13 anos, a escola da comunidade não oferta turmas para prosseguir os estudos no Ensino Fundamental, eu seria enviado naquele ano para a Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, uma espécie de escola núcleo que atende o povoado da Costa da Conceição e as demais localidades da região. Contudo, naquele ano a escola suspendeu suas atividades ficando funcionando apenas o turno vespertino e noturno com o Projeto Tempo de Acelerar da Fundação Roberto Marinho em parceria com a SEDUC/AM.

A EANS voltou a ofertar vagas para o Ensino Fundamental no ano de 2002, assim aos meus 15 anos eu retomo os estudos e concluo o Ensino Fundamental em 2005 quando completei 18 anos de idade. Em 2006 aos 19 anos meus pais me enviaram para a casa de uma tia na sede do município de Itacoatiara/AM, minha tia era ex-esposa de um irmão de meu pai, nunca havia tido muito contato com eles durante minha vida. Saliento que em 2002 eu e meu irmão caçula terminamos o Ensino Fundamental juntos na EEANS, porém meus pais não tiveram condições de enviar meu irmão e eu para a cidade, ele era mais novo e a casa de minha tia não podia receber mais de um de nós,

naquele ano foi o rompimento de uma relação de amizade com meu irmão que nunca mais seria reconstruída e tive que me acostumar com a distância dele e de mamãe.

Em Itacoatiara eu comecei o Ensino Médio na Escola Estadual Deputado João Valério de Oliveira, o GM3 no ano de 2006. Diferente de minhas escolas na comunidade essa era uma escola muito grande, com quadras de esporte, biblioteca, refeitório, laboratório de informática e foi uma experiência importante para minha vida esta fase vivida, me vi com questões que eu não tinha contato na comunidade. Tive a oportunidade de realizar um curso de Informática Básica no Instituto Euvaldo Lodi e também cursei Mecânica de Automóveis no antigo Centro Federal de Educação Tecnológica do Amazonas e diversos cursos profissionalizantes no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

Quando fui aprovado para o 2º ano do Ensino Médio eu mudei de escola em razão de ter me mudado de casa, fui morar com uma tia minha que eu tinha mais afinidade, na Escola Estadual Professora Myrthes Marques Trigueiro eu pude fazer novas amizades e foi por um programa de emprego da escola que fui selecionado pelo IEL para estagiar na Associação Comercial de Itacoatiara (ACI), foi meu primeiro emprego e que me ajudou a me manter estudando durante aquele ano de 2007.

Em 2008 mais uma mudança abrupta se impôs em minha vida, dessa vez eu me mudo para a capital Manaus/AM para morar com minha irmã. Em Manaus eu estudei o último ano do Ensino Médio em 3 Escolas diferentes, o primeiro semestre na Escola Estadual Professor Comte de Alencar, na Escola Estadual Deputado Josué Claudio de Souza e na Escola Estadual Myrthes Marques Trigueiro, ambas no bairro Coroado na Zona Leste da capital.

Em 2008 eu prestei a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), fui aprovado em uma Bolsa Integral no Curso Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Martha Falcão, contudo não cheguei a concluir o curso e tranquei em 2011 restando uma disciplina e a defesa do trabalho de conclusão para finalização do curso. De 2008 a 2018 eu trabalhei em diversas empresas no Polo Industrial de Manaus e em função da materialidade da vida e de questões pessoais eu não concluí o curso de RH. Em 2012 após muitas mudanças na minha vida, fim de um relacionamento conturbado e com a situação financeira mais estável eu volto a estudar para as provas do ENEM, passei aquele ano estudando em casa, pois não tinha condições de pagar um cursinho e influenciado por uma grande amiga minha Marina Vitoria, sonhava em entrar na UFAM. Prestei a prova e tive boas pontuações nas grandes áreas avaliadas, me

candidatei no SISU e fui aprovado para o curso de Administração na UFAM pelas cotas de Estudantes de Escola Pública, fui aprovado também para a Universidade Federal do Maranhão no curso de Administração e optei pela UFAM.

Durante o curso de Administração eu enfrentei diversas dificuldades, por não conseguir conciliar meus horários eu tive que me desligar do emprego, me mantive com recursos do seguro desemprego por alguns meses e passei a estagiar para manter-me na universidade. Durante o curso inteiro eu acessei o Restaurante Universitário que em muitas vezes me saciaram a fome, mais uma vez eu enfrento a violência da fome.

Em 2018 no último período da graduação eu decidi concorrer uma vaga no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFAM, fui muito incentivado pelo Luiz Fernando Almeida a disputar uma vaga no programa, montei meu projeto de pesquisa, estudei incansavelmente a bibliografia do edital e fui aprovado na prova escrita, avancei para a arguição e defesa do projeto e fui selecionado para cursar o mestrado.

Em resumo eu analiso minha trajetória em 3 momentos distintos, o primeiro que me remete a buscar na escola a segurança contra as violências que sofri, o segundo momento eu identifico com a ruptura de minha relação de amizade com meu irmão mais novo e minha família em função da minha saída da comunidade rumo a cidade e em terceiro minha aprovação na Universidade Federal do Amazonas na Graduação e Pós-Graduação. Eu sou o primeiro dos 8 filhos a concluir um curso superior, o primeiro a chegar ao Mestrado e sonhar com o doutorado. Me ensinaram a me culpar e a viver um silêncio de morte desde criança. Hoje não mais! Os tempos de violência e silêncio não me tornaram ressentido ou insensível, eu vivi as violências que me proponho a dissecar neste texto. Acredite, eu conheço a violência pois eu aprendi a ser isso desde cedo, passei muito tempo acreditando que esta era a única forma de perceber o mundo. Mas o mundo é maior que isso, a luta de classe e movimento da vida material nos torna aptos para travarmos lutas maiores, onde as violências devem ser desmontadas estruturalmente e aqui o esforço teórico é importante aliado nessa peleja.

Assim entendemos que o nosso estudo se baseia no crescente avanço das técnicas e suas tecnologias e como estas têm modificado as relações de trabalho e modo de vida nas comunidades tradicionais camponesas, afetando a relação homem natureza, homem produção, bem como as formas tradicionais do manuseio da terra e seus recursos, assim como o avanço de área aberta sobre a floresta, impactando a fauna e flora da região.

O Estado do Amazonas apresentou uma taxa de 59% de desmatamento, foi o estado com o maior crescimento nos registros, entre os estados da Amazônia Legal, no período de agosto de 2015 a julho de 2016, segundo dados do Ministério do Meio Ambiente, de Ciência, Tecnologia, Inovações e de Comunicações (MCTIC, 2017).

Outro fator mitigador deste estudo surge quando analisado os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad)² do ano de 2013, a qual aponta que em oito anos o Amazonas reduziu apenas 1,4% o índice de analfabetismo no Estado. Em 2012, segundo a Pnad havia no Amazonas 367 mil (13,1%) pessoas analfabetas, em comparação com o ano anterior o percentual foi reduzido para 11,5%, ainda assim há déficit de 384 mil pessoas a serem alfabetizadas em todo o Estado e a maioria dessas pessoas sem acesso a alfabetização são crianças de 5 a 7 anos, que em suma podem refletir a ausência do ensino na modalidade pré-escola.

Outro grupo vulnerável é a população de idosos acima de 60 anos de idade, 27% são analfabetos em torno de 77 mil pessoas, os adultos (30 a 59 anos) somam 106 mil analfabetos, 70 mil desses moram nas cidades e 36 mil na zona rural. Em 2012 o Amazonas atingiu 3.683.000 habitantes e de 2004 a 2012 a queda da população rural foi de 6,82%. Há oito anos moravam 735 mil pessoas no interior do estado, em 2012, este número caiu para 709 mil. Considerando o espaço territorial do estado, pode-se concluir que a densidade demográfica de sua zona rural é de 0,4 habitantes por km². Os idosos acima de 60 anos já representam 7% da população amazonense, contudo a população ainda é predominantemente jovem, onde 50% é formada por pessoas de 0 a 24 anos de idade.

Neste âmbito, o processo globalizante no contexto amazônico desponta com o avanço científico e tecnológico contemporâneo, configurando-se como um paradoxo que confronta a experiência humana com um quadro tanto de perda de recursos naturais e por suas implicações calamitosas que afetam a qualidade de vida nos diferentes quadrantes da região, quanto de destruição de etnias e modalidade de organizações sociais singulares no plano local. Neste sentido, a conjuntura que se apresenta denota um quadro de risco social e ambiental.

²A Lei nº 010172/2001 aprovou o Plano Nacional de Educação (PNE), este plano estabeleceu como objetivos principais a elevação global do nível de escolaridade, melhoria da qualidade do ensino e a redução das desigualdades sociais e regionais no tocante ao acesso e a permanência, democratização da gestão, entre outros. A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD, 2013) aponta que as metas bases do PNE não foram atingidas, em alguns casos o efeito foi uma acentuada desigualdade e redução de postos de trabalho, acesso ao emprego, escola e moradia. O PNE para o decênio 2011-2020, promove uma readequação das metas do plano, estendendo o alcance de algumas metas até 2020, em suma as metas 1, 2 e 3 sofreram alterações profundas e significativas.

A comunidade estudada é composta em sua maioria por pessoas de baixa renda com baixo nível de escolarização, nota-se um intenso processo migratório dos jovens para os centros urbanos (Manaus, Itacoatiara, etc.) onde há uma concentração do capital e do trabalho. Destaca-se ainda uma apropriação do mundo das técnicas capitalistas para facilitar o processo de manufatura, instrumentalização e apropriação de técnicas que em algumas situações podem representar algum risco ou eficiência da relação homem e natureza.

Até pouco tempo a Amazônia era considerada uma área de poucos recursos, o que limitava as possibilidades de os grupos humanos desenvolverem na região uma sociedade avançada (SOUZA, 2009, p. 32), “os achados e descobertas arqueológicas eram atribuídas a presenças passageiras de grupos andinos e mesoamericanos”. Contudo, o autor afirma que nos últimos 20 (vinte) anos, surgiram estudos que mudaram essa abordagem e buscaram provar que a Amazônia compôs, na pré-história, um vasto e rico cenário de sociedades humanas, constituídas de grandes complexidades econômicas e sofisticação cultural.

Após a descoberta da Amazônia, no século XVI, Batista (2007) destaca que os povos colonizadores realizaram diversas tentativas de posse: “pela embocadura, os holandeses, franceses e ingleses, e mais os portugueses; atravessando a cordilheira, a oeste, os espanhóis”. O autor pontua que a partilha da Amazônia se deu com a viagem de Pedro Teixeira (1637-1639), demarcando os limites dos domínios Português e Espanhol.

Souza (2009) afirma que quando os colonizadores aqui chegaram, a Amazônia não era uma um vazio demográfico, habitavam este espaço um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica, ocupavam o solo com povoações em escala urbana, possuíam sistemas intensivos de produção de ferramentas e cerâmicas, agricultura diversificada, rica complexidade cultural, ideologias e sistema político centralizado.

Ao passar dos anos e com a inserção de novas populações nas calhas dos rios, e a catequização das populações nativas, bem como os conflitos que decorreram desta colonização, estas populações foram perdendo espaço frente às novas dinâmicas de ocupação da Amazônia, surgindo inúmeras intervenções de ocupação e tentativas de integração deste espaço as dinâmicas populacionais nacionais, vivenciando diferentes ciclos e declínios econômicos que balizam a relação homem-natureza, homem-trabalho nas mais remotas comunidades camponesas amazônicas.

Esta relação pode ser observada na forma como o homem camponês desenvolve sua relação com o dorso do rio, na comunidade específica esta relação está como Marx (1987) afirma: “a relação homem-natureza constitui uma condição basilar para a sociedade que se baseia no trabalho”. Como o *modus vivendi* das populações amazônicas faz parte, assim, de um processo com base nas culturas indígenas, negra, europeia e de imigrantes, herdando diferentes elementos organizacionais, elas vivenciam peculiaridades de convívio com a natureza, enfrentando as condições ambientais e compatibilizando a utilização dos recursos locais com sua conservação, assim o *habitus* do trabalho torna-se uma expressão do *modus vivendi* no interior das comunidades camponesas, concorrendo para a determinação da identidade sociocultural desses sujeitos.

Engels (1876) afirma que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Engels, recorre a Darwin ao fundamentar sua ideia na teoria evolutiva, onde a raça de macacos antropomorfos passa a desenvolver determinados *habitus* de trabalho, representando um salto na evolução da espécie:

[...] devido ao qual as mãos, ao trepar, tinham que desempenhar funções distintas das dos pés, esses macacos foram-se acostumando a prescindir de suas mãos ao caminhar pelo chão e começaram a adotar cada vez mais uma posição ereta. Foi o passo decisivo para a transição do macaco ao homem (ENGELS, 1876, p. 1).

Neste contexto, o trabalho começa, de fato, com a elaboração de instrumentos, utensílios e técnicas de caça. Essas expressões de trabalho fazem-se representar na elaboração dos instrumentos, a julgar pelos restos que nos chegaram dos homens pré-históricos, pelo gênero de vida dos povos mais antigos registrados pela história, assim como pelo dos selvagens atuais mais primitivos. São instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados também como armas (ENGELS, 1876). Assim, o trabalho torna-se fundamental para a vida humana e a história das sociedades humanas é resultado da inunção de diversificados processos de apropriação dos recursos naturais pela mediação³ da cultura inerente aos diferentes povos que coexistem; na trama complexa que combina intercâmbios e interesse divergentes. Sob égide do legado histórico,

³ A compreensão adotada aqui para conceituar a categoria mediação está em acordo com as concepções de Marx. Diversos autores empenharam-se em explicar como essa categoria foi trabalhada por Marx e para efeito de análise nos deteremos as explicações de Lukács, para ele essa categoria representa a expressão lógica entre o específico (singular) e o geral (universal) que não podem ser compreendidos de modo isolado e por si mesmos. É apenas pela análise dialética da relação entre o singular e o universal que se torna possível a construção do conhecimento concreto.

conflitos e problemáticas afluem constituindo desafios que se renovam na cena contemporânea gerando determinações ao modo de vida, pondo em xeque valores, de homens e mulheres em sociedade (CHAVES; SIQUEIRA, 2014).

No contexto amazônico Pinheiro; Caldas (2016) realizam uma abordagem sobre a evolução das políticas públicas educacionais tendo como ponto em comum os desafios amazônicos no campo dessas políticas da educação básica, demonstrando que os jardins de infância e os cursos preliminares aparecem como sinônimos nos regulamentos das instruções públicas, com práticas que podem sinalizar uma execução diferente do que prevê a legislação, em determinados casos.

Uma das possibilidades desse embate pode ser percebida no seio das comunidades camponesas e o processo de avanço das demandas capitais das cidades sobre essas comunidades. Mourão (2016) mitiga o pensar desses movimentos construtivos do capitalismo, onde o rural e tudo que se refira a estes passam a meros elementos subordinados às demandas das cidades, pontua ainda o êxodo rural desta população para os centros urbanos, onde esses indivíduos passam a compor um exército de mão de obra reserva e excedente.

De acordo com Bobbio (1986, p. 19), esse processo pode ser desvelado quando iluminada “às duas formas clássicas da justiça: distributiva e comutativa”. A justiça comutativa considera que para uma troca “justa”, as duas coisas a serem trocadas devem ter valor igual, a segunda trata-se da justiça distributiva “é aquela na qual se inspira a autoridade pública na distribuição de honras ou de obrigações”, “a cada um segundo o mérito”, “a cada um segundo a necessidade”, “a cada um segundo o trabalho”, o autor destaca que esse ideário surgiu entre as sociedades de iguais e as sociedades de desiguais.

Tais conjunturas, apontam para um universo de existência e sobrevivência que torna possível a estes camponeses estabelecer um *modus vivendi* de relação com o ambiente da região, afirmando relações ecológicas e como a reafirmação de seu *habitus* de trabalho.

É nesse contexto das relações de trabalho, direitos sociais, produção e exploração que Frigotto (2002, p. 53) afirma, “uma democracia efetiva só pode ser construída sob igualdade de condições socioeconômicas, culturais, educativas etc. dos seres humanos na produção da sua vida individual e social”.

Para Marx (1987, p 228-229), quanto ao processo de produção, o homem, intermediário entre a natureza e o produto, por meio do fornecimento de uma mediação que consiste essencialmente na utilização da sua própria energia de trabalho, será

progressivamente substituído pela máquina, passando a ser o processo de produção industrial a força de trabalho intermediário entre a natureza e o produto fabricado.

Neste ínterim a natureza passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia, assim para Marx a relação homem-natureza constitui uma condição basilar para a sociedade que se baseia no trabalho, para o autor o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível, ela é matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual é ativo, a partir da qual produz. Estando esta relação indissociável, pois sua dimensão de realização enquanto ser genérico consiste, também, nesta relação.

O *habitus* do trabalho em comunidades camponesas reúne um conjunto de conhecimentos, frutos da luta pela sobrevivência e da experiência adquirida ao longo dos séculos pelos camponeses, adaptadas às necessidades locais, culturais e ambientais e transmitidos de geração em geração. O homem camponês desenvolve sua relação de sustento com a terra e a complexidade da floresta, sua vivência nas áreas de várzea, junto ao complexo dos igapós, como ambiente de farto alimento, peixes e frutas, bem como sua relação com os barrancos propícios ao cultivo de milho, mandioca, feijão, batatas. O ciclo deste *habitus* de trabalho, sua transmissão em rede familiar, comunitária, possibilitou estas populações um equilíbrio de vida homem-natureza multidimensional, porém dentro de uma concepção local, voltada para o equilíbrio entre esses elementos.

Neste ínterim, o viés e o papel balizador da escola, frente a este cenário local, tornam-se desafiador e mitigador de relações que visem o fortalecimento do trabalho camponês ao mesmo passo em que deve garantir o acesso irrestrito à educação desta população, este acesso é direito da sociedade e dever do Estado (PINHEIRO; CALDAS, 2016). As comunidades locais dependem dos recursos da floresta para uma variedade de propósitos cotidianos e consideram a si mesmas como guardiãs e protetoras dessa diversidade. Desta forma, o trabalho camponês tem ajudado a preservar, manter e até aumentar a diversidade cultural e intelectual ao longo dos séculos.

O desenvolvimento é uma categoria do capitalismo e repercute na conjuntura atual e na vida das populações camponesas, cujo desdobramento de luta pela redemocratização brasileira, em confronto com a expansão neoliberal Inglesa e Americana, culminam em movimentos da sociedade civil organizada, emergem atores e ideário popular de massa, contudo, as populações camponesas amazônicas, devido às dimensões e o cenário regional, quase não participaram dessa apropriação de luta e as políticas públicas de educação não alcançaram essa parcela da sociedade, em acordo com Frigotto (2002, p.

55) o “[...] latifúndio e a perversa distribuição de renda vem mantendo o Brasil como uma das sociedades mais injustas e desiguais do mundo [...]”, apesar dos ganhos obtidos na Constituição Federal de 1988, seus avanços aos poucos são diluídos aos longos dos governos neoliberais brasileiros.

A região Amazônia, historicamente marcada por inúmeros projetos de desenvolvimento e intervenção, disputas políticas e econômicas, internas e externas, do período colonial às décadas recentes, expõe o interesse capital sobre os recursos da região, em meio aos interesses capitalistas encontram-se as comunidades camponesas amazônicas, em muitos casos cerceadas, caladas, assassinadas e apropriadas face ao interesse do capital.

Como resultados desses avanços do capital sobre a Amazônia, inúmeros foram os projetos desenvolvimentistas pensados para a Região, sob a égide do capital e o aumento da produção, bem como a exploração dos seus recursos naturais e culturais e a inserção deste espaço no contexto nacional, surgiram neste âmbito ciclos de apogeu e decadência econômica, o ciclo da borracha com a extração do látex, evidencia uma dinâmica de exploração desses recursos e designações marcantes para os agentes envolvidos, como seringueiro, o coletor do látex; seringalista, o dono da terra; Seringueira, árvore; Seringal, área em que as árvores se encontravam. Essas árvores eram encontradas preferencialmente nos solos úmidos, dispersas nas matas mistas.

As aplicações desse produto ganharam escopo com a descoberta de Charles Goodyear (vulcanização), técnica de adição do enxofre à borracha, aumentando a resistência e a insensibilidade à temperatura (BATISTA, 2007, p. 169-171). Assim, o ciclo da borracha se processou, portanto, em cerca de um século, sendo que seu auge se limitou ao prazo máximo de 32 anos (1880-1912). A riqueza decorrente desta inovação e a exploração desse produto amazônico, beneficiaram as nações colonialistas e manufactureiras.

Com a decadência do ciclo da borracha, surgiram tímidas tentativas de reanimar a economia e integrar a Amazônia ao eixo nacional, surge a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), através da Constituinte de 1946, sendo sancionada a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Contudo, foi difícil estruturar e fazer funcionar a SPVEA, posta em desmonte com a Resolução de 1964. Implanta-se assim o Plano Quinquenal (1955, I: 22-25), com caráter preliminar, com foco em tomada de posição face aos problemas amazônicos, quanto à adaptação do homem às condições de um meio novo. O plano também previa a recuperação das populações amazônicas. Em

termos de execução não se executou nada do que foi previsto, pois as dinâmicas amazônicas não foram consideradas e as ações não tinham estudos balizadores.

Em 1966 a SPVEA converte-se em SUDAM nos moldes da SUDENE, ficando assim sob o encargo da SUDAM o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da economia e o bem-estar social da região amazônica. O Banco da Amazônia foi entregue a administração da SUDAM, e este passa a fomentar programas e projetos de infraestrutura e empreendimentos industriais e pecuários e em pesquisas. Contudo, os planos da SUDAM passam a ser operacionalizados por empresas privadas estranhas à região, evidenciando o domínio do capital e interesse estrangeiro nas políticas amazônicas.

Esses ciclos de tentativas de integração da Amazônia avançam sob a égide do desenvolvimento e industrialização, assim evidencia-se nas políticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com o incentivo a imigração e planejamento de comunidades hierarquizadas e independentes, que foram atraídas através de uma publicidade exagerada e destaca-se também a construção da estrada Transamazônica, como o mais expressivo empreendimento no âmbito da integração rodoviária à malha nacional (BATISTA, 2007)

Esse ciclo de tentativas de integração e aquecimento econômico amazônico volta a seu auge com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1957 e regulamentada em 1960, com finalidade de escopo de entreposto de mercadorias estrangeiras para abastecimento de países vizinhos, que poderiam desenvolver através dela, as suas exportações. Essa base da ZFM não funcionou apesar dos aparatos e órgãos criados. Em 1967 o governo federal reformulou a ZFM, visando o desenvolvimento do interior da Amazônia, criando-se assim uma espécie de franquias especiais para a exportação de mercadorias, materiais, matérias-primas, e diversos produtos destinados ao consumo interno.

Desde o início de seu funcionamento em 1967, a vida de Manaus transformou-se radicalmente, despontando uma intensa atividade comercial na capital amazonense. Em 1968 os benefícios da ZFM são estendidos a outros estados da região norte, cabendo há alguns municípios do interior do Amazonas a implantação de alguns postos de fiscalização.

Tais empreitadas impostas para a Região Amazônica podem ser analisadas por ângulos significativos como a imposição de modelo político-econômico externos e imposição de relações sociais de produção e de forças produtivas constituídas pelas

sociedades locais e regionais no sentido de dominar, controlar e apropriar-se dos seus recursos.

Os projetos desenvolvimentistas supracitados repercutem na conjuntura atual e na vida das populações camponesas amazônicas, cujo principal desdobramento foi a implantação de grandes projetos subsidiados por incentivos fiscais do Estado, que resultaram na depredação dos recursos da flora e fauna e etc. A busca pela maximização dos lucros praticados pelos grandes empreendimentos teve como consequência o usufruto predatório do meio ambiente regional. Tendo em vista que as estratégias e mecanismos de desenvolvimento presentes nas políticas econômicas não se detinham mediante os custos de natureza ambiental, cultural e social.

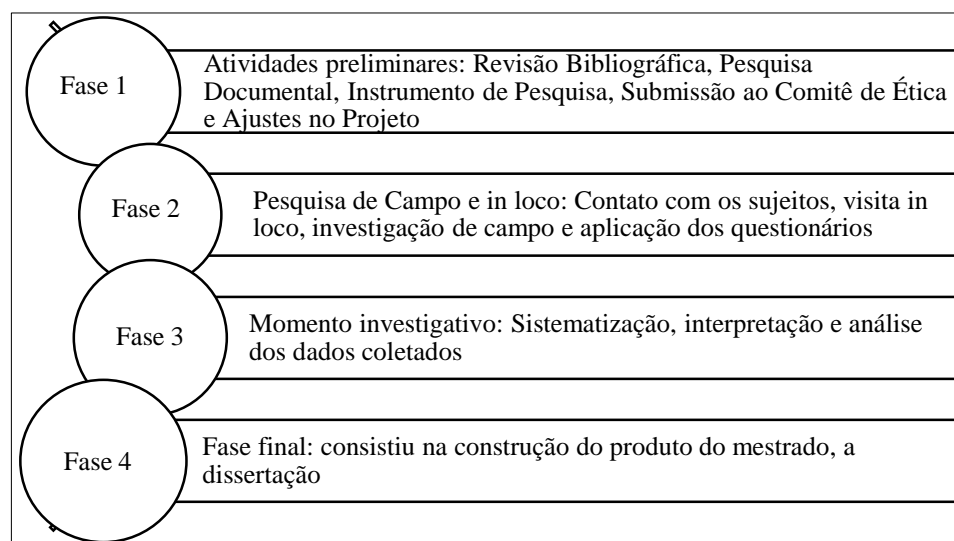
Nestes moldes, o padrão de desenvolvimento implantado na Amazônia, em suas pressões críticas sobre o meio ambiente e sobre os habitantes tradicionais da região, agravou o quadro de empobrecimento de indígenas, camponeses, pescadores, extrativistas, caboclos entre outros. Essa população tradicionalmente explorada na comercialização de seus produtos, sem a justiça comutativa como expressa Bobbio (1987) passou a enfrentar outra forma de expropriação desta vez em escala não dimensional dos recursos naturais disponíveis desencadeando um processo acentuado de destruição ambiental pelo manejo impróprio. Esse fenômeno da expropriação, para Chaves; Siqueira (2014) agravou-se de tal forma que chegou a privá-los, em algumas áreas, do acesso à terra e aos recursos antes disponíveis o que lhes permitia atenuar a exploração tradicional.

Diante deste quadro e dinâmica a pesquisa buscou conhecer o papel da escola frente aos embates das inovações e da intelectualização no *habitus* do trabalho na comunidade camponesa Costa da Conceição no Município de Itacoatiara. Buscando mapear o *modus vivendi* e sua relação com o *habitus* do trabalho presentes na localidade da Escola, como destaca Cury (2008) a sistemática escolar, desvela um potencial inovador frente aos séculos de negação, elitista e seletivo, facilitando o acesso à educação básica a seus cidadãos. Logo, diagnosticar a relação entre o trabalho e Inserção de novas Técnicas no meio camponês da Comunidade da Costa da Conceição e Dissertar a potencialidade da Escola nesse contexto, permitiu ampla compreensão do fenômeno.

O projeto de pesquisa emerge da problemática “diante do processo globalizante no contexto Amazônico, qual é o papel da escola frente aos embates da intelectualização e das inovações tecnológicas no *habitus* do trabalho no povoado camponês da Costa da Conceição no Município de Itacoatiara? ”, assim buscou-se estruturar o estudo tendo por base o objetivo geral: conhecer o papel da escola frente os embates das inovações e da

intelectualização nos *habitus* do trabalho no povoado camponês da Costa da Conceição, operacionalizado por meio de três objetivos específicos: 1) Mapeamento dos *habitus* de trabalho presentes no entorno da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva no povoado; 2) Diagnosticar a relação entre o *modus vivendi* no trabalho e a Inserção de novas técnicas no meio camponês do povoado e 3) Dissertar a potencialidade da Escola frente às novas técnicas e os embates destas no *habitus* do trabalho. A pesquisa foi organizada em 4 (quatro) fases distintas e interligadas (Quadro 1).

Quadro 1 – As fases da pesquisa estruturadas por meio dos objetivos específicos do projeto



Fonte: O autor (2020)

Em seguida estrutura-se a operacionalização dos objetivos específicos de modo que cada objetivo desencadeia técnicas, instrumentos e público-alvo/objeto da pesquisa no intuito de sistematizar o projeto de pesquisa. O caminho se faz caminhando (CONDE, 2019) nesse percurso da pesquisa vivencia-se os desafios que o campo no contexto amazônico apresenta em sua materialidade, emergiu nesse momento a ideia da pedagogia das águas, observada na relação dos sujeitos com o rio, a terra, o trabalho, as lições aprendidas e o movimento do recomeço constante na vida do sujeito do campo amazônico.

Pontua-se que alguns instrumentos e público-alvo/objeto não foram viabilizados, seja por motivos operacionais como o deslocamento até a comunidade, a margem de tempo do processo da pós-graduação, a dificuldade de acessar os sujeitos, ressalta-se também que a escola escolhida para o estudo está passando por um momento crítico, detalharemos esse momento mais adiante, fato que impossibilitou o alcance de elementos importantes dentro do quadro operativo da pesquisa.

Para a análise dos dados utilizou-se o software NVivo versão 11 para categorização qualitativa do QSE, seguindo categorias centrais à priori e posteriori e as que emergiram pela triangulação do software. A técnica utilizada foi a análise textual discursiva a qual nos permitiu trabalharmos as similaridades das categorias em um primeiro momento, em seguida criou-se os nós no NVivo criando categorias com base nas transcrições das entrevistas dos sujeitos, esse movimento nos permitiu analisar qualitativamente os dados e identificar categorias que emergiram no processo.

Explica Gamboa (2013) que a técnica é a instrumentação prática do método, com finalidades operacionais articuladoras dos níveis técnicos e os pressupostos filosóficos do método. Desse modo, por meio do método da dialética nos debruçamos em um esforço epistemológico destacando as categorias comuns, as contradições e como essas categorias se encadeiam no tempo histórico. Logo o método que nos deu sustentação foi o materialismo histórico com enfoque na dialética e Brito (2016, p. 22) afirma que o termo dialética tem sua origem nas expressões *dialegein*, que entre seus significados pode ser entendida como “escolher”, “*elecionar*”; *dialesgesthai* que em suma significa “conversar com”, “raciocinar com”; *dialégein*, que diz produzir um discurso.

Ao definir o objeto pesquisado, que é o trabalho e a educação, ampliaram-se as reflexões e centrou-se na categoria Trabalho. No decorrer da pesquisa, as subcategorias Território e Territorialidade, Pedagogia das Águas e Luta e Resistência, foram se evidenciando como as categorias emergentes. Para Triviños (1987, p. 54), “podemos entender as categorias como formas de conscientização nos conceitos dos modos universais da relação do homem com o mundo” o autor afirma que aparecem novas categorias em razão das atividades que o homem desenvolve atuando sobre a natureza e a sociedade, nesse sentido, o processo de categorização pode ir do conjunto de categorias gerais para o conjunto de subcategorias. Existem as categorias *a priori* e emergentes que indicam movimentos em direção opostas (MORAES; GALIAZZI, 2014). As categorias foram organizadas a partir do entendimento de que é pelo trabalho, que os homens constroem e reconstroem historicamente as relações sociais no trato com a natureza e com outros homens, o trabalho é a categoria fundante da existência do “ser social” (LESSA, 2012).

O trabalho familiar camponês⁴ e os seus processos produtivos inerentes é a materialização do trabalho da classe trabalhadora que está inserida na lógica exploratória

⁴ Ancorado em Simone Silva (2017) assumimos o compromisso político em defender a perspectiva que o termo camponês é significativo e nos sustenta para discutirmos o Trabalho do Campo na Amazônia, por

capitalista por meio da reestruturação produtiva do capital, que de acordo com as lutas por direitos os camponeses se organizam coletivamente para reivindicar políticas públicas condizentes com a vida no campo, daí gesta a Educação do Campo, como resultado coletivo da luta por políticas públicas. Lefebvre (2016, p.31), afirma que é fundamental na pesquisa “não isolar o objeto considerado, buscar ligações e suas relações constantes e regulares com outros fenômenos”, assim, entende-se que território⁵ camponês de distintos sujeitos, diferentes formas de trabalho e segundo Caldart (2004, p.20), a “Educação do Campo combina com Reforma Agrária, com agricultura camponesa [...], e tem um vínculo de origem com as lutas sociais camponesas” logo a educação só terá sentido para os sujeitos se estiver ancorada a sua práxis e na realidade da vida material.

Em Uchôa (2018, p. 21) o trabalho no campo e as lutas dos movimentos sociais são analisadas como uma nova concepção de educação que é mediada aos trabalhadores camponeses e pelos Programas de Formações das Universidades. Lowe nos instiga a pensar “tudo está em movimento, pois o que existe na vida humana e social está em perpétua transformação, tudo é perceptível, tudo está sujeito ao percurso da história (LOWE 2015, p.22).”

De acordo com Brito (2016, p. 23), “o esclarecimento está nas três leis que envolvem o processo dialético que são: a) Lei da Unidade e Luta dos Contrários; b) Lei da Transformação de mudanças Quantitativas em Qualitativas; c) Lei da Negação da Negação” e que Borges (2015, p. 41) ao analisar a dialética desse movimento quando explica que:

A Lei da Unidade e Luta dos Contrários é quando os elementos estão em luta, negam-se, mas não se separam por haver uma dependência mútua. Para a Lei da Transformação da Quantidade e Qualidade e vice-versa quantidade expressa número que tem valor de qualidade e são interdependentes e estão interligados.

tratar-se de um termo que permite visibilizar os sujeitos que tem no trabalho a categoria fundante de suas relações sociais constroem e encaminham no campo neste território e que compõem a sociodiversidade amazônica, como os ribeirinhos, os extrativistas, pescadores, os quilombolas, os assentados, ou seja, os sujeitos das águas, das terras e das florestas. Esses sujeitos nós os denominamos de Camponeses.

⁵ **Território camponês** é uma unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência. A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental (FERNANDES, 2012, p. 746). Mas não só isso, “os territórios do campo se constituem no plano da unidade na diversidade; na relação entre o que há de universal na lógica capitalista e o que há de particular relacionado às características naturais, produtivas, sociais, políticas e culturais próprias de cada relação sócio territorial, considerando que a própria singularidade desses territórios surge por meio da relação entre o universal e o particular” (HAGE; OLIVEIRA, 2011b, p. 2).

A Lei da Negação da Negação (percebe-se) quando (as) relações entre o antigo e o novo no processo de desenvolvimento dos fenômenos, é resultado da luta dos contrários, passando do interior para superior e a Lei da Transformação da Quantidade em Qualidade, à medida que é instaurada uma nova concepção a partir da educação formal na escola que em certos modos invisibilidade o protagonismo do camponês do povoado ao mesmo tempo em que contribui para a valorização do trabalho como princípio educativo, dialogando com os saberes locais e os saberes escolares, os trabalhadores têm como dar sentido àquela educação já que é alicerçada na sua realidade tanto social quanto geográfica, ressignificando a educação no campo, esse movimento dialético é operacionalizado por meio da práxis.

Para a Lei da Negação da Negação, necessita-se que os sujeitos reconheçam o modelo de educação como urbana, esse movimento é permitido pela ideia dos território da floresta urbanizada que toma por alicerce a cultura dominante que ensina que o bom é sair do campo e morar nas cidades, que leva ao camponês a ideia que na cidade a vida é mais fácil e o trabalho é assalariado, e que Uchôa (2018, p. 22) vai criticar afirmando que esse movimento transmite a ideia que o “bom é dissociar-se dos saberes e da cultura do campo, desvalorizando os modos e costumes dos diferentes sujeitos, ou seja, que não atendem as suas especificidades, diversidades e realidade” e ao negar essas características surgirão novas concepções de educação de acordo com a realidade do campo.

Alves (2010, p. 5) corrobora que o “componente dialético afirma que a realidade concreta não é uma substância estática numa unidade indiferenciada”, logo trata-se de uma unidade que tem em sua gênese resistência e torna-se especificamente contraditória, esse movimento de luta dos contrários “faz avançar a realidade num processo histórico de transformação progressiva e constante”, é nesse movimento que se molda a ação revolucionária, e, em suas transformações revolucionárias ou descontínuas, dá origem à novidade qualidade autêntica.

O Materialismo Histórico é a ciência filosófica do marxismo que estuda as leis que caracterizam a vida na sociedade, de sua evolução histórica e da prática social dos homens, no desenvolvimento da humanidade. Feito o recorte do campo da pesquisa, o objeto definido, a categoria central e subcategorias estruturadas a partir do Materialismo Histórico com enfoque dialético que considera as relações e as contradições que o problema apresenta, elegeram-se os sujeitos da pesquisa, pois são eles que dizem “como o problema em estudo pelo pesquisador se apresenta, são os elementos das vivências dos

sujeitos que fornecem dados para a análise e compreensão do problema” (BRITO 2016, p. 50).

Em acordo com o método e as técnicas definidas, organizamos os sujeitos abordados nesse estudo em 3 (três) grupos: comunitários camponeses, jovens trabalhadores, estudantes e professoras. Quanto ao perfil dos estudantes entrevistados 7 são do sexo feminino e 3 do sexo masculino, as entrevistas de campo ocorreram na EEANS e nas casas dos camponeses. No primeiro momento realizou-se 3 visitas prévias à comunidade e a EEANS no intuito de estabelecer relações com os comunitários e a escola, nessas visitas o uso do caderno de campo foi primordial para a sistematização das ideias, do processo investigativo e do teste do formulário de pesquisa.

Posteriormente, após aprovação do projeto de pesquisa no CEP, aplicamos os questionários em 3 momentos distintos: primeiro selecionamos os estudantes que se enquadravam nos critérios de inclusão e exclusão do projeto⁶ definindo um total de 10 sujeitos estudantes que atendiam os critérios éticos da pesquisa. Quanto ao grupo de professores, o contato se deu no ambiente de trabalho sendo definido, levando em consideração os critérios éticos do estudo, um público de 3 professoras (incluída aqui a gestora da escola). O terceiro grupo se refere aos camponeses comunitários, abordamos 2 camponeses, moradores mais antigos do povoado, considerados pelo estudo como guardiões das memórias do povoado, os quais contribuíram de forma fundamental para os dados coletados e por fim o grupo de jovens trabalhadores, sendo abordado 1 (um) sujeito, respeitando o critério de inclusão e exclusão previamente definidos no projeto, a dificuldade de abordarmos o número pretendido no projeto se deu pelo fato de os jovens ao concluírem seus estudos na escola do campo estão migrando para os centros urbanos, dificultando a abordagem desse público na comunidade.

Pontuamos que os sujeitos que contribuíram com esse estudo são trabalhadores camponeses amazônicos, que convivem com a diversidade da região, os desafios naturais e que estabeleceram uma relação com a terra, os rios, os igapós e os grupos sociais. São essencialmente pessoas que se fundam no trabalho e constroem suas relações ao agir no mundo e como explica Marx (2014), ao agir no mundo se transformam e ao transformarem o mundo constroem novas relações. Afirmamos, com base nas observações coletadas em campo, que a definição mais usada para explicarem o modo como os sujeitos se percebem é “gente”, que no imaginário social dos sujeitos é um ser

⁶ Os critérios podem ser consultados no CEP, projeto de pesquisa sob o n° CAAE: 08025119.0000.520 de parecer n° 3.249.290

que se percebe, que tem papel social, que participa da vida e aprende a viver em grupo, perceber-se como gente é o movimento entre a práxis do trabalho e as relações sociais do sujeito, emerge nesse contexto a categoria da mediação.

Assim, no sentido de preservar a identidade dos sujeitos participantes da pesquisa adotamos nomes fictícios visando valorizar o trabalho desenvolvido pelos sujeitos no povoado, de modo que os nomes escolhidos os identifica como sujeitos dotados de relações sociais que se baseiam no trabalho, logo para o grupo de estudantes os identificamos com base nas frutas cultivadas no povoado e por representarem a continuidade da existência das comunidades, desse modo os nomes escolhidos foram: Acerola, Cupuaçú, Graviola, Goiaba, Cacau, Melancia, Maracujá, Banana e Milho. Para identificar o grupo de camponeses, guardiões das memórias do povo, escolhemos os nomes dos pássaros que representam esse imaginário, desse modo os nomes são: Coruja e Gavião, para o grupo de jovens trabalhadores, buscamos um elemento que se relaciona com o trabalho desenvolvido pelo sujeito camponês que é jovem e trabalhador, desse modo escolhemos o nome Terçado por representar um instrumento presente na vida do sujeito que trabalha no roçado e na pesca, essa ferramenta está presente na vida dos jovens do povoado e por fim para o grupo de professoras, buscamos identifica-las considerando o território, o povoado e sua localização geográfica, por representarem figuras centrais para a identidade do sujeito camponês, os nomes escolhidos foram: Itacoatiara, representando o município e a história desse território, Conceição, representando o povoado e toda a sua diversidade e Trindade que representa a localização geográfica valorizando as margens do Paraná da Trindade no qual o povoado se localiza.

Aplicamos entrevistas semiestruturadas ou despadronizadas, munidos com aparelho gravador, câmera fotográfica e Notebook. Nesta técnica de entrevista, segundo Marconi e Lakatos (2016, p.179-180) o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada. “É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão. Em geral as perguntas são abertas e podem ser respondidas dentro de uma conversação informal”.

Os resultados obtidos durante a pesquisa se desdobram neste produto final a produção científica (Dissertação) no intuito de favorecer e proporcionar novos olhares acerca deste público, no que se refere a políticas educacionais e metodologias que atendam a necessidades de todos os estudantes, buscando o seu desenvolvimento integral bem como o desenvolvimento da comunidade e do ambiente de trabalho.

Dessa forma entendemos que os benefícios da pesquisa para o grupo de estudantes vinculado a Escola Anília Nogueira da Silva, participante da pesquisa, dar-se na sua compreensão enquanto estudante, comunitário e camponês, tendo como viés balizador seus *habitus* de trabalho e a possibilidade de ampliar o seu conhecimento sobre as políticas públicas educacionais.

Quanto dos benefícios ao grupo de professores atuantes na escola Anília Nogueira da Silva, possibilita o contato através dos resultados da pesquisa com o *modus vivendi* dos camponeses e seus *habitus* de trabalho, permitindo assim um aprimoramento da *práxis* do educador, dialogando com os *modus vivendi* da comunidade e os conteúdos ministrados em sala de aula.

No que diz respeito dos benefícios ao sujeito camponês/comunitário, participante da pesquisa, que tenha tido vínculo com a Escola Anília Nogueira nos últimos 5 anos, possibilita o aprimoramento das técnicas de trabalho camponês, a forma como realizar um trabalho no campo, o contato com novas formas de realizar um determinado trabalho. Sendo assim, o benefício geral da pesquisa aos comunitários como um todo, permite as socializações e reflexões sobre o processo que constrói a relação Trabalho e Educação na comunidade da Costa da Conceição e as relações de seus *modus vivendi* e a escola. A pesquisa foi realizada no município de Itacoatiara – Comunidade Camponesa Costa da Conceição, na Escola Estadual Anília Nogueira da Silva.

A entrevista com a aplicação do Questionário Semiestruturados (QSE) foram realizadas de forma individual no horário de aula na escola frequentada pelos indivíduos/sujeitos, com duração média de 20 min a 30 min. Antes das entrevistas realizamos reuniões com o corpo docente e diretivo da escola e da comunidade, para explicar o projeto e esclarecer possíveis dúvidas.

Primeiramente explicamos brevemente sob um aspecto lúdico e de fácil compreensão o objetivo da pesquisa e da entrevista, ressaltando que são atividades desenvolvidas com estudantes da Escola Anília Nogueira da Silva, estendendo-se aos estudantes com vínculo ativo ou que tenham possuído vínculo nos últimos 5 anos na condição de estudante da escola, entre 18 e 60 anos de idade.

Aplicamos o questionário com perguntas semiestruturados com pessoas do sexo feminino e masculino com faixa etária de idade de 18 e 90 anos, em um contingente de 16 sujeitos participantes do estudo, divididos em 4 (quatro) grupos: grupo I composto por estudantes do povoado, grupo II composto por camponeses idosos do povoado, Grupo III composto por Professores (as) e grupo IV que foi composto por jovem camponês

trabalhador egresso da escola.

A categorização dos dados coletados nos Questionários, Entrevistas e Caderno de Campo foram triangulados com o Software NVIVO, seguindo categorias centrais à priori e posteriori e as que emergirem pela triangulação do software, Da Silva *et al.* (2015) explica que o NVivo “facilita a organização de entrevistas, imagens, áudios, discussões em grupo, leis, categorização dos dados e análises”. O software permite análises bem estruturadas para as pesquisas qualitativas, por meio do programa é possível realizar transcrição de vídeos e áudios, codificar texto, análises de redes sociais e/ou páginas da web, entre outros. Já na parte quantitativa tem-se estatística descritiva, inferencial e até mesmo meta-análise.

Tendo em vista os objetivos desta pesquisa, tornou-se necessário delinear o desenvolvimento metodológico da mesma, estabelecendo fases processuais distintas, porém, fortemente interligadas e complementares. Com o objetivo de planejar a operacionalização desta pesquisa em três fases articuladas entre si, a saber: Fase I: Constitui em atividades preliminares que precedem a etapa de implementação da investigação, Fase II: Uma vez a pesquisa aprovada pelo Comitê, partiu-se para a pesquisa no campo e *in loco* operacionalizada em dois momentos distintos: Fase III: Momento Investigativo: Consistem na sistematização, interpretação e análise dos dados coletados e Fase final: Fase em que consiste o processo de conclusão da pesquisa.

Esta última fase configurou-se no tratamento e análise final dos resultados com utilização da técnica da análise textual discursiva, a qual buscou analisar as informações coletadas em todo o percurso da pesquisa; sistematização, discussão, interpretação e análise dos dados aliados com a fundamentação teórica, em seguida deu-se à elaboração e defesa da dissertação, como etapa final do processo da pesquisa, resultando no produto final do mestrado.

Resgato o exposto por Gatti (2007), “um bom martelo, uma boa pá são absolutamente necessários para um trabalho de qualidade” e Uchôa (2018, p. 24) pondera que a Resolução 466 de 2012 é exemplo dos instrumentos de trabalho sinalizado por Gatti, pois sobre a orientação da resolução, a pesquisa foi aprovada no Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, da Universidade Federal do Amazonas- em observância da Resolução CNS nº 446 de 2012 e a Resolução CNS nº 510 de 2016, sendo aprovado sob o Parecer número 3.249.290 na data de 8 de abril de 2019.

[...] o fazer científico exige a adoção de certo mecanismo que caracterizem o seu resultado enquanto conhecimento científico, não que este seja uma verdade

absoluta, mas que naquele momento ele se caracteriza como um estudo comprometido com aquela realidade, e aquele resultado condiz com essa realidade, e a ética é um valor extremamente importante no exercício da pesquisa (DA COSTA, 2020, p. 8).

E para atingirmos os objetivos do projeto realizamos o delineamento do campo investigado, os registros ficaram organizados em três capítulos: 1) O domínio capitalista e os seus desdobramentos na educação do trabalhador e foi estruturado pelos subtópicos: As Influências do Modo de Produção Capitalista na Educação do Trabalhador, Panorama Histórico do Trabalho no Contexto Amazônico e *Habitus* de Trabalho: os ciclos desenvolvimentistas; 2) Os saberes e *modus vivendi* comunitário, a estrutura do capítulo é a mais extensa do texto em função da necessidade de discutir categorias que emergiram no processo da pesquisa, dessa forma o capítulo ficou organizado da seguinte forma: O município de Itacoatiara (AM), Conceituando o Território: Territorialidade e Pertencimento, A comunidade do povoado da Costa da Conceição, Breve Histórico das comunidades do Povoado da Costa da Conceição, Intelectualização, Inovações Tecnológicas e o Trabalho Camponês, O *Modus Vivendi* camponês e as Novas técnicas, A pedagogia das águas e Os saberes e o fazer socializados.

O capítulo 3) Espaço histórico: escola, trabalho e resistência, foi estruturado pelos seguintes subtópicos: A Escola: breve histórico, A Escola e as lutas/resistência no *habitus* do trabalho e Luta e Resistência no contexto escolar do povoado.

A unidade da obra responde parcialmente nossa problemática: Diante do processo globalizante no contexto Amazônico, qual é o papel da escola frente aos embates da intelectualização e das inovações tecnológicas no *habitus* do trabalho na Comunidade camponesa Costa da Conceição no Município de Itacoatiara?

Esta problemática foi submetida ao crivo dos pares no V Seminário Nacional do Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura da Universidade Federal do Pará, Campos Cametá, na ocasião apresentamos em modalidade oral o trabalho “Validação de Uma Problemática de pesquisa” onde apresentamos nossa problemática e observamos a indicação dos pares e dos avaliadores, o que contribuiu para o aprofundamento crítico das categorias, esse trabalho foi publicado em forma de artigo em periódico especializado. Nosso problema de pesquisa foi operacionalizado por meio do objetivo geral intitulado: Conhecer o papel da escola frente os embates das inovações e da intelectualização nos *habitus* do trabalho na comunidade camponesa Costa da Conceição no Município de Itacoatiara o qual se desdobrou em 3 (Três) objetivos específicos: Mapear os *habitus* de trabalho presentes no entorno da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva na comunidade

camponesa Costa da Conceição; Diagnosticar a relação entre o *modus vivendi* no trabalho e a Inserção de novas técnicas no meio camponês da comunidade Costa da Conceição e Dissertar a potencialidade da Escola frente às novas técnicas e os embates destas no *habitus* do trabalho. Nossos objetivos específicos orientaram a sistematização dos nossos capítulos aqui apresentados no produto final.

Não esgotamos o objeto, nem teríamos forças para tal empreendimento, dessa forma conclamamos aos inquietos o esforço para tornar evidente as categorias que não foram discutidas e aquelas que precisam ser aprofundadas, entender a relação do trabalho infantil e a violência sexual no interior do povoado é primordial para que as crianças cresçam seguras, tenham seus direitos garantidos e sonhem o que desejarem sonhar.

Este trabalho é um esforço teórico e metodológico em defesa da educação pública, em defesa da Amazônia como a conhecemos e em defesa da ciência diante de tempos sombrios que atravessamos, que a leitura desta dissertação seja feita considerando que nossa luta é por uma sociedade mais justa, por uma escola democrática e acessível a classe trabalhadora e aos seus filhos.

CAPÍTULO I

O DOMÍNIO CAPITALISTA E OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR

1.1. As Influências do Modo de Produção Capitalista na Educação do Trabalhador

“Um homem, por exemplo, é rei porque outros com ele se comportam como súditos. Esses outros acreditam que são súditos, porque ele é rei”

(Karl Marx)

Temos como objetivo central nesta primeira parte de nosso trabalho evidenciar as influências do modo de produção capitalista na concepção de educação do trabalhador, a formação das pedagogias ideológicas do capital, utilizadas para disfarçar seu propósito desigual e combinado ao mesmo tempo em que exerce forte atuação de controle, coação e hierarquização das funções através da divisão do trabalho e de uma formação profissional que desqualifica o trabalhador, ao mesmo tempo em que reduz o papel social do trabalho. Discutimos o panorama histórico do trabalho no contexto amazônico, sua formação e a conjuntura em que o trabalho na região tem sido objetificado pelo modo de produção e acumulação capitalista. Afirmamos que os desdobramentos da ação violenta e o poder dos interesses capitais na Amazônia agravam as desigualdades sociais colocando em xeque a existência das comunidades camponesas, a fauna e a flora da região.

Nossa inculcação parte do pressuposto que para compreendermos o contexto do qual falamos torna-se imperioso retomar alguns conceitos da divisão do trabalho, do movimento capitalista e seu domínio/desdobramentos na educação do trabalhador o que nos permite afirmar que o trabalho camponês está inserido dentro das dinâmicas do capital, contudo mesmo objetivado o trabalho do ser histórico está na *práxis*. A reestruturação produtiva empreendida na fábrica altera todo um conjunto de políticas e organizações sendo o Estado a instituição fortemente influenciada pelas concepções que emergem a partir da fábrica e assim influenciando toda a sociedade, é nesse movimento que o trabalhador camponês está inserido.

Nossa análise do domínio capitalista e seus desdobramentos na educação do trabalhador centra na reestruturação produtiva o esforço teórico pois entendemos que as sociedades se organizam a partir de concepções emergidas nesse processo e aqueles que controlam os meios de produção buscam construir uma educação subserviente aos seus propósitos. Para iniciarmos nossa reflexão resgatamos a importante análise de Enguita (1993, p, 39) na obra *Trabalho, Escola e Ideologia* publicado pela editora Artes Médicas

Sul, ao analisar o pensamento educativo ao longo da história, Enguita conclui que os primeiros sistemas escolares propriamente ditos, que são sempre aparelhos estatais, surgem para responder às exigências da burocracia do poder. Roma conta, pela primeira vez, com um aparelho educativo no Baixo Império, quando as necessidades de uma administração burocrática levam sucessivos Imperadores, César, Nero, Vespasiano, Adriano, Juliano, Antônio Pio, Marco Aurélio, a legislar medidas de proteção e estímulo às atividades de gramáticos, filósofos, retóricos e professores de oratória. Terminado este período vemos reaparecer um embrião de sistema educativo no impropriamente chamado "renascimento carolíngio", quando as funções do novo império exigem outra vez uma burocracia educada. Os próximos sistemas escolares merecedores do nome que surgem no Ocidente, ambos estatais, são o prussiano e o francês, ambos ligados à centralização política e ao desenvolvimento da burocracia moderna. Além disso, é mais do que conhecido que durante toda a Idade Média e a Idade Moderna as universidades desempenharam preferencialmente o papel de abrir caminho para a hierarquia eclesiástica, a burocracia civil ou o mandado militar, aos filhos não primogênitos das famílias nobres e burguesas.

Nossa análise está ancorada na ideia amplamente estudada por Feuerbach, assumimos que a natureza existe independentemente da toda filosofia; é a base sobre a qual cresceram e se desenvolveram os homens, que são também, eles próprios, seus produtos naturais; fora da natureza e dos homens não existe nada, e os seres superiores que nossa Imaginação religiosa forjou não são nada mais do que outros tantos reflexos fantásticos do nosso próprio ser.

Marx e Engels (1991) ponderam que o homem inicia sua história criando elementos para atender suas necessidades, assim o processo desencadeante da história é o fazer, o fazer por meio do trabalho. O trabalho é uma categoria que ao longo do tempo vem moldando a vida humana, o pensamento, a formação das sociedades, as cidades e principalmente os modos antagônicos de produção. O trabalho de certo modo modificou a vida humana.

Engels (1876) afirma que o trabalho “é a condição básica e fundamental de toda vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem”. Engels, recorre a Darwin ao fundamentar sua ideia na teoria evolutiva, onde a raça de macacos antropomorfos passa a desenvolver determinados *habitus* de trabalho, representando um salto na evolução da espécie:

Devido ao qual as mãos, ao trepar, tinham que desempenhar funções distintas das dos pés, esses macacos foram-se acostumando a prescindir de suas mãos ao caminhar pelo chão e começaram a adotar cada vez mais uma posição ereta. Foi o passo decisivo para a transição do macaco ao homem (ENGELS, p. 1 1876).

Milhares de anos depois, esta categoria continua a moldar nossos sistemas e modos de vida, contudo objetivado⁷ dentro de uma concepção global de produção. Este sistema de produção surge em meados do século XI ao XV na Europa e intensificado após a chamada “revolução” francesa de 1789-1799, a formação do império da burguesia atinge o ápice do acúmulo de capital, transformando trabalhadores em soldados de um exército de mão de obra reserva (MARX, 1988).

Marx (1988) ao realizar sua análise sobre o sistema capitalista o conceitua como a acumulação de recursos financeiros que tem sua origem e destinação na produção econômica, “[...] a história do capitalismo é toda ela a história de um prodigioso desenvolvimento da produtividade por meio do desenvolvimento da tecnologia” (MARX, 1988, p. 68). A indústria, o comércio, a produção e a troca das necessidades vitais são apontadas por Marx e Engels, como um elemento vital, nessa perspectiva:

Essa atividade, esse trabalho, essa criação material incessante dos homens, essa produção é a base de todo o mundo sensível tal como hoje existe, a tal ponto que se o interrompêssemos apenas por um ano, Feuerbach não só encontraria enormes modificações no mundo natural como até lamentaria a perda de todo mundo humano e da sua própria faculdade de contemplação, ou mesmo da sua própria existência (MARX; ENGELS, 1999, p. 28).

Ano após ano o capitalismo avança sobre os países em busca de mercado, seus braços atingem todos os continentes, em seu seio estão conflitos armados, golpes de Estado⁸ e intensificação das desigualdades sociais e econômicas (DUARTE, 2008; GENTILI, 2007; SAVIANI, 2014; ENGUITA, 1990).

Nas profundas análises de Enguita empreendidas na obra *A Face Oculta da Escola*, o autor nos traz uma síntese consciente ao afirmar que o “capitalismo e a industrialização trouxeram consigo um enorme aumento da riqueza e empurraram as

⁷ A objetivação para Lukács (1981, p. 564) é o momento desencadeante do real pensado com base em uma ideia-prévia, assim Lukács denomina esse momento como objetivação.

⁸ A forma de Estado aqui adotada é aquela compreendida, em acordo com Bobbio (1995, p. 113), explica o autor que são muitos os elementos que se deve ponderar para distinguir as formas de Estado, considerando as relações entre a organização política e a sociedade ou ainda às mais diversas finalidades que o poder político organizado detém. O estado origina-se, historicamente, de duas fontes principais: a história das instituições políticas e das doutrinas políticas. Ao analisar as diferentes teorias que estudam o Estado, Bobbio conclui que o Estado é identificado como uma organização de poder centralizador e exerce poder coercitivo, que tem na força a execução de seus interesses, versando sobre a palavra, costumes, crenças e que, portanto, são sociedades políticas.

fronteiras da humanidade em direção a limites que antes seriam inimagináveis, mas seu balanço global está longe de ser inequivocamente positivo.

Criador e criatura em algum momento se tornam sinônimos em outros antagônicos, na contemporaneidade os papéis de ambos se tornam confusos como em uma simbiose doentia o capitalismo tornou o Estado seu capataz, Sheskepeare (1623) nos remeteria a *The Tempest* não fosse à luta de classe que de tempos em tempos em correlação de forças, avança e retrocede. As cortinas dessa luta não se fecham porquê de espetáculo não há nada, há apenas o trabalhador amealhado enquanto classe, subjugado enquanto sujeito histórico.

Historicamente a distribuição de renda desigual e combinada escancara a segregação social entre pobres e ricos assumindo como “pressuposto que a produção capitalista é produção e reprodução das relações capitalistas de produção” (KUENZER, 1986, p. 32), acentuada pela lógica do modelo hegemônico capitalista de classe, tem levado grande parcela da população mundial a uma situação de miséria (SILVA; MOURÃO, 2017, p. 29). Tal modelo explicam Silva; Mourão (2017) foi pensado para perpetuar uma pequena classe de privilegiados no topo da estratificação social em detrimento da classe trabalhadora de modo que os trabalhadores não percebam os profundos abismos e barreiras de indiferença que os separa da burguesia. O trabalho é objetificado e ao trabalhador é imposto a responsabilidade pelo seu fracasso, sucesso, educação, formação.

O conceito pedagógico da apropriação dos produtos do trabalho do ser histórico é apropriado por esse pequeno grupo no topo da estratificação social, e Enguita (1989, p. 5) afirma que “não há dúvida de que há urna minoria, a que se apropria direta ou indiretamente do trabalho alheio ou de seus resultados, que desfruta de bens e serviços não sonhados por minorias anteriores”, mas os resultados são bastante menos equívocos para a maioria, para os que vivem unicamente de seu trabalho.

[...] se o homem não está mais preso à máquina, terá que desenvolver formas de trabalho mais flexíveis e é nesta relação que se estabelece o conceito de polivalência, pois o sistema integrado vai exigir técnicas ligadas a fabricação e à manutenção (MOURÃO, 2006, p. 23-24).

O controle do trabalho no sistema capitalista assume seu viés ideológico agindo sobre as relações de poder objetivando salários gestão e formação. O trabalho concreto alienado como essência do homem (MARX, 1988) separa-se da sua existência dada

conjuntura presente inerente à natureza, Marx conclui que nunca houve outro trabalho que não fosse alienação.

Kuenzer (1986, p. 33) incisivamente afirma que mesmo na “forma alienada o homem está na *práxis* e na história” o qual é o ponto inicial para a configuração “de novas relações sociais de um mundo humanizado”, o homem é um ser histórico. Neste prisma, a educação escolar do trabalhador para Mourão (2006) representa uma importância considerável ante a rígida hierarquização dos postos de trabalho com relações diretas as formações dos trabalhadores. Essa hierarquia funcional que Kuenzer descreve como a revolução capitalista das formas de educação para o trabalhador surge em meados de 1776 com os estudos de Adam Smith abrindo caminho ao novo modo de produção capitalista, anos depois desencadearia a chamada “Revolução Industrial”.

A teoria do valor-trabalho de Smith (1978), traz em seu pilar fundante a ideia que a riqueza de uma nação depende da crescente e exponencial produção e do trabalho que se desdobra em constante especialização imposta pela ramificação diversa da divisão do trabalho (KUENZER, 1986). A partir da segunda metade do século XVIII, com a Revolução Industrial, inicia-se um processo ininterrupto de produção coletiva em massa geração de lucro e acúmulo de capital. O controle político e econômico na Europa Ocidental passa para a burguesia. As sociedades emergentes vão superando os tradicionais critérios da aristocrata (principalmente a do privilégio de nascimento) e a força do capitalismo se impõe. Emergem nesse ambiente as primeiras teorias econômicas: a fisiocracia e o liberalismo.⁹

A divisão do trabalho fragmentado e separado entre a prática e a teoria (KUENZER, 1986) é introduzido por Smith como uma ideia de recomposição do trabalho segmentado ao nível da sociedade. O trabalho objetificado nos princípios da teoria de Smith, em tese, aponta que a divisão do trabalho qualifica o trabalhador aumentando a generalização da riqueza. Para Engels e Marx (1999, p. 36) a “divisão do trabalho, só

⁹ Em acordo com Torreiro (2004, p. 2) a fisiocracia surge em um momento como reflexo da sociedade da época e das inquietudes intelectuais de seus criadores. Como resultado dessa influência, o esquema básico de análises da fisiocracia recorria à divisão da sociedade em distintas classes, cada uma com uma função claramente diferenciada, assim como a exaltação da agricultura e de seus processos produtivos como centro da atividade econômica. Como destaque desta escola encontra-se François Quesnay com a obra *Tableau Economique* de 1759. O liberalismo econômico ganhou contornos definitivos com o economista escocês Adam Smith (1723-1790), considerado o criador do liberalismo econômico. Em sua obra “A Riqueza das Nações”, mostrava a divisão do trabalho como elemento essencial para o crescimento da produção e do mercado.

surge efetivamente a partir do momento em que se opera uma divisão entre o trabalho material e intelectual”.

O Estudo dos tempos e movimentos, apresentado por James Mill (1826) na base teórica burguesa traz a ideia que a repetição programada, continuada e em série aumenta a velocidade como é executada uma tarefa, especializando um indivíduo em um determinado movimento, limitando o trabalhador a uma função ou atividade específica. Na realidade, inicia-se aqui o planejamento das ações do trabalhador pelos especialistas (KUENZER, 1986) a separação entre trabalho material e intelectual, que nesse viés é compreendida como a gestão da qualificação do trabalhador. O objetivo está voltado para a capacidade maximizada do trabalhador em gerar trabalho excedente, aumentando o lucro do capitalista.

O trabalho de Smith é retomado por Babbage (1832) o qual relaciona a divisão do trabalho ao barateamento do custo de produção, este teórico burguês aponta que pela divisão do trabalho se é possível aumentar os lucros e reduzir os custos balizados por um processo de especialização que Kuenzer chama de “esforço para preservar perícias escassas”, em suma oculta o aspecto social da divisão do trabalho desconsiderado pelos teóricos burgueses esse aspecto é profundamente analisado por Marx. Mourão (2006, p. 26) afirma que “(...) há uma correspondente forma de relação entre o capital e o trabalho, a qual indica o estado do controle do processo de trabalho”, sendo que a qualificação é classificada pelo tempo precedido para desenvolver uma habilidade.

A racionalização é introduzida pelos teóricos burgueses acrescida à materialidade do desenvolvimento industrial do século XIX e começo do século XX, possibilitando o surgimento da Teoria Geral da Administração com as obras de Taylor e Fayol, que viam na racionalização do processo produtivo a ampliação da acumulação de capital.

Com a obra de Frederick W. Taylor a Organização Racional do Trabalho (ORT) tem seu enfoque na ênfase das tarefas, nos meios e na busca da eficiência como aspectos cruciais que nortearam a administração ao longo das décadas iniciais do século XX. A chamada Teoria da Administração Científica (TAC) é combinada com a aplicação de métodos e técnicas aos problemas administrativos como a observação e a mensuração. A obra desse teórico burguês é dividida em dois momentos distintos, o primeiro momento (1903) corresponde à publicação de seu livro *Shop Management*, com foco nas técnicas de racionalização do trabalho por meio do *motion-time study*, o foco foi o chão de fábrica, racionalizando o tempo e movimento. Em conclusão, Taylor apontou que, se o trabalhador mais produtivo percebe que obtém a mesma remuneração que o seu

companheiro, acaba perdendo o interesse e se acomodando e não produzindo de acordo com a capacidade esperada.

Marx (2014) afirma que a força de trabalho deve funcionar em condições normais, essa normalidade independe do trabalhador, mas do capitalista:

[...] nosso capitalista comprou no mercado força de trabalho de qualidade normal. Essa força tem de ser gasta conforme a quantidade média de esforço estabelecida pelo costume, de acordo com o grau de intensidade socialmente usual. O capitalista está cuidadosamente atento a isso, e zela também por que não se passe o tempo sem trabalho. Comprou a força de trabalho por prazo determinado. Empenha-se por ter o que é seu. Não quer ser roubado. Finalmente – e para isso tem ele seu código penal particular-, não deve ocorrer nenhum consumo impróprio de matéria-prima e de instrumentais, pois material ou instrumentos desperdiçados significam quantidades superfluamente despendidas de trabalho materializado, não sendo, portanto, consideradas nem incluídas na produção de valor (MARX, 2014, p. 229).

Daí a preocupação de Fayol em exercer um controle sobre a execução da tarefa, pois as circunstâncias apontadas por Marx (2014) encarecem a produção burguesa baseada na escravatura.¹⁰ O ser humano e os instrumentos utilizados na execução das tarefas são elementos distintos, não há semelhanças como pondera Marx (2014), instrumento é instrumento e o homem é ser humano.

O segundo momento corresponde a publicação da obra *The Principles of Scientific* em 1911 quando concluiu que a ORT¹¹ deveria ser acompanhada de uma estruturação geral para tornar coerente a aplicação de seus princípios na fábrica como um todo, evidentemente, permitiria maior acúmulo de capital. O controle sobre o trabalho para Taylor era necessário e apontou como justificativa três causas: a vadiagem sistemática

¹⁰ Marx (2014) em *O Capital*, ao analisar a categoria “Mais-Valia” a conceitua como parte da produção de um bem/produto do trabalho humano e que não é remunerado pelo patrão, em suma, trata-se da disparidade entre o salário recebido por um trabalhador e o valor produzido. Em Adam Smith, este valor do trabalho agregado ao produto é menor que o valor que a mercadoria é vendida, ou seja, a acumulação de capital por meio da mais-valia é o objeto central neste modelo de produção. As necessidades fisiológicas são apontadas por David Ricardo como uma das questões relacionadas ao salário, isso quer dizer que o valor pago gira em torno das condições mínimas de sobrevivência. Neste modelo, entende-se que a questão da exploração da força de trabalho baseia-se em um modo de exploração escravista, que para Albuquerque (1981) a “estrutura econômica dominante escravista se articulou ao mercado internacional através de práticas mercantilistas”. Albuquerque ao analisar a formação social brasileira pondera que esse domínio das relações de produção escravistas prolongou-se além da etapa mercantilista, sendo as áreas da pecuária, missões religiosas e os engenhos processadores importantes desse sistema de exploração. Neste sentido, com as alforrias o Brasil entra em uma etapa de transição para o capitalismo, manifesta por um crescente deslocamento do polo de dominância econômica escravista para a burguesia capitalista, buscamos assim demonstrar a existência da base da cadeia produtiva da acumulação primitiva do capitalismo mercantil para a ascensão do projeto da modernidade.

¹¹ Na obra desse teórico burguês a ORT se fundamenta nos aspectos: trabalho e tempos e movimentos, fadiga humana, divisão do trabalho e a especialização do trabalhador, desenho das funções e tarefas, incentivos salariais e prêmios de produção, *homo economicus*, ambiente de trabalho e a padronização do trabalho, tarefas e movimentos.

dos operários que reduziam a produção acerca de 1/3 da que seria normal, o desconhecimento, pela gerência hierárquica, das rotinas de trabalho e do tempo necessário para sua realização e a falta de uniformidade das técnicas e dos métodos de trabalho.

Explica Antunes; Pinto (2017) que Taylor assume o olhar da classe social dos proprietários dos meios de produção, nesta concepção não se delega à classe trabalhadora o fazer e o saber. Impõe-se a estrutural forma de divisão de trabalho dividindo os agentes em diferentes partes, refletindo em atividades manuais e intelectuais, explicam os autores que Taylor “admite o fato de que, embora façam ‘cera’, são os trabalhadores os verdadeiros criadores dos métodos de realização do trabalho” (p. 19).

O taylorismo supõe um salto qualitativo na organização do trabalho. Seu objetivo é a decomposição do processo de trabalho nas tarefas mais simples, mediante a análise de tempos, a qual Gilbreth acrescentaria a análise dos momentos (ENGUIA, 1989, p. 17)

Em síntese essa teoria tem como seu alicerce o comando e o controle, a hierarquização vertical das funções e a inflexibilização por meio do *the one best way*: o trabalhador controlado executa sem questionar, mão de obra e não recursos humanos: a força de trabalho objetivada sem envolvimento do homem e a segurança e não insegurança: visava o futuro previsível da fábrica e o controle do trabalhador com o mínimo possível, responsabilizando o trabalhador pelo desempenho da fábrica.

Em 1916, na França surge a Teoria Clássica da Administração (TCA), rapidamente se espalha pelo continente europeu. Enquanto a TAC centrava seus esforços na execução das tarefas realizada pelo trabalhador a TCA concentrou seus esforços na estrutura que a fábrica deveria possuir, na prática o objetivo central das duas teorias burguesas era o mesmo, o acúmulo de capital.

Henri Fayol, precursor dessa teoria burguesa expôs sua teoria no livro *Administration industrielle et Générale* publicado em 1916. Para esse teórico a fábrica apresenta funções distintas, sendo, técnicas: as que se relacionam com a produção, comerciais: compra, venda, permuta, mais-valia, financeira: se relacionam com a busca de novos mercados, segurança: preservação da propriedade e das pessoas, contábeis: controle rigoroso dos custos e administrativas: integração da hierarquia das funções, sincronização das demais funções. Fayol afirma que o papel do administrador dentro da TCA é de prever, organizar, comandar, coordenar e controlar.

Kuenzer (1986, p. 31) pondera:

O interesse de Taylor pela base e de Fayol pela cúpula permitiu que a obra de ambos se completasse. A partir dos seus trabalhos foi possível construir uma teoria sólida e bem estruturada, embora simplista e dotada de mecanismos hoje inaceitáveis, mas que revolucionou os métodos de administração dos países industrializados, tanto capitalistas como os socialistas [...] uma teoria a serviço do capital, que, para se manter, precisa exatamente esconder este fato, o que justifica sua desconsideração pelos fatores sociais e históricos que a geraram, mantendo sua postura científica e universal.

Sob essa base se organiza o trabalho contemporâneo, a reestruturação produtiva proposta pela TGA evidenciou o compromisso dessa teoria com o capital e foi incorporada pelas indústrias de todo o mundo (KUENZER, 1986), as teorias que sucederam os primórdios da administração são influenciadas por essas correntes teóricas burguesas desde as abordagens humanística da administração com a Teoria das Relações Humanas (TRH) passando pela Abordagem neoclássica da Administração, Abordagem Estruturalista, Comportamental, Sistêmica, Contingencial até as Novas Abordagens (Quadro 2). Explica Chiavenato (2014) que o mantra da administração tem sido apontar contínua e sucessivos rumos buscando melhorar a vida das pessoas, considera o autor que o núcleo principal desse sistema é o administrador. Essa posição é compreensível quando se nega a categoria trabalho como fundante das relações sociais, na prática essas concepções burguesas inverteram o pilar fundante, trazendo uma falsa ilusão que o trabalho deve se adaptar ao homem.

Na reflexão consciente de Enguita (1989, p. 7) a sociedade industrializada não permite que a imensa maioria das pessoas possam decidir qual será o produto de seu trabalho. Explica o autor que os trabalhadores assalariados não contam com essa capacidade e aqueles que trabalham por conta própria a possuem apenas de forma limitada, pois estão sujeitos as restrições do mercado ou de monopólios de compra de seus produtos. Ante ao exposto, afirmamos que sistematicamente os teóricos da administração reproduzem o mesmo preconceito de classe de seus predecessores e Chiavenatto cuida de repassá-los adiante como em um mantra sagrado pois o compromisso da TGA é com o capital, o acúmulo e concentração de riqueza no topo da estratificação social, onde um ínfimo grupo de indivíduos podem usufruir dos benefícios produzidos pela classe trabalhadora.

Nesse construto teórico de produção burguesa, as linhas de montagem de Henry Ford (1863-1947) assumem um papel inovador e consciente do moderno capitalista. As operações impetradas por Ford como a padronização e a produção em larga escala representaram um salto para o modelo de produção burguês e acúmulo de capital (ANTUNES; PINTO, 2017), intervindo sobre o consumo, circulação e mercado, Ford

criou a “indústria de massa”. O que Antunes; Pinto (2017) chamam de reprodução da força de trabalho no âmbito privado, para além da esfera de produção. Para Mourão (2006, p. 43) “são os processos de integração de informatização dos sistemas produtivos que vem colocar os limites e os deslocamentos da produtividade do trabalho conforme concebia Taylor”.

Enguita (1989) analisa que o fordismo incorpora a lógica perversa do sistema de produção taylorista por meio do redesenho da maquinaria que impõe a reestruturação produtiva por meio da organização do fluxo contínuo do material sobre o qual se trabalha: simplificando, a linha de montagem e especializando o trabalhador em um determinado movimento sem que este consiga ter controle sobre o produto do próprio trabalho. Essa reorganização produtiva por meio da maquinaria opera a cisão entre trabalho pensado e trabalho materializado na divisão manufatureira do trabalho, o fordismo, que representa com relação ao taylorismo a incorporação dos cálculos de movimentos e tempos em um sistema mecânico de ritmo regular e ininterrupto, supõe a subordinação do trabalhador a máquina, a supressão de sua capacidade de decisão e, ao mesmo tempo, a diminuição drástica dos custos de supervisão aumentando assim o lucro do capitalista.

Quadro 2 – Síntese das abordagens prescritivas e normativas da Administração e seus aspectos fundantes

Aspectos principais	Abordagens prescritivas e normativas da administração							
	Teoria Clássica	Teoria das Relações Humanas	Teoria Neoclássica	Teoria da Burocracia	Teoria Estruturalista	Teoria Comportamental	Teoria de Sistemas	Teoria da Contingência
Enfoque na organização	Organização formal	Organização Informal	União da organização formal e informal	Organização formal	União da organização formal e informal	Racional	Sistema Aberto	Sistema Aberto e Fechado
Conceito	Conjunto de órgãos, cargos e tarefas	Conjunto de papéis sociais	Objetivos racionais	Sistema com funções oficiais	Sistema intencional	Sistema Racional	Organização sistemática aberto	Depende do ambiente e da tecnologia, flexível
Teóricos	Taylor, Fayol, Gilbreth, Gantt, Gulick, Urwick, Mooney, Emerson e Sheldon	Mayo, Follet, Dubin, Cartwright, French, Zelenisck, Lewin	Drucker, Koontz, Jucius, Newman, Odiorne, Humble, Gelinier, Schehe, Dale	Weber, Merton, Selnick, Goudner, Michels	Etzioni, Thompson, Blau, Scott	Simon, McGregor, Schein, Lorsch, March, Bennis	Katz, Kahn, Jhonson, Kast, Rosenweig, Burn, Trist, Hicks	Thompson, Lawrence, Lorsch, Perrow
Concepção de Homem	Homo economicus	Homem social	Homem organizacional, administrativo	Homem Organizacional	Homem Organizacional	Homem Administrativo	Homem Funcional	Homem Complexo
Relações sociais	Ser isolado	Ser social	Ecletismo	Ser isolado ocupante de cargo	Ser social que vive em organizações	Ser racional	Cumprir comandos	Cumprir comandos
Negação dos conflitos	Interesse, conflitos inexistentes	Interesse, conflitos são indesejáveis	Integração entre os interesses individuais e organizacionais	Organização prevalece	Conflitos levam à inovação	Relação de equilíbrio	Conflito de comandos	Conflitos de comandos
Resultados	Máxima eficiência	Satisfação do Operário	Eficiência e Eficácia	Máxima eficiência	Máxima eficiência	Eficiência satisfatória	Máxima eficiência	Eficiência e eficácia

Fonte: Organizado com base em Chiavenato (2014)

A concepção de pensar o trabalho na fábrica contém um projeto pedagógico, claro e estruturado (KUENZER, 1986; MOURÃO, 2006). Este projeto fica evidente na forma como Taylor e Ford concebem o trabalho: um meio de extrair o maior rendimento possível dos trabalhadores. Antunes; Pinto (2017) expõe que “Ford reproduziu em suas notas e ações o mesmo preconceito de classe: acreditava que os trabalhadores assalariados também eram prejudicados pela falta de produtividade”. A ideia de Ford diferencia-se de Taylor em um aspecto, o “ético” e nas palavras de Ford:

Muito me interessa demonstrar que as ideias que temos posto em prática são capazes de mais ampla extensão, e que longe de se restringirem ao fabrico de automóveis podem vir a tornar-se uma espécie de código universal. Estou certo disso e demonstrá-lo-ei com máxima evidência, esperançoso de que tais ideias não sejam recebidas como ideias novas, e sim como um código natural. A lei natural é a lei do trabalho e só por meio do trabalho honesto há felicidade e prosperidade. Da tentativa de furtar-se a estes princípios é que os males humanos defluem. Não há sugestões que me impeçam de aceitá-los como princípios naturais. A lei do trabalho é ditada pela natureza e é um dogma que devemos trabalhar. Tudo quanto pessoalmente tenho feito veio como resultado da insistência em que, já temos de trabalhar, o melhor é trabalharmos com inteligência e previsão: e ainda que, quanto melhor trabalharmos, mais bem nos sentiremos (FORD, 1995, p. 109).

A fábrica é entendida como um espaço onde interesses divergentes dos diversos atores, encontram-se em intenso movimento (MOURÃO, 2006, p. 161), por isso os acordos permeiam os diferentes espaços e o poder torna-se categoria central nessas relações de convencimento e coações. A autora afirma, enfaticamente, que a fábrica é, “portanto, um espaço educativo no qual se verifica um processo pedagógico que objetiva a educação técnica e política do trabalhador de forma implícita ou explícita (MOURÃO, 2006, p. 161)”. Explica Antunes; Pinto (2017), ainda que pareça simplista a lógica fordista tem um aspecto valorativo e moralista como um serviço prestado à sociedade, onde “[...] o lucro não pode ser o ponto de partida, mas deve ser o resultado dos serviços prestados” (FORD, 1995, p. 110-111). Tais elementos ético-político, é o ponto crucial para compreendermos o pensamento fordista e a pedagogia que move esse engenhoso construto e que nas palavras de Ford (1995, p. 123-124), [...] quando a base de produção se muda do fito de lucro para o de ‘serviço’, o negócio estará consagrado e o lucro será imenso.

Kuenzer (1986) explica que esse processo de educação do trabalhador para a conjuntura capitalista alienando o trabalho ocorre através dos mecanismos de controle da divisão do trabalho dentro da organização com estruturas e funções hierarquizadas, a autora pondera que o objetivo central é a constituição de um trabalhador que combine a

posse de um conjunto de habilidades técnicas necessárias – e não mais do que isto – a um conjunto de condutas convenientes sendo que o trabalhador possa assumir, sem perceber as contradições, seu papel de trabalhador alienado e com isso, o capitalista assegura o seu modo de produção e reprodução.

A consciência, portanto, do trabalhador em perceber-se como agente nessa teia complexa, porém programada, é primordial para entender o seu papel. Marx e Engels (1999, p. 34-35) definem a consciência como um produto social característico do homem, “a consciência é antes de tudo, a consciência do meio sensível imediato e de uma relação limitada com outras pessoas e outras coisas situadas fora do indivíduo que toma consciência”, é assim, produto do viver em sociedade. Nesse sentido, o projeto pedagógico, é entendido como um ato de criar espaços para que ocorra uma relação dialógica (MOURÃO, 2006) e a conquista deste espaço depende das relações de forças entre os dois polos (KUENZER, 1986).

Ramos (2006) pontua que o uso da concepção pedagógica com foco na educação moderna, componente do projeto burguês, emerge no plano econômico devido à sua identidade socializadora e de formação de consciências, o capitalista trabalha os aspectos ideológicos da educação com intuito de assegurar o progresso e a modernidade do projeto burguês.

À medida que as relações sociais de produção foram se pautando pelos padrões tayloristas-fordista, a integração social promovida pelos processos educativos institucionalizados passou a incluir o aprendizado de conteúdos científicos e culturais estruturantes das ocupações e profissões. Isto de forma indireta (se adquiridos na educação básica) ou de forma direta (se adquiridos na educação profissional em seus diversos níveis, incluindo o ensino superior), sendo alguns desses conteúdos, básicos para a construção de um certo tipo de cidadania e para a conformação moral e psicofísica dos sujeitos à cultura taylorista-fordista. Esta incluía características tais como planejamento e organização racional dos tempos, movimentos e espaços; disciplina rígida; fiel obediência a normas de execução do trabalho; atendimento aos padrões convencionais de comportamento (RAMOS, 2006, p. 237).

Essas relações têm por base a forma valor, que na perspectiva discutida por Marx (1999) objetiva o trabalho humano, não diferenciando o fazer. Esse movimento é como se expressa socialmente o mundo das mercadorias o que em suma emerge o caráter social e humano do trabalho.

Esse princípio é ignorado, ou ao menos relativizado, pelos teóricos burgueses como Taylor e Fayol, contudo suas teorias a serviço do capital avançam sobre o trabalho dos outros e que em desdobramento, Kuenzer (1986, p. 43) pondera que nesse ambiente o trabalhador, historicamente forçado a vender sua força de trabalho, considerando que

este não detém os meios de produção para gerar produtos do seu trabalho, “agora atrela-se definitivamente ao capital”, tornando o trabalhador incapaz de realizar o trabalho de modo independente, alienando-o, tornando-o acessório de uma engrenagem, ou seja, parte de uma oficina.

Ainda que alienado o trabalho não perde seu caráter social, considerando que dentro dessa concepção o sujeito exerce seu trabalho em categoria profissional. Para Ramos (2006) o conceito de profissão foi estabelecido dentro de uma concepção predominantemente econômica, intrinsecamente ligada à divisão social e técnica do trabalho e de certo modo à produção da própria existência humana. Para a autora, a identidade econômica da profissão tem caráter pessoal, considerando que nessa perspectiva “habilita o sujeito a viver do produto do seu trabalho”, assim o caráter social estaria nas relações sociais que o sujeito estabelece para compor esse sistema de produção.

Neste prisma a educação pedagógica dentro da concepção capitalista é trabalhada em dois momentos distintos onde o capitalismo opera a “cisão entre teoria e prática” que visam reproduzir as condições de “expansão do capital”. A pedagogia que trata do ensinar a teoria e a pedagogia do ensinar o fazer, agindo de modo separado da educação como um todo (KUENZER, 1986). O que Ramos (2006, p. 240) afirma:

Sob a ótica econômica, profissionalizar as pessoas significa formar sujeitos para viverem do produto de seu trabalho, ocupando um lugar na divisão social e técnica do trabalho. Sob a ótica sociológica, essa inserção desenvolve no sujeito uma identidade socioprofissional, que se objetiva por meio do trabalho remunerado e pelo compartilhamento de regras socialmente pactuadas.

Contudo, considerando a perspectiva capitalista e as pedagogias trabalhadas na estrutura do capital a individualidade humana torna-se limitada e controlada pela divisão das tarefas e do trabalho, visto que o trabalhador não exerce controle sobre tais pedagogias. É neste sentido que Mourão (2006, p. 231) afirma incisivamente, considerando que “[...] as relações sociais na produção sejam democráticas e possibilitem que o trabalhador domine todo o processo de trabalho e até compreenda a sua situação na estrutura geral da sociedade, não invalida a afirmação de que a sua subjetividade é aprisionada, até porque, segundo Marx (2014, p. 214) “no processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto que atua por meio instrumental do trabalho.” E que Mourão (2006) enfatiza, que os fatores contingenciadores dessa subjetividade do trabalho humano estão cada vez mais

presentes nas sociedades capitalistas: propriedade privada, a intensa divisão do trabalho e a mercadoria força de trabalho.

O fazer humano consolidado materialmente é a história viva, que é inferiorizada, sendo refletida na linguagem a introjeção do que foi construído socialmente, tornando-se a natureza psicológica do homem, ou seja, há uma interação do indivíduo com a realidade que o cerca (MOURÃO, 2010, p. 116).

No entanto, o esclarecimento não desmitificou os mitos, todavia dogmatizou todas as relações econômicas, políticas e sociais entre os homens. E também recria constantemente a relação entre saber e poder. Suas decisões são pré-concebidas e autoritárias, onde o fetiche é constantemente retomado como forma de obter o consenso a partir das ideias de progresso e desenvolvimento. O “esclarecimento” de que falam os autores (MOURÃO, 2010; KUENZER, 1986; RAMOS, 2006) tem dificuldade em conviver com a diversidade, retomando, constantemente a dissimulação para inverter as relações de poder e obter o consenso, até mesmo, combinando em seus atos mais bárbaros consenso e autoritarismo.

1.2. Panorama Histórico do Trabalho no Contexto Amazônico

Anteriormente abordamos as influências que a sociedade capitalista, por meio do modo de produção, exerce sobre a formação do trabalhador. Os teóricos burgueses, em alinhamento ao interesse do capitalismo e visando o acúmulo de capital em detrimento da produção do trabalho excedente, desenvolveram teorias que buscam controlar todos os aspectos do trabalho por meio da reestruturação produtiva. Afirmamos que a luta de classe e as contradições permanecem.

O objetivo desta subseção é evidenciar o panorama histórico do trabalho no contexto amazônico, as formas que o capital objetiva o trabalho, os projetos desenvolvimentistas pensado para a Amazônia, como o modo de produção capitalista tem influenciado a educação do trabalhador amazônico, agindo sobre os *habitus* de trabalho, ampliando seus domínios sobre o território e nesse contexto apropriando-se da escola, objetivada no intuito de intelectualizar as populações tradicionais por meio das inovações tecnológicas, amealhando o trabalho camponês na Amazônia.

Até pouco tempo a Amazônia era considerada uma área de poucos recursos o que limitava as possibilidades de os grupos humanos desenvolverem neste espaço uma sociedade avançada (SOUZA, 2009, p. 32), “os achados e descobertas arqueológicas eram atribuídas a presenças passageiras de grupos andinos e mesoamericanos”. Contudo,

surgiram estudos que mudaram essa abordagem e buscaram provar que a Amazônia compôs, na pré-história, um vasto e rico cenário de sociedades humanas, constituídas de grandes complexidades econômicas e sofisticação cultural.

Após a ‘descoberta’ da Amazônia, no século XVI, Batista (2007) destaca que os povos colonizadores realizaram diversas tentativas de posse: pela embocadura, os holandeses, franceses e ingleses, e mais os portugueses; atravessando a cordilheira, a oeste, os espanhóis. Explica que a partilha da Amazônia se deu com a viagem de Pedro Teixeira (1637-1639), demarcando os limites dos domínios Português e Espanhol.

Souza (2009) assinala que quando os colonizadores aqui chegaram, a Amazônia não era um vazio demográfico, habitavam este espaço um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica, ocupavam o solo com povoações em escala urbana, possuíam sistemas intensivos de produção de ferramentas e cerâmicas, agricultura diversificada, rica complexidade cultural, ideologias¹² e sistema político centralizado.

Ao passar dos anos e com a inserção de novas populações nas calhas dos rios, e a catequização das populações nativas, bem como os conflitos que decorreram dessa violenta colonização, estas populações foram perdendo espaço frente às novas dinâmicas de ocupação da Amazônia, surgindo inúmeras intervenções de ocupação e tentativas de integração deste espaço as dinâmicas populacionais nacionais, vivenciando diferentes ciclos e declínios econômicos que balizam a relação homem-natureza, homem-trabalho nas mais remotas comunidades camponesas amazônicas.

Analisando o processo de expropriação da população camponesa na Inglaterra e citando outras realidades europeias, Marx (1977) relata as atrocidades cometidas no decorrer daquele processo, e cita entre elas a ignomínia de homens serem trocados por animais inteiros ou por partes destes. No decorrer do processo de expropriação da população camponesa nos países europeus, os instrumentos utilizados pelas elites dominantes para reproduzir as relações econômicas, políticas e sociais estavam em conformidade com os seus interesses, continham conteúdos de extrema violência, embora

¹² Trabalharemos o conceito de ideologia compreendido em acordo com Bobbio (1992) que é entendida como falsa consciência, mistificação, falseamento da realidade nas relações de domínio entre as classes sociais, historicamente. E que Behring e Boschetti (2008, p. 25) chamam como “véu ideológico” que escamoteia as lutas de classes e as contradições da sociedade capitalista, e que Frigotto (2007, p. 77) ao analisar os conceitos cunhados por Marx e Engels, resgatada por Bobbio (1992) e Gramsci (1978), reafirma a perspectiva de Marx, o caráter não puramente reflexo e mecânico da inculcação, e portanto, a existência de contradições e, sobretudo, o papel que as classes subalternas, nas lutas de classes, realizam um movimento para fazer valer sua visão de mundo, valores e interesses.

fossem aceitos pela maioria da população como adequados às exigências da época.

No processo de expropriação, a humanidade do outro é desconsiderada. A barbárie predomina de tal modo que a troca entre os homens e os outros animais ou partes destes se concretiza como se tivessem o mesmo valor de troca, como comenta Marx (1977) citando George Ensor (1818):

[...] os grandes da Escócia expropriam famílias como se extirpassem a má erva; procedem para com as aldeias e seus habitantes como os índios, ébrios de vingança, tratam as feras em suas guaridas. Um homem é vendido por um velo de ovelha, por uma perna de carneiro ou por menos ainda (ENSOR, 1818 *apud* MARX, 1977, p. 46).

A base de formação da sociedade capitalista é toda a maximização do lucro e a naturalização da barbárie. No processo evolutivo histórico da Amazônia brasileira, a posição do sistema capitalista permanece, e como expõe Picoli (2012, p. 28) “as dinâmicas mundiais buscam o lucro através da exploração do homem e do meio ambiente (...)”, o objetivo é servir ao mercado da mais-valia, contudo neste processo de domínio e exploração é possível identificar observando e respeitando o tempo e os espaços o enfrentamento e as resistências. O autor afirma ainda que no mundo contemporâneo, o modelo econômico mundial permanece em pauta, expropriar, objetificar e ampliar as fronteiras do capitalismo.

De acordo com Marx (1987) “a relação homem-natureza constitui uma condição basilar para a sociedade que se baseia no trabalho”. Como o *modus vivendi*¹³ das populações amazônicas faz parte, assim, de um processo com base nas culturas indígenas, negra, europeia e de emigrantes, herdando diferentes elementos organizacionais, elas vivenciam peculiaridades de convívio com a natureza, enfrentando as condições ambientais e compatibilizando a utilização dos recursos locais com sua conservação, assim o *habitus* do trabalho torna-se uma expressão do *modus vivendi* no interior das organizações camponesas, concorre para a determinação da identidade sociocultural desses sujeitos.

Neste contexto, o trabalho começa de fato, com a elaboração de instrumentos, utensílios e técnicas de caça. Essas expressões de trabalho fazem-se representar na elaboração dos instrumentos, a julgar pelos restos que nos chegaram dos homens pré-

¹³O *modus vivendi* está estreitamente ligado ao ambiente natural em que as populações tradicionais amazônicas estão inseridas e de acordo com Leff (2009, p. 98) “(...) toda formação social desenvolve-se numa estreita relação com o seu entorno natural”. Este *modus* de vida e trabalho, de certo modo compatibiliza a importância dos recursos naturais para estes agentes sociais com o trabalho, pois sua relação com o mesmo se define em um processo de interdependência.

históricos, pelo gênero de vida dos povos mais antigos registrados pela história, assim como dos selvagens atuais mais primitivos. São instrumentos de caça e de pesca, sendo os primeiros utilizados também como armas (ENGELS, 1876). Assim, o trabalho torna-se fundamental para a vida humana e a história das sociedades humanas é resultado da injunção de diversificados processos de apropriação dos recursos naturais pela mediação da cultura inerente aos diferentes povos que coexistem na trama complexa que combina intercâmbios e interesse divergentes. Sob égide do legado histórico, conflitos e problemáticas emergem, constituindo desafios que se renovam na cena contemporânea gerando determinações ao modo de vida, pondo em xeque valores, de homens e mulheres em sociedade (CHAVES; SIQUEIRA, 2014).

Explica Chaves (2016) que as políticas desenvolvimentistas instituídas na Amazônia se formataram de maneira extremamente contraditória, afetando as formas de organizações sociais e políticas da região. Rodrigues (2019) explica que, “[...] a desenfreada busca pela maximização dos lucros do capital internacional trouxe em seu bojo o usufruto predatório dos recursos naturais existentes na região [...]”, de certo modo, essas ações capitalistas acarretaram a fragilização da relação homem-natureza e o *modus vivendi* na Amazônia.

Uma das possibilidades desse embate pode ser percebida no seio das comunidades camponesas e o processo de avanço das demandas capitais das cidades sobre esses territórios. Mourão (2016) mitiga o pensar desses movimentos construtivos do capitalismo, onde o rural e tudo que se refira a estes passam a meros elementos subordinados às demandas das cidades, pontua ainda o êxodo rural desta população para os centros urbanos, onde esses indivíduos passam a compor um exército de mão de obra reserva e excedente.

De acordo com Bobbio (1995, p. 19), esse processo pode ser desvelado quando iluminada “às duas formas clássicas da justiça: distributiva e comutativa”. A justiça comutativa considera que para uma troca justa, as duas coisas a serem trocadas devem ter valor igual, a segunda trata-se da justiça distributiva “é aquela na qual se inspira a autoridade pública na distribuição de honras ou de obrigações”, a cada um segundo o mérito, a cada um segundo a necessidade, a cada um segundo o trabalho”, o autor destaca que esse ideário surgiu entre as sociedades de iguais e as sociedades de desiguais.

Tais conjunturas, apontam para um universo de existência e sobrevivência que torna possível a estes camponeses estabelecer um *modus vivendi* de relação com o

ambiente da região, afirmando relações ecológicas e como a reafirmação de seu *habitus* de trabalho.

Para Marx (1987, p. 228-229), quanto ao processo de produção o homem intermediário entre a natureza e o produto por meio do fornecimento de uma mediação que consiste essencialmente na utilização da sua própria energia de trabalho será progressivamente substituído pela máquina passando a ser o processo de produção industrial a força de trabalho intermediário entre a natureza e o produto fabricado, o trabalho objetificado.

Neste ínterim, a natureza passa a integrar o conjunto dos meios de produção do qual o capital se beneficia, assim para Marx (1987) a relação homem-natureza constitui uma condição basilar para a sociedade que se baseia no trabalho, para o autor o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível, ela é matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual é ativo, a partir da qual produz. Estando esta relação indissociável, pois sua dimensão de realização enquanto ser genérico consiste, também, nesta relação.

Destarte, o *habitus* do trabalho em comunidades camponesas reúne um conjunto de conhecimentos, frutos da luta pela sobrevivência e da experiência adquirida ao longo dos séculos pelos camponeses adaptados às necessidades locais, culturais e ambientais e transmitidos de geração em geração. O homem camponês desenvolve sua relação de sustento com a terra e a complexidade da floresta, sua vivência nas áreas de várzea, junto ao complexo dos igapós, como ambiente de farto alimento, peixes e frutas, bem como sua relação com os barrancos propícios ao cultivo de milho, mandioca, feijão, batatas. O ciclo deste *habitus* de trabalho, sua transmissão em rede familiar, comunitária, possibilitou estas populações um equilíbrio de vida homem-natureza multidimensional, porém dentro de uma concepção local, voltada para o equilíbrio entre esses elementos.

A relação do *modus vivendi* e o *habitus* do trabalho emerge da práxis da vida do sujeito camponês, considerando que este homem desenvolve uma relação sustentável e de mútua preservação, atribuindo valor de sentimento quanto a sua relação com a natureza e seu cotidiano. Chaves (2015) explica que o *modus vivendi* das populações amazônicas faz parte de um processo com base nas culturas indígenas, africanas e europeias, herdando diferentes elementos organizacionais, estas comunidades vivenciam peculiaridades de convívio com a natureza, enfrentando as condições ambientais e compatibilizando a utilização dos recursos locais com sua conservação, assim o *habitus* do trabalho torna-se

uma expressão do *modus vivendi* no interior das comunidades camponesas, concorre para a determinação da identidade sociocultural desses sujeitos.

Logo, compreender o lugar da escola frente a este cenário local, torna-se desafiador e mitigador de relações que visem o fortalecimento do trabalho camponês ao mesmo passo em que deve garantir o acesso irrestrito à educação desta população, esse acesso é direito da sociedade e dever do Estado (PINHEIRO; CALDAS, 2016). As comunidades locais dependem dos recursos da floresta para uma variedade de propósitos cotidianos e consideram a si mesmas como guardiãs e protetoras dessa diversidade. Dessa forma, o trabalho camponês tem ajudado a preservar, manter e até aumentar a diversidade cultural e intelectual ao longo dos séculos na região, no esforço epistemológico de entendermos como essas relações se constroem é essencialmente vital discutirmos a categoria ser social.

A categoria ser social é profundamente abordada na obra de Lukács (1981), neste sentido, a categoria do trabalho em Lukács é puramente ontológica, como tanto a forma originária (*Vorbild*) das práxis humano-social como o fundamento (*Urform*) ontológico do mundo dos homens. Ou seja, por ser a forma originária do ser social, seu fundamento ontológico último, os traços ontológicos mais gerais do trabalho, acima de tudo a peculiar dialética entre teleologia e causalidade estão presentes, ainda que por vezes sob formas bastantes modificadas, em todos os atos humanos. Portanto, o fato de Lukács utilizar os termos *Urform* e *Vorbild* como quase sinônimos, ao se caracterizar o papel ontológico do trabalho na processualidade social, está longe de expressar uma imprecisão terminológica do filósofo húngaro. Antes, exprime com rigor a proximidade ontológica entre o fato de o trabalho ser a forma originária (*Urform*) e, justamente por isso, conter traços ontológicos mais gerais dos atos humanos (*Vorbild*). Portanto, a gênese do trabalho é o processo fundante da complexa explicitação da essência humana, do devenir¹⁴ humano dos homens. É o início da auto constituição da humanidade enquanto gênero, e o momento fundante da generidade em si. Nesse exato sentido, a gênese da categoria do trabalho e a gênese do ser social, assim a categoria fundante do ser social é o trabalho mediado pelas necessidades dos homens que por sua vez é mediada pela essência/consciência do trabalho abstrato.

¹⁴ Em Lukács o devenir é uma categoria ontológica e que Lessa (1992) explica que se trata do desdobramento do ser social que Lukács denominou como *Menschwerden des Menschen*, o devenir homens dos homens.

Bourdieu (1989, p. 134-35) explica que a posição de um determinado agente no espaço social pode ser definida pelo lugar que ele ocupa nos diversos campos sociais, na forma como os poderes atuam e são distribuídos em cada um deles, com destaque para a questão do capital econômico. O autor descreve o campo social como um “espaço multidimensional de posição tal que qualquer posição atual pode ser definida em função de um sistema multidimensional de coordenadas” onde os valores correspondem aos valores das diferentes variáveis pertinentes.

Na sociedade capitalista, emerge o agravamento da questão social, como desdobramentos do avanço do capital e do enfrentamento histórico da luta de classe. Ainda que seja difícil afirmar historicamente o surgimento dessa categoria, as políticas sociais e a configuração de um padrão de certa proteção social são resultados e respostas das formas de enfrentamento às questões múltiplas da questão social no capitalismo. Abordaremos aqui a questão social que nasce da confluência dos movimentos de ascensão do capitalismo com a chamada “Revolução Industrial”, das lutas de classe e do desenvolvimento da intervenção estatal e o alinhamento da técnica ao modelo social capitalista. Sua determinação histórica se configura na forma do trabalho alienado, Marx (2014) demonstra como a dimensão apropriativa do trabalho ou o trabalho como realização humano é invertida no capitalismo como trabalho alienado.

No cerne desse conflito a categoria da luta de classe emerge como elemento central quanto ao conceito de classe, em acordo com Bourdieu (1989, p. 160) “a classe existe na medida em que os mandatários dotados de plena *potentia agendi* podem ser e sentir-se autorizados a falar em nome dela”

Explica Ponte (2010) que a técnica, historicamente tem sido apropriada como um dos meios utilizados como forma de manter a coesão social de modo a assegurar o poder econômico das classes dominantes. A ORT, em seu contexto foi pensada como técnica funcional de controle do trabalho, garantido o viés ideológico do capital. Neste viés a técnica é entendida como elemento recorrente para a coesão do sistema como um todo indivisível, sendo:

A indústria cultural na sociedade burguesa exemplifica a produção fetichizada da mercadoria de modo a direcionar seus fins, onde o gosto do consumidor já foi previamente determinado e, de certo modo, hierarquizado, adquirindo um suposto “comportamento espontâneo” diante do produto. A forma de adestramento e atrofia é causada no imaginário como resultado da exacerbação das atividades produtivas, cuja violência já se apresenta como inerente aos homens que compõem a sociedade burguesa. Os meios utilizados para a criação das necessidades fazem com que todos sejam levados a consumir de

modo a atender à necessidade criada artificialmente, de maneira a reproduzir as condições pré-estabelecidas pelo mercado (PONTE, 2010, p. 56).

A dissimulação na produção da indústria de um modo geral e, especificamente na cultura, ao produzir padrões antecipadamente previstos como necessários para o desenvolvimento do capital e apresentá-los como se fossem os da sociedade como um todo, “cria” a sensação de que tais necessidades foram saciadas de acordo com a perspectiva do consumidor. A necessidade passa a ser incorporada pelo consumidor como se realmente existisse e o seu não saciamento se apresenta como uma questão de incapacidade individual. Marx (2014) ao analisar esse movimento categoriza como o fetiche da mercadoria, onde produtos da cabeça do homem aparecem dotados de vida própria e que para Lessa (1992) a ação deste momento de previa-ideação é mais “real”, no desdobramento da vida do sujeito, que uma montanha de minério de ferro. Ele determina o comportamento social do ser social com uma intensidade muito maior do que qualquer objeto natural o faz, entendemos esse momento como uma categoria desencadeante da desigualdade social.

O conceito pedagógico da desigualdade nasce então como uma concepção sistêmica e estrutural dentro do modelo capitalista, ao criar demandas e necessidades de consumo, buscando maximizar o lucro e ampliar os mercados consumidores dos produtos objetivado do trabalho humano abstrato.

A desigualdade e a exclusão são dois sistemas de pertença hierarquizada. No sistema de desigualdade, a pertença dá-se pela integração subordinada enquanto que no sistema de exclusão a pertença dá-se pela exclusão. A desigualdade implica um sistema hierárquico de integração social. Quem está em baixo está dentro e a sua presença é indispensável. Ao contrário, a exclusão assenta num sistema igualmente hierárquico, mas dominado pelo princípio da exclusão: pertence-se pela forma como se é excluído. Quem está em baixo, está fora. Estes dois sistemas de hierarquização social, assim formulados, são tipos ideais, pois que, na prática, os grupos sociais inserem-se simultaneamente nos dois sistemas, em combinações complexas (SANTOS, 1999, p. 4).

A ideologia de “assistência dos flagelados” na Alemanha nazista é lembrada por Adorno e Horkheimer (1985) como fazendo parte do processo de fetichização para convencer a sociedade sobre a existência de uma forma de “solidariedade” existente entre o Estado e os demais segmentos sociais. Ideologia produzida para estimular a produção industrial a partir dos fundamentos científicos no que diz respeito às relações empresa, operário, consumidor e incutir a ideia do Estado como protetor dos pobres e desvalidos. Embora isto seja, de certa forma, o reconhecimento das atrocidades cometidas por este.

Para Bourdieu (1989) o mundo social pode ser dito, concebido e entendido de

diversas formas operacionalizado por meio de divisão, onde o entendimento das divisões na base do capital apresenta possibilidades de serem estáveis e duradouras, onde os demais agrupamentos estão sempre ameaçados ligados pela distância no espaço social. Bourdieu, expõe que não se pode “juntar uma pessoa qualquer com outra pessoa qualquer” sem considerar as diferenças culturais e econômicas, o que não excluiu a possibilidade de se conceber o espaço social com relação das questões étnicas, nacionais e etc.

Dentro dessa lógica produtivista, as crises econômicas exercem a força motriz do processo pedagógico da desigualdade e da exclusão. De acordo com Mandel (1990) a crise de 1974 caracterizou-se por uma sobreacumulação de capital, ao avançar com uma rapidez sempre crescente que ultrapassa o ritmo de extensão da produção e que Mandel afirma, foi uma crise clássica da superprodução, se analisada as tendências de longo prazo fundantes na lei do valor. As incoerências consequentes desta acumulação introduzem na produção distorções múltiplas: incertezas nos mercados, perdas devido à anarquia da concorrência, desordem na execução de meios técnicos, agravamento das tensões sociais, da luta ideológica e política. Tudo isto constitui um labirinto que os Estados procuram permanentemente desenredar em conluio com a burguesia e em particular os seus grupos monopolistas.

Behring; Boschetti (2008) explicam que em 1973 e nos anos seguintes a economia da maioria dos países europeus esteve exposta ao impacto do rápido aumento, a nível mundial, dos preços dos produtos alimentares, das matérias-primas importadas, principalmente do petróleo, e dos produtos industriais. A aceleração, em 1974, da subida dos preços mundiais chegou a atingir a média de 25 a 30%. No final do ano ainda não havia qualquer sintoma de redução da pressão inflacionista mundial. As exportações de bens e serviços registaram um fraco movimento explicado pelas condições externas tendo em conta as tendências de recessão dos outros países.

O efeito pedagógico da crise, pode ser entendida como consequências da crise, as autoras afirmam que a tentativa de recuperação dos lucros se desdobram no deslocamento do trabalho vivo para o trabalho morto, a diminuição da rotação do capital, a aceleração da inovação tecnológica (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 115), racionalização dos custos, aumento da taxa de mais-valia, em suma o capitalista retira de circulação seu capital, apanha seus lucros e acúmulos em detrimento da maximização da desigualdade e da exclusão.

Outra consequência marcante é a expansão das políticas neoliberais com um programa que defende a não intervenção do Estado na economia e na regulação do

comércio exterior, a manutenção da taxa natural do desemprego, a redução de impostos para altos rendimentos, entre outros. Apesar da tentativa, as autoras explicam que as medidas neoliberais não resolveram a crise capitalista, os índices de recessão ou o baixo crescimento, mas em contraposição, provocou o aumento de desemprego e a diminuição da taxa de crescimento.

A crise na Europa gerou a redução de gastos públicos com políticas sociais e uma curiosa contradição: a sobrecarga de impostos e a redução dos gastos com as políticas sociais. As principais tendências das políticas sociais europeias pós-crise foram o surgimento de políticas de transferência de renda (e sua limitação a um pequeno grupo), o atendimento dos indivíduos de baixa renda e a realização de cursos de qualificação passa a ser entendida como atualização da força de trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 131-133).

Quanto ao contexto brasileiro durante esse período, na contramão dos processos internacionais, o país vivia o fordismo à brasileira, conhecido como o milagre brasileiro, que já vinha acontecendo desde 1955 com o Plano de Metas que na ditadura ganha contornos expressivos (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 135) e a expansão da cobertura da política social.

O primeiro elemento a se identificar é uma aparente falta de sincronia entre o tempo histórico brasileiro e os processos internacionais (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 134 – 135), ao mesmo tempo em que a ditadura impulsionava a economia com a estratégia keynesiana de obras públicas e a busca da legitimidade por meio da expansão e modernização das políticas sociais provocou a cobertura da privatização da saúde, previdência e educação gerando um serviço duplo: um para os pobres e outro para os ricos, intensa institucionalização da previdência, saúde, assistência social (p. 137) pondera-se também as típicas políticas Keynesianas de impulsionar a economia por meio da moradia, surgem aqui as grandes empreiteiras nacionais como instrumentos de preparação estrutural do país para a dinâmica capitalista, sempre alinhado ao uso da força do Estado, no caso brasileiro, operacionalizado pela ditadura militar desencadeada em 1964.

Neste sentido, a problemática dos direitos humanos, muitas vezes compreendidos como direitos exclusivamente individuais e fundamentalmente civis e políticos, se amplia. Cada vez mais se afirma a importância dos direitos coletivos, sociais, econômicos, culturais e ambientais (CANDAUI, 2012).

As autoras destacam, ainda, a transição democrática gerada pela burguesia nos anos 1980, o aumento da inflação, da dívida estatal, o baixo crescimento econômico e as iniciativas pífias no desenvolvimento de políticas sociais, apesar do avanço de algumas reformas democráticas: a ampliação da cobertura da previdência, o novo estatuto dos municípios e a criação dos conselhos paritários.

Behring; Boschetti (2008) explicam que a política social no Brasil contemporâneo, emerge entre a inovação e o conservadorismo, evidenciando que no caso brasileiro, após a década de 1990, as tendências das reformas neoliberais balizadas pelo Plano Diretor da Reforma do Estado, tornam-se elemento sempre presentes nas políticas sociais, neste período a reforma brasileira significou desonerar o Estado, devido à necessidade de o país atrair capital, reduzir a dívida interna e externa, obter preços mais baixos para os consumidores e atingir a eficiência econômica das empresas.

Em relação às políticas sociais, uma tendência foi a sua privatização, o incentivo à tutela do terceiro setor via organizações não governamentais (ONGs), a má qualidade dos serviços públicos e sua não universalização. Em relação aos fundos públicos, as autoras destacam a disputa entre os trabalhadores e a classe capitalista em busca dos seus interesses, o crescimento do número dos Conselhos (sem garantir, entretanto, o efetivo controle democrático), a centralização dos recursos, o gasto excessivo com juros, encargos, amortizações e a continuidade do autoritarismo do Estado, o patrimonialismo, o clientelismo e a cultura senhorial.

[...] a violência que vem de cima é estrutural sobre os pobres. Essa violência 'de cima' é composta de três elementos explosivamente combinados; o desemprego, o exílio em bairros decadentes e a estigmatização na vida cotidiana, em geral associada às dimensões étnico-raciais e de gênero (BEHRING; BOSCHETTI, 2008, p. 167).

Neste contexto, a questão do reconhecimento dos direitos humanos pelo Estado, exposto por Bobbio (1992) como uma questão relevante na busca da construção de sociedades democráticas. Candau (2012, p. 718) ao analisar esta categoria, pondera que é possível afirmar que “a luta pelos direitos humanos tem estado protagonizada pela busca da afirmação da igualdade entre todos os seres humanos”. A autora recorre ao primeiro artigo da Declaração Universal (1948), a saber: “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e, dotados que são de razão e consciência, devem comportar-se fraternalmente uns com os outros”.

As políticas sociais para o trabalhador estão assim, relacionadas aos interesses divergentes das classes, considerando, como assinalam Behring; Boschetti (2008), que a

sociedade civil não é homogênea, conflitos e interesses de classes emergem e nesse prisma não se pode ter uma visão romântica de que todos os mandatários dotados de plena *potentia agendi*, como expressa Bourdieu, estão defendendo os mesmos princípios e o interesse público. Neste prisma o artigo da Declaração Universal citado por Candau, representam apenas um imaginário romântico das relações de poder no atual sistema de produção. Ainda assim, não deixa de ser um instrumento político de poder simbólico e como assinala Bourdieu (1989), capaz de produzir coisas sociais e, sobretudo, grupos sociais.

É neste ambiente que as categorias trabalho e educação emergem como centro das disputas de poder entre as classes dominantes. Antunes (2016, p. 156) explica que “Marx apostou que a escola tem o potencial de elevar ‘a classe operária bastante acima do nível das classes superior e média’, contribuindo assim para o processo emancipatório [...]”. As políticas sociais que promovam uma educação, concebida a partir do trabalho entendido enquanto atividade vital, capaz de emancipar a classe trabalhadora para além do capital.

A próxima subseção aborda o conceito de *habitus* de trabalho, demarcando o conceito histórico e como as influências capitalistas por meio dos diversos ciclos de desenvolvimento da Amazônia buscam ampliar a mais-valia e dominar a região, o objetivo central é discutir como essa lógica produtivista se desdobra no tempo histórico amazônico e avança sobre o *habitus* de trabalho.

1.3. *Habitus* de Trabalho: os ciclos desenvolvimentistas

O modo de produção capitalista, no contexto neoliberal, tem influenciado as concepções das políticas sociais, as reformas do Estado e seus desdobramentos frente à escola e o trabalho no contexto amazônico, este tema foi debatido na subseção anterior e afirmamos que a lógica do capital se impõe, racionalizando um Estado máximo para o capital e mínimo para as questões sociais.

Neste sentido o objetivo desta subseção é discutir como essa lógica produtivista se desdobra no tempo histórico amazônico e avança sobre o *habitus* de trabalho sob a tutela dos projetos desenvolvimentista e as investidas de dominação capital da região.

O conceito que adotaremos para definir *habitus* está em acordo com Bourdieu (1989, p. 64) que o define como “um conhecimento adquirido e também um haver, um capital (de um sujeito transcendental na tradição idealista), o *habitus* (...) indica a disposição incorporada, quase postural de (...) um agente em ação”.

O espaço amazônico é constantemente mercantilizado o que trouxe para a Amazônia aspectos extremamente negativos quanto a degradação do ambiente natural e social, mas, ao mesmo tempo a região passa a melhorar sua articulação local, nacional e global. Há o convívio entre o extrativismo e a industrialização o que acarreta um processo de urbanização intensivo. Becker (1987) conceitua estes núcleos urbanos como “floresta urbanizada”, pois considera que “a urbanização não se mede só pelo crescimento e surgimento de novas cidades, mas também pela veiculação dos valores da urbanização para a sociedade” (BECKER, 1987, p. 73), e Bourdieu assinala que o:

[...] sistema de disposições duráveis e transponíveis que exprime, sob a forma de preferências sistemáticas, as necessidades objetivas das quais ele é o produto: a correspondência que se observa entre o espaço das posições sociais e o espaço dos estilos de vida resulta do fato de que condições semelhantes produzem *habitus* substituíveis que engendram, por sua vez, segundo sua lógica específica, práticas infinitamente diversas e imprevisíveis em seu detalhe singular, mas sempre encerradas nos limites inerentes às condições objetivas das quais elas são o produto e às quais elas estão objetivamente adaptadas. Constituído num tipo determinado de condições materiais de existência, esse sistema de esquemas geradores, inseparavelmente éticos ou estéticos, exprime segundo sua lógica própria a necessidade dessas condições em sistemas de preferências cujas oposições reproduzem, sob uma forma transfigurada e muitas vezes irreconhecível, as diferenças ligadas à posição na estrutura da distribuição dos instrumentos de apropriação, transmutadas, assim, em distinções simbólicas (BOURDIEU, 1983, p. 1).

Em cada município existe a “floresta urbanizada” que representa a urbanização precária, mas traz os valores e a violência existente nas grandes cidades. Assim, embora muitas famílias executem a agricultura familiar, a pesca e outras atividades tradicionais, o imaginário é o que ele vê/consume na televisão¹⁵, o que é vinculado na cidade.

A organização sociopolítica do trabalho nas comunidades tradicionais camponesas amazônicas, é apresentada por Chaves (2001) ao pontuar que esta organização institui a gestão comunitária local em cada ordenamento comunitário, é constituída de forças políticas, econômicas, sociais e culturais, sendo: a) as associações comunitárias: entidades comunitárias formadas por agentes comunitários que possuem interesse e lutam por uma causa comum, a qual possui uma estrutura organizacional constituída por uma hierarquia de responsabilidades e representatividade; b) Mutirão: são serviços para coletividade para melhoria de bens e/ou prestação de serviços comunitários, nos quais o trabalho é compartilhado para usufruto de todos os membros da comunidade; c) Ajuri: são modalidades de organização do trabalho realizadas pelos comunitários de maneira coletiva, cujos resultados são partilhados pelos participantes da atividade, se constituem como uma modalidade de ajuda mútua entre os comunitários; d) Puxirum: são atividades desenvolvidas em grupos para troca de serviços, na quais todos se reúnem para beneficiar um membro, que em momento posterior, presta serviço equivalente ou similar

¹⁵ Com a o programa Luz para Todos, comunidades ou vilas isoladas têm um aparelho de televisão, que os leva ao mundo colorido das novelas e da “realidade brasileira”.

àqueles que haviam realizado (CHAVES, 2003 *apud* BARROSO, 2015, p. 63-64).

Essas organizações sociais estão envoltas aos ciclos de apogeu e declínios do modelo de domínio capitalista. Almeida; Rodrigues (2015) ao analisar o tempo histórico dos ciclos de desenvolvimento da Amazônia, reconstroem a cronologia dos grandes projetos e apontam três momentos históricos (Quadro 3) que apresentamos aqui como ciclos desenvolvimentistas que se materializam na Amazônia.

Quadro 3 – Esquema dos ciclos desenvolvimentista do Brasil e que marcaram a Amazônia

Cronologia desenvolvimentistas da Amazônia		
1760	1870-1945	1970
Exploração das drogas do sertão.	Economia pautada na exportação da borracha.	Criação de uma estrutura industrial eletrônica (Zona Franca de Manaus).
Implantação da agricultura capitalista.	Inchaço demográfico gerado pelas migrações ocorridas da região Nordeste para o Norte do país.	Ocorrência dos grandes projetos de integração da Amazônia.

Fonte: Extraídos de Chaves (2016)

O 1º ciclo, assinalado pelas autoras, está relacionado à exploração das drogas do sertão e os primeiros projetos de agricultura capitalista na região. Picoli (2012) afirma que nesta etapa desenvolvimentista as investidas eram apenas para sugar os produtos de interesse do capitalista, no intuito de satisfazer o comércio sem interferir na estrutura social.

Almeida; Rodrigues (2015), citam também que a Zona Franca de Manaus, está situada no 2º ciclo desenvolvimentista e Picoli (2012) ressalta que nesta fase qualquer tipo de produto oriundo da Amazônia brasileira passa a ser objetificado, sua exploração é fetichizada, sendo o extrativismo dos seringais o produto mais lucrativo deste ciclo e que antecede a implantação do projeto ZFM. Os autores pontuam ainda que neste ciclo o inchaço demográfico da região por meio da migração atinge índices elevados, as populações camponesas migram para as cidades em busca de condições de vida melhores, considerando que grande parte da estrutura moderna da cidade, à exemplo de Manaus, fora construída com recursos oriundos do 1º ciclo extraídos do campo, os povos camponeses foram explorados e não se beneficiaram estruturalmente dos imensos lucros acumulados nesse período.

Como resultados desses avanços do capital sobre a Amazônia, inúmeros foram os projetos desenvolvimentistas pensados para a região, sob a égide do capital e o aumento da produção, bem como a exploração dos seus recursos naturais e culturais e a inserção

deste espaço no contexto nacional, surgiram neste âmbito ciclos de apogeu e decadência econômica, o ciclo da borracha com a extração do látex, evidencia uma dinâmica de exploração desses recursos e designações marcantes para os agentes envolvidos.

As aplicações desse produto ganharam escopo com a descoberta de Charles Goodyear, a vulcanização, em suma é uma técnica de adição do enxofre à borracha, aumentando a resistência e a insensibilidade à temperatura (BATISTA, 2007, p. 169-171). Assim, o ciclo da borracha se processou, portanto, em cerca de um século, sendo que seu auge se limitou ao prazo máximo de 32 anos (1880-1912). A riqueza decorrente desta inovação e a exploração desse produto amazônica, beneficiaram as nações colonialistas e manufatureiras.

Esses ciclos e investidas de exploração da Amazônia avançam sob a égide do desenvolvimento e industrialização, assim evidencia-se nas políticas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)¹⁶ o incentivo à migração e o planejamento de comunidades hierarquizadas e independentes, que foram atraídas por meio de uma publicidade exagerada, um dos grandes projetos deste ciclo é a construção da estrada Transamazônica, como o mais expressivo empreendimento no âmbito da integração rodoviária da região à malha nacional (BATISTA, 2007).

O 3º ciclo desenvolvimentista, está intrinsicamente ligado ao ciclo anterior, tendo como enfoque o setor primário (ALMEIDA; RODRIGUES, 2015), esse ciclo representa o reaquecimento econômico amazônico com a criação da Zona Franca de Manaus (ZFM) em 1957 e regulamentada em 1960, com finalidade de escopo de entreposto de mercadorias estrangeiras para abastecimento de países vizinhos, que poderiam desenvolver por meio dela, as suas exportações. Batista (2007) aponta que a investida do capital em criar essa primeira base da ZFM não funcionou apesar dos aparatos e órgãos criados.

Batista (2007) expõe que em 1967 o governo federal reformulou a ZFM, com enfoque no desenvolvimento do interior da Amazônia criando uma espécie de “franquias especiais para a exportação de mercadorias”, materiais, matérias-primas, e diversos produtos destinados ao consumo interno, na prática se criou uma área desonerada de impostos para os grandes grupos industriais. Desde o início de seu funcionamento em 1967, a vida de Manaus transformou-se radicalmente, despontando uma intensa atividade

¹⁶ A imigração no período da ditadura militar no Brasil é apontada por Picoli (2012) como estratégia do modelo capitalista global que tinham como objetivo, estruturar os novos espaços por meio das ditaduras e é neste processo de investida capitalista que ocorrem os projetos desenvolvimentista na Amazônia.

comercial na capital amazonense. Em 1968 os benefícios da ZFM são estendidos a outros estados da região norte cabendo há alguns municípios do interior do Amazonas a implantação de alguns postos de fiscalização.

O caminho histórico dos projetos desenvolvimentistas relaciona-se aos ciclos de crescimento e declínio econômico que a Amazônia tem sido submetida. Com a decadência do ciclo da borracha surgiram tímidas tentativas de reanimar a economia e integrar a Amazônia ao eixo nacional, surge a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), através da Constituinte de 1946, sendo sancionada a Lei nº 1.806, de 6 de janeiro de 1953. Contudo, foi difícil estruturar e fazer funcionar a SPVEA, posta em desmonte com a Resolução de 1964. Implanta-se assim o Plano Quinquenal (1955) com caráter preliminar, com foco em tomada de posição face aos problemas amazônicos, quanto à adaptação do homem às condições de um meio novo. O plano também previa a recuperação das populações amazônidas. Em termos de execução não se executou nada do que foi previsto, pois as dinâmicas amazônicas não foram consideradas e as ações não tinham estudos balizadores.

Em 1966 a SPVEA converte-se em SUDAM nos moldes da SUDENE, ficando assim sob o encargo da SUDAM o objetivo de promover o desenvolvimento sustentável da economia e o bem-estar social da região amazônica. O Banco da Amazônia foi entregue a administração da SUDAM, e este passa a fomentar programas e projetos de infraestrutura e empreendimentos industriais e pecuários e em pesquisas. Contudo, os planos da SUDAM passam a ser operacionalizados por empresas privadas estranhas à região evidenciando o domínio do capital e interesse estrangeiro nas políticas amazônidas.

Destacamos ainda a existência de um 4º ciclo, como assinala Nina; Almeida (2015) como a mais recente investida desenvolvimentista alinhada ao discurso conservacionista e preservacionista, a Zona Franca Verde (ZFV) edificada em 2003, elege “o desenvolvimento sustentável, com incentivo à produção florestal, agrícola, pesqueira e horticultura de forma ecologicamente apropriada, socialmente justa e economicamente viável. Rodrigues; Chaves, (2015) explicam que o desempenho foi ínfimo, não alavancando a economia do estado, atribuindo a falta de infraestrutura como um dos principais problemas, um desdobramento do projeto foi a diminuição da produção agrícola. Assim a ZFM representa a única alternativa de desenvolvimento em que pese o discurso sobre o desenvolvimento sustentável, preservação e conservação da Amazônia.

Tais formatos desenvolvimentistas repercutem na conjuntura atual e na vida das populações camponesas, cujo desdobramento de luta pela redemocratização brasileira, em confronto com a expansão neoliberal Inglesa e Americana, culminam em movimentos da sociedade civil organizada, emergem atores e ideário popular de massa, devido às dimensões e o cenário amazônico, as políticas públicas de educação não alcançaram essa parcela da sociedade, um dos problemas centrais ancora-se na questão do acesso à terra, em acordo com Frigotto (2002, p. 55) o “[...] latifúndio e a perversa distribuição de renda vem mantendo o Brasil como uma das sociedades mais injustas e desiguais do mundo [...]”, apesar dos ganhos obtidos na Constituição Federal de 1988, seus avanços aos poucos são diluídos aos longos dos governos neoliberais brasileiros.

Abordamos brevemente o conceito de *habitus* de trabalho, trabalhamos o conceito histórico, as influências capitalistas por meio dos diversos ciclos de desenvolvimento da Amazônia e como estes buscam ampliar a mais-valia e no sentido de dominar o território, onde a lógica produtivista se desdobra no tempo histórico da região e avança sobre o *habitus* de trabalho no contexto amazônico.

Neste sentido, destina-se a próxima unidade para a abordagem das questões do território, pertencimento e comunidade com o objetivo de conceituar as categorias em disputa no contexto amazônico e os interesses do capital expressa seu poder ideológico nestes espaços. Propomos discutir as categorias intelectualização, inovações tecnológicas e o trabalho camponês, como as diversas formas de intelectualização por meio das chamadas inovações tecnológicas se desdobram no fazer humano, abordaremos o *modus vivendi* presente no povoado da Costa da Conceição no município de Itacoatiara no Amazonas, abordaremos as novas técnicas presentes na comunidade, as mediações que esse *modus vivendi* se desdobra no trabalho camponês, as formas de transferência de conhecimento, os aprendizados e como são socializados na comunidade.

CAPÍTULO II

OS SABERES E *MODUS VIVENDI* COMUNITÁRIO

2.1. O município de Itacoatiara (AM)

O Estado do Amazonas possui sessenta e dois municípios distribuídos em nove microrregiões¹⁷, sendo a capital Manaus que mais se sobressai devido o parque industrial da Zona Franca de Manaus. A economia do Estado apresenta uma contradição, se por um lado a capital cresceu e se modernizou, por outro lado o interior do Amazonas que representa o setor primário da economia “não respondeu aos estímulos da política” havendo um esvaziamento devido à migração (NINA; ALMEIDA, 2015).

Itacoatiara pertence a Mesorregião Centro Amazonense composta por 30 municípios e subdivida em 6 Microrregiões¹⁸ considerada como uma cidade intermediária que para Oliveira (2007, p. 35) tratam-se de “cidades consolidadas pelos antecedentes históricos que se territorializaram no espaço-tempo além de apresentarem situação geográfica favorável que serve de fator de atração para atividades econômicas”.

Formada inicialmente a partir de uma pequena missão jesuíta junto à bacia do rio Madeira, elevada à categoria de Vila em 1759, à condição de uma das cidades mais importantes da mesorregião centro amazonense, com forte atuação no setor graneleiro, madeireiro e na agropecuária, a trajetória de sua formação histórica foi longa e marcada por lutas.

Monteiro de Noronha (1768, p, 28-29) descreve que a Vila de Serpa foi fundada primeiramente no rio Maturá, próximo ao Rio Madeira, em seguida mudou-se para o rio Canumã e deste para o rio Abacaxi, em seguida muda-se para a margem oriental do rio Madeira e por fim, data do ano de 1759 a mudança para as paragens das pedras pintadas, no Rio Amazonas.

¹⁷O Estado do Amazonas é dividido em nove microrregiões, quais sejam: Alto Solimões, Jutai/Solimões/Juruá, Purus, Alto Rio Negro, Rio Negro/Solimões, Médio Amazonas, Jruá, Madeira, Baixo Amazonas.

¹⁸ Microrregião Itacoatiara Tefé, abrange os Municípios de Alvarães, Tefé e Uarini;
Microrregião Coari, engloba os municípios de Anamá, Anori, Beruri, Caapiranga, Coari e Codajás;
Microrregião Manaus, formada pelos municípios de Autazes, Careiro, Careiro da Várzea, Iranduba, Manacapuru, Manaquiri e Manaus;
Microrregião Rio Preto da Eva, pertencem a esta microrregião os municípios de Presidente Figueiredo e Rio Preto da Eva;
Microrregião Itacoatiara, formada pelos municípios de Itacoatiara, Itapiranga, Nova Olinda do Norte, Silves e Urucurituba;
Microrregião Parintins, composta pelos municípios de Barreirinha, Boa Vista dos Ramos, Maués, Nhamundá, Parintins, São Sebastião do Uatumã e Urucará.

As Cartas Régias de 1693 e 1694, são apontadas por Oliveira (2007) como um “marco zero para o início da conformação territorial da cidade de Itacoatiara” essas cartas estabeleceram a criação do Regimento de Missões, o autor explica que:

Nestas Leis ficaram estabelecidos os limites da circunscrição espacial que caberia às várias missões religiosas estabelecidas na Amazônia. Este fato significou uma nova página na exploração da mão-de-obra indígena em toda a Amazônia, propiciando o surgimento de legislações que foram criadas para a consolidação do domínio português e viabilizadas pelo Diretório, sob o pretexto mascarado de propiciar o bem-estar, o povoamento, o desenvolvimento das atividades agrícolas na Região, assim como o fim da promiscuidade e o fortalecimento do Estado Português (OLIVERIRA, 2007, p. 38).

Em suma, Portugal dividiu as terras em Companhias, sendo que as terras da região do médio Amazonas e Madeira foram destinadas para a Companhia de Jesus, a instalação dessa missão na região enfrentou a resistência das nações Torá e Mura, onde o recrutamento da força de trabalho indígena nesta região foi marcada por conflitos, massacres, assassinatos e aprisionamento dos nativos. A exemplo disso, o autor cita que:

Governando o estado do Pará o senhor Cristovam da Costa Freire, fez uma expedição de guerra contra os índios da nação Torá, por várias irrupções, que fizeram as aldeias de Canumã, e Abacaxis, e hostilidade que praticaram, [...]. Reduzidos os índios a última consternação, pediram paz, que lhe foi concedida com a condição de se descerem, e agregarem a aldeia de Abacaxis, hoje vila de Serpa; ficando, porém, que por mais remotos não foram invadidos, ou escaparam do furor da guerra (MONTEIRO DE NORONHA, p. 30).

Explica Oliveira (2007) que esse sistema de ‘punição’ imposta aos indígenas foi uma ação violenta do colonizador em resposta à resistência e guerras travadas pelos indígenas das nações Torá e Mura contra os invasores coloniais instalados nas margens dos rios afluentes do Madeira, fato que pode ser considerado como um dos principais motivos que provocou, em 1759, a transferência da Vila de Serpa do Madeira para o Amazonas.

Itacoatiara, nasce do interesse colonizador em subjugar e dominar as nações nativas, além de situar-se em um importante entreposto, estratégico para assegurar a hegemonia do colonizador. A vila de Nossa Senhora do Rosário de Serpa, face à promulgação da Lei provincial nº 283, é elevada à cidade com a denominação de Itacoatiara em 1 de janeiro de 1874.

A Lei nº 283, assinada pelo presidente provincial Domingos Monteiro Peixoto, que deu à vila de Serpa a categoria de cidade, nasceu de um projeto apresentado à Assembleia Legislativa Provincial pelo deputado Damaso de Souza Barriga, filho do Município. Foi a terceira localidade amazonense a receber o título

citadino, antecedida apenas por Manaus e Tefé. O texto legal, além de fazer justiça à povoação, que há tempos ganhara condições políticas, sociais e econômicas para isso, recuperou a denominação nativa do burgo. Tal é a ementa da Lei nº 283: “Eleva a vila de Serpa à categoria de cidade com a denominação de Itacoatiara” (SILVA, 2018, p. 87).

Desde a chegada dos invasores na Amazônia, a convivência com os indígenas raramente foi pacífica, os conflitos armados sempre foram recorrentes e a resistência dos povos ao julgo do colonizador sempre esteve presente na região, uma forma de resistência ao trabalho escravo que o invasor impunha aos nativos. Sobretudo trata-se da imposição da cultura “Lusitana” que buscou apagar a existência dos povoados indígenas substituindo os nomes dos povoados por nomes portugueses, o que demonstra uma ideia de domínio político e cultural do território.

Figura 1 – Localização Geográfica do Município de Itacoatiara (AM)



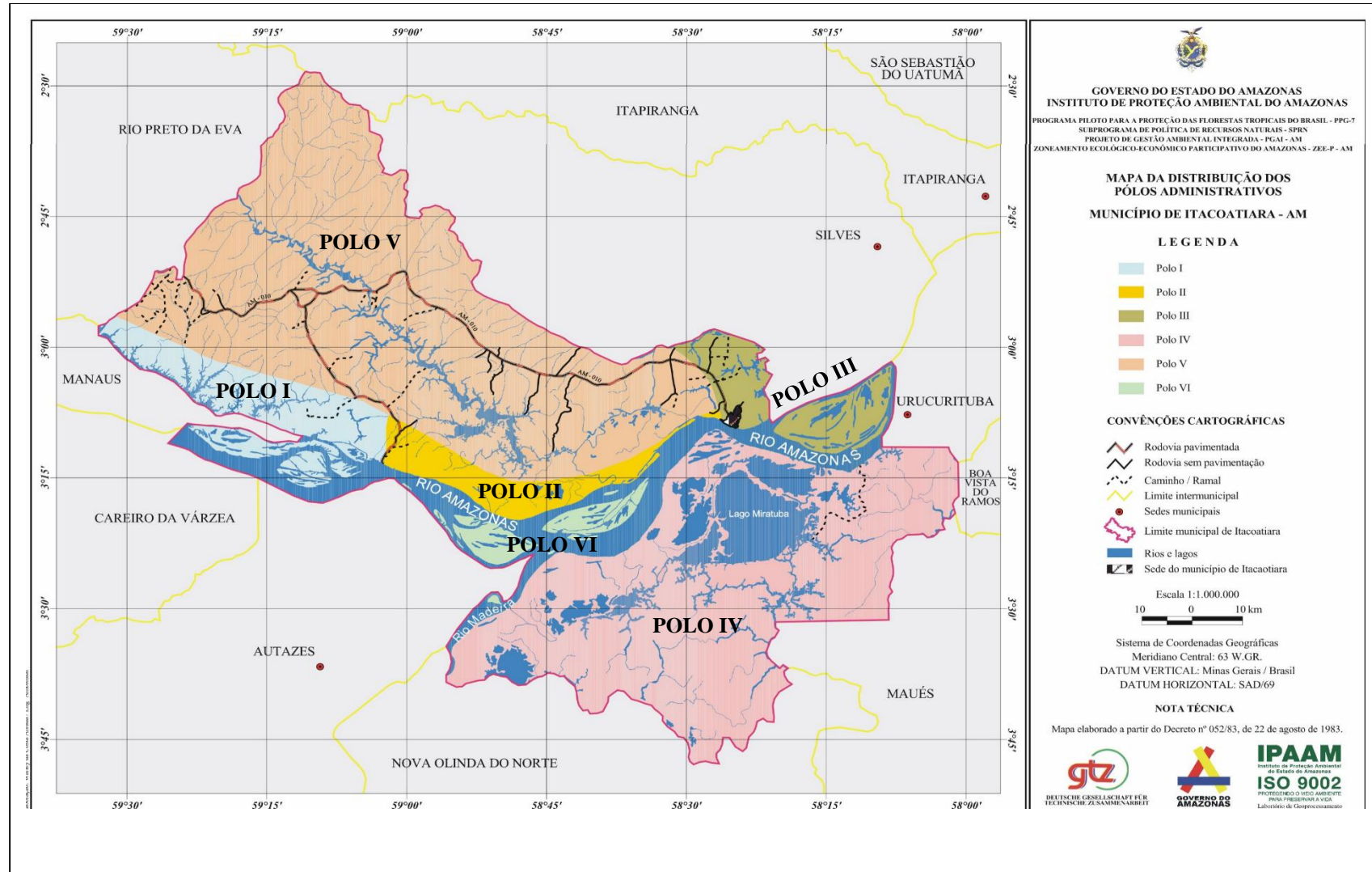
Fonte: Google (2020)

Segundo o IBGE (2010), o município de Itacoatiara possui uma população 86.839 habitantes dos quais 44.426 são do sexo masculino e 42.413 do sexo feminino, 28.682 pessoas residem na zona rural do município e a densidade demográfica é de 9,77hab/km².

O território do município de Itacoatiara/AM é organizado em seis polos administrativos (Figura 2) sendo: Polo I – Paraná da Eva, área de influência do município de Rio Preto da Eva e Lago do Arumã (25 assentamentos humanos). Polo II – Novo Remanso, São José do Amatari, Ilha da Maquira e Costa da Conceição (17 assentamentos). Polo III – Ilha do Risco, Cidade de Itacoatiara, Igarapé do Carão, Paraná de Serpa e Costa do Tabocal (19 assentamentos). Polo IV – Arari, rio Araújo e Lago Preto (54 assentamentos). Pólo V – Estrada AM-010, rio Urubu e Tabocal (60 assentamentos). Pólo VI – rio Amazonas, Costa do Surubim e Costa do Cumarú (29 assentamentos). Com exceção do Pólo V, situado totalmente em terra firme, os demais polos foram distribuídos

ao longo de planícies inundáveis, em razão de grande parte dos assentamentos humanos situarem-se tradicionalmente ao longo de rios, paranás e igarapés (IPAAM, 2003).

Figura 2 – Mapa de distribuição dos Polos Administrativos do município de Itacoatiara



Fonte: IPAAM (2003)

2.2. Conceituando o Território: Territorialidade e Pertencimento

Vivemos com uma noção de território herdada da Modernidade e de seu legado de conceitos puros, tantas vezes atravessando os séculos praticamente intocados. É o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social.

(Milton Santos, 2000, p. 190)

Apresentamos, anteriormente, um breve histórico de como ocorreu a formação do território do município de Itacoatiara/AM, a ação violenta do invasor e a busca pela dominação dos povos indígenas que resistiram ao trabalho forçado e incorrem diversos conflitos na região, face à essa questão empreendemos esforço epistemológico para discutir nessa seção o conceito de território, pois os conflitos que forjaram a conformação desse município podem nos dar suporte para discutirmos questões como o acesso à terra, a formação da identidade camponesa e a forma de trabalho presente no povoado da Costa da Conceição em Itacoatiara/AM.

Santos (2000, p. 22) expressa que o conceito de território “(...) só se torna um conceito utilizável para a análise social quando consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. O autor pondera que antes, era o Estado que definia os lugares, assim de acordo com Santos (2001, p. 19) “entende-se território a extensão apropriada e usada”. O Território era a base, o fundamento do Estado-Nação que, ao mesmo tempo, a moldava. Com a globalização, passamos da noção de território “estatizado”, nacional, para a noção de território “transnacional”, mundial, global.

[...] Entre o território tal como ele é a globalização tal como ela é cria-se uma relação de causalidade em benefício dos atores mais poderosos, dando ao espaço geográfico um papel inédito na dinâmica social. [...] relegando ao Estado uma posição de coadjuvante ou de testemunha [...] sob um jogo de interesses individualistas e conflitantes das empresas, o território acaba sendo fragmentado (SANTOS, 2000, p. 23).

Em suma, o território nacional é o espaço de todos, para todos e abrigo de todos. A fragmentação desse espaço, cria o território “transnacional”, sendo este do interesse das empresas, que Santos (2000) expõe como um espaço habitado por um processo racionalizado e um conteúdo ideológico de origem distante e que chegam a cada lugar com os objetos e as normas estabelecidos para servi-los. De um modo mais restrito, o autor pondera que território é um nome político para um espaço de um país.

Em sua crítica à globalização e aos processos que atuam no mundo acentuando e aprofundando desigualdades socioespaciais, Milton Santos retoma dois conceitos da Geografia: o conceito de território e o conceito de lugar. Santos (2008, p. 159) afirma que “lugar se define tanto por sua existência corpórea, quanto por sua existência relacional”, esse lugar torna-se condição e suporte de relações globais que, sem a existência desses lugares não se realizariam.

Milton Santos propôs que o “espaço geográfico” (sinônimo de “território usado”) seja compreendido como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, e assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente. Neste sentido, a territorialidade é apresentada por Santos (2001, p. 19) como sinônimo de “pertencer àquilo que nos pertence”, para o autor esse sentimento de exclusividade e limite, prescinde da existência do Estado.

Ele chama atenção para o novo funcionamento do território, através de horizontalidades (ou seja, lugares vizinhos reunidos por uma continuidade territorial) e verticalidades (formadas por pontos distantes uns dos outros, ligados por todas as formas e processos sociais). Neste prisma, o território é usado a partir de seus acréscimos de ciência e técnica (SANTOS, 2001, p. 93) e são nesses territórios que a profissionalização do trabalhador, tal como exposto por Ramos (2006, p. 239), passa a ser entendida, dentro de uma concepção predominantemente econômica, intrinsecamente ligada à divisão social e técnica do trabalho e de certo modo à produção da própria existência humana e de suas relações.

Dada a historicidade dos territórios – os países mudam seus modos de produção e, nesses distintos regimes e padrões de regulação alteram regras fundamentais das relações entre os homens, entre eles e o Estado, entre eles e as capacidades ancestrais acumuladas, entre eles e os elementos da natureza –, mudam também as formas de existência dos camponeses que neles habitam – seus campesinatos (COSTA; CARVALHO, 2012, p. 115).

Nessas concepções, o território pode ser formado de lugares contíguos e de lugares em rede, considerando o uso do território como exposto por Santos (2001), as redes constituem uma realidade nova que, de alguma maneira, justifica a expressão verticalidade (SANTOS, 2005). Mas além das redes, antes das redes, apesar das redes, depois das redes, com as redes, há o espaço de todos, todo o espaço, porque as redes constituem apenas uma parte do espaço e o espaço de alguns. São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço de todos, contudo

[...] tanto sua constituição como seu uso exigem, todavia, parcelas volumosas de informação, que se distribuem segundo métricas diversas. A natureza dessa

informação e sua presença desigual entre as pessoas e os lugares tampouco é alheia a esses conteúdos científico-técnicos. Estaríamos autorizados, por isso, a entender a informação como um recurso, com áreas de abundâncias e áreas de carência (SANTOS, 2001, p. 93).

O uso desses territórios pode ser entendido como um modelo de interdependência, pois na forma como o sistema de produção, alinhado ao capital, as desigualdades tornam-se produtos sistêmicos, desigual e combinado, na estruturalização das desigualdades e como exposto anteriormente, essas desigualdades tornam-se meios do sistema manter os ciclos de crise de produção e a acumulação da mais-valia.

Santos (2001, p. 98) afirma que o mundo contemporâneo hoje é entendido como ‘tempo real’, pois a informação é transmitida de forma instantânea entre os territórios e nesse contexto as “ações se concretizam não apenas no lugar escolhido, mas também na hora adequada, conferindo maior eficácia, maior produtividade e maior rentabilidade aos propósitos daqueles que as controlam”. Neste contexto, a ideologia do sistema capitalista se expressa para além dos territórios e como exposto por Marx (2014) nesse processo de trabalho, a atividade do homem opera uma transformação, subordinada a um determinado fim, no objeto que atua por meio do instrumental do trabalho, objeto do constante acúmulo do capital.

Santos (2005, p. 151) cita que “[...] a ótica das redes manifesta a espacialidade das grandes corporações e instituições internacionais (que em geral possuem sedes nos países do chamado Primeiro Mundo) as quais operam numa lógica escalar”, persistem no mundo contemporâneo a colonização medieval, considerando que o espaço e a sociedade no atual momento do capitalismo global não anula a existência dos países de centro, como os de Primeiro Mundo, e os países periféricos, tampouco anula a existência do Estado, as lutas de classes, ainda que em suma, os (re)ajustes do sistema sempre estejam num movimento dialético.

Assim, o território passa a ser entendido com um espaço político e econômico, a globalização atua sobre esses territórios os moldando como espaços transnacionais e utiliza-se do modo de produção para ampliar a mais-valia com conseqüente acúmulo de capital. A territorialidade, enquanto pertencimento ao lugar e as relações construídas com o território usado, é fragmentado e esse movimento dialético permite ao modo de produção a implantação de sua matriz ideológica.

Discorreremos brevemente sobre as questões do território e pertencimento, essa discussão nos permite entender o povoado da Costa da Conceição como um território camponês o qual centra-se na comunidade como a forma político-social dos sujeitos ao

construírem suas relações com o meio, emergem categorias em disputa no contexto amazônico e os interesses do capital e a expressão do poder ideológico nestes espaços. Entendemos que a conformação do povoado se relaciona com as questões da formação do território, nesse sentido apresentamos a seguir as organizações sociais que o povoado da Costa Conceição estabeleceu em relação ao seu território e o processo histórico desse movimento. Nosso objetivo na seção seguinte é resgatar o histórico de cada organização social presente no povoado, esse resgate foi operacionalizado pelas observações anotadas no caderno de campo da pesquisa ancorado nas falas dos sujeitos do povoado.

2.3. A comunidade do povoado da Costa da Conceição

Monteiro de Noronha, na obra “Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província” de 1862, descreve esta região como terras altas, que em outros tempos os religiosos Mercenários, fundaram algumas aldeias de indígenas, as quais tiveram pouca duração. Monteiro de Noronha registra que habitavam essa região os povos das nações Sapopé, Aroaqui e Piriquita. Não há menção na obra sobre o que se denomina hoje de Paraná da Trindade, pois a viagem do autor ocorreu pelas águas do rio Madeira, contudo o autor cita a passagem por entre ilhas com largos canais, o que hoje se denomina a atual Ilha da Trindade, região do citado Paraná da Trindade e registra o interesse econômico dos invasores em apropriar-se dos produtos cultivados pelos povos indígenas às margens dos rios.

O rio Amazonas, e os mais que nele desaguardam, depois de passada a barra do Rio Negro, são abundantíssimos de cacau, salsa, e mais gêneros, como o testifica a continuada experiência das suas colheitas; fazendo estas o mais grosso ramo do comércio do Pará (MONTEIRO DE NORONHA, 1768, p. 33).

Como pontua Silva (2012, p. 45), o movimento realizado pelo imperialismo, a exploração mercantilista e a violenta política colonial promovida pelos europeus na Amazônia, evidencia o caráter de “intervenção do expansionismo europeu que inseriu territórios e povos nas transformações processadas na Europa”. Monteiro de Noronha, observa a abundância de plantações e colheitas nas calhas dos rios, e o interesse do comércio e exploração dessas culturas, onde a igreja católica representou importante instrumento de poder colonizador na Amazônia, responsável pelo acultramento das nações nativas, dominação e ocupação da região. Silva (2012, p. 107) assinala que “o clero foi o primeiro difusor do pensamento europeu sobre a terra e as gentes”. Na contemporaneidade, este papel é exercido pelas igrejas protestantes nas características

católica, cujo enfoque principal delas é servirem ao mercado por meio do "mercadejar da Fé", agindo em diferentes frentes, tornando-as responsáveis em dar prosseguimento ao papel colonizador representado e exercido anteriormente pela igreja católica na região Amazônica, considerando o exposto por Gohn (1977) que a economia moral dos povos tradicionais no Brasil colônia foi, em particular na Amazônia, constituída historicamente a partir de conceitos e categorias fornecidas pela Igreja Católica, porém sempre ressignificadas e carnavalizadas a partir das experiências comuns ao povo e imposição da exploração estrutural do trabalho.

A religião exerceu um grande papel na aceitação das novas condições de vida. Sem necessidade de nos determos em velhas polémicas como, por exemplo, a que divide a marxistas e weberianos em torno da ordem causal entre o desenvolvimento do capitalismo e a reforma protestante, é óbvio que o protestantismo em geral e o puritanismo em particular foram essenciais para azeitar a expansão do novo sistema econômico. A reforma protestante é habitualmente tida em conta, sobre tudo, pelo papel da teoria da predestinação na conformação da nova mentalidade burguesa e, em geral, por sua ética do trabalho, mas tanto ou mais importante que isto foram seus efeitos sobre o calendário de trabalho dos trabalhadores. A proliferação de dias festivos na Europa medieval estava estritamente vinculada ao santoral e as festividades religiosas do catolicismo, então simplesmente cristianismo (ENQUITA, 1989, p. 55).

Assim, a Amazônia se forma como um espaço inserido nas disputas do capital, e que Silva (2012) vai destacar como as Amazônias, onde a Amazônia Indígena antecede as demais, portuguesa e brasileira, sendo resultado de uma ocupação colonial, nestas Amazônias se formam as comunidades camponesas, e que para Mourão *et al.* (2019), o espaço amazônico é constantemente mercantilizado o que trouxe para a Amazônia aspectos extremamente negativos quando degrada o ambiente natural e social, mas, ao mesmo tempo a região passa melhorar sua articulação local, nacional e global.

A comunidade é para o camponês um território em que as relações se constituem, “os aspectos culturais, as tradições se interligam, a economia, a religião, a política, diversos aspectos de uma cultura aparecem interligados e formam parte de um sistema geral de cultura, tais como o são na realidade” (WAGLEY, 1988, p. 44).

Assim, o conceito de comunidade é compreendido como um fenômeno histórico e social, que assume diferentes significados no tempo e no espaço. Wagley (1988) pondera que cada comunidade tem suas próprias histórias, crenças, *modus vivendi*, com culturas, instituições e poderes sociais que coexistem na sua pluralidade. As reflexões sobre o assunto são repletas de possibilidades de conceitos pautadas em diferentes

referências, como territorialidade, interesses capitais, organização social e política, valores em comum, sentimento comunitário, entre outros (SILVA; HESPANHOL, 2016).

Para Bauman (2003, p. 7), “comunidade sugere uma coisa boa, é um lugar cálido, um lugar confortável e aconchegante. É como um teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada, como uma lareira diante da qual esquentamos as mãos num dia gelado”. Tönnies (1973) define comunidade como um grupo social caracterizado pelo envolvimento de seus membros como pessoas completas, unidas pelo compartilhamento de sentimentos e emoções e vivendo de forma íntima, privada e exclusiva. Assim concebida, a comunidade estaria representada pela família, pelos grupos de vizinhança, pela aldeia rural, etc. Explicam Silva; Hespanhol (2016), em várias regiões do Brasil utiliza-se a terminologia “comunidade rural” para designar um grupo de pessoas que vive nas áreas rurais e que partilha dos mesmos eventos, tradições e costumes.

Resgatamos aqui o conceito de território, contudo dentro da concepção a qual defendemos como Território Camponês, ancorados em Silva (2017, p. 39) afirmamos que trata-se de uma “unidade espacial, mas também é o desdobramento dessa unidade, caracterizada pelo modo de uso desse espaço que chamamos de território, por causa de uma questão essencial que é a razão de sua existência”. A unidade espacial se transforma em território camponês quando compreendemos que a relação social que constrói esse espaço é o trabalho familiar, associativo, comunitário, cooperativo, para o qual a reprodução da família e da comunidade é fundamental (FERNANDES, 2012, p. 746). Mas não só isso, “**os territórios do campo** se constituem no plano da unidade na diversidade; na relação entre o que há de universal na lógica capitalista e o que há de particular relacionado às características naturais, produtivas, sociais, políticas e culturais próprias de cada relação sócio-territorial, considerando que a própria singularidade desses territórios surge por meio da relação entre o universal e o particular” (HAGE; OLIVEIRA, 2011, p. 2) e que está inserido nas disputas do capital o qual entendemos que a reestruturação produtiva exerce forte pressão sobre esses territórios, moldando o trabalho e as formas de realizar determinada atividade em comunidade.

Entendemos que a comunidade é um espaço histórico onde os sujeitos constroem sua base familiar, é onde se aprende a nadar nos rios, a brincar nos barrancos, é onde se aprende a viver em comunidade, é o espaço político do ser histórico. O jovem trabalhador Terçado, 19 anos, agricultor camponês, descreve o que é a comunidade:

[...] para mim é a minha casa, é onde eu nasci, onde eu posso dizer que é minha casa, onde tenho minha família né, meus amigos. Para mim é meu espaço, tipo

assim um patrimônio, meus pais ajudaram a construir e tem a nossa história né, nenhum lugar, por mais que a gente mude, e vá para as cidades grandes, acho que nenhum lugar vai ser assim como nossa comunidade, as coisas que temos aqui, nossa infância, nossos avós, a comunidade para mim é isso (TERÇADO, 2019).

O sujeito percebe sua relação com o espaço histórico, com memórias, sentimento de pertencimento e valorização do seu território como prática de existência do ser ontológico. O povoado da Costa Conceição, localiza-se no município de Itacoatiara no Estado do Amazonas, nas margens do Paraná da Trindade, organiza-se em 6 comunidades distintas: Vila do São Pedro do Iracema (VSPI), Comunidade Nossa Senhora da Paz (CNSP), Comunidade Nossa Senhora das Graças (CNSG), Comunidade Adventista (CA), Comunidade Nossa Senhora da Conceição (CNSC) e Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (CNSPS). O povoado fica há 46,85km, em linha reta, de distância da sede do município, e há 134,07 km de distância da capital Manaus. O povoado possui uma faixa de extensão territorial de aproximadamente 25,38km que se estendem às margens do Paraná da Trindade.

Quatro dessas comunidades contam com ao menos uma escola, um centro social comunitário, igrejas, e no caso das comunidades VSPI, CNSG, CNSC e CNSPS há área destinada para a prática de esporte como o futebol com locais específicos para a prática desse esporte e organizações informais de clubes amadores. Não há postos de saúde ou postos policiais, a população residente no povoado também não dispõe de acesso a água tratada ou rede de esgoto, todo o povoado possui acesso à rede de distribuição de energia por meio do Programa Luz para Todos, instituído pelo Decreto nº 4.783, de 11 de novembro de 2003 e pela Lei nº 10.762, de 11 novembro de 2003, políticas públicas criadas durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e que em 8 de julho de 2011 foi instituído por meio do Decreto nº 7.520, o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica, no então governo da Presidenta Dilma Vana Rousseff.

Costa da Conceição integra o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA), este programa segundo a Secretaria Especial do Desenvolvimento Sustentável vinculada ao Ministério da Cidadania, “busca melhorar a distribuição da terra, para atender os princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção”. Segundo os dados disponíveis no portal Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 2020) o Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) da Costa da Conceição, conta com 699 assentados beneficiados.

Quadro 4- O povoado da Costa da Conceição: Organizações sociais das comunidades

Comunidade	Escola	Igrejas	Associações	Posto de Saúde	Agentes de Saúde	Times de Futebol (Campo de Futebol)	Domicílios com Energia Elétrica
VSPI	Escola Municipal Antônia Vieira	Católica (São Pedro) Protestante (Assembléia de Deus)	Não	Não	Sim	Esporte Clube São Pedro do Iracema	Regular (Programa Luz para Todos)
CNSP	Não	Católica (Nossa Senhora da Paz)	Não	Não	Não	Não	Regular (Programa Luz para Todos)
CNSG	Escola Estadual Anília Nogueira da Silva	Católica (Nossa Senhora das Graças) Protestante (Assembléia de Deus)	Associação de Pais e Mestres – Anília Nogueira da Silva	Desativado	Sim	Conceição Esporte Clube	Regular (Programa Luz para Todos)
CA	Não	Assembléia de Deus Adventista do Sétimo dia	Não	Não	Sim	Não	Regular (Programa Luz para Todos)
CNSC	Escola Municipal Alexandre José Antunes	Católica (Nossa Senhora da Conceição) Assembléia de Deus Comander Adventista do Sétimo Dia	Associação dos Produtores Rurais da Costa da Conceição – APRCOSCON	Não	Sim	Amazonense Esporte Clube	Regular (Programa Luz para Todos)
CNSPS	Escola Municipal Paula Francinete	Católica (Nossa Senhora do Perpétuo Socorro) Assembléia de Deus	Não	Não	Sim	11 Unidos Esporte Clube	Regular (Programa Luz para Todos)

Fonte: PESQUISA DE CAMPO (2019)

Explica Uchôa (2018, p. 103) que esses territórios, tratam-se de um espaço que representa um recorte da “imensidão do território amazônico, local que representa a existência de um povo, que tem a terra como matriz fundamental para existir e coexistir no Modo de Produção Capitalista” nesses espaços as formas de exploração capitalista ainda encontram resistência e o ser ontológico do trabalho assume um caráter social, onde o sujeito compreende o fazer como uma forma de sobrevivência, como relata o jovem trabalhador Terçado, 19 anos, ao se referir as atividades de pesca desenvolvidas nessa região:

[...] A gente sabe onde tem um engate porque alguém jogou a rede antes. Aí a gente joga a rede antes, tipo para fazer a limpeza, joga uma rede própria, aí quando ela engata a gente mete o barco e arranca o pau do fundo, aquele pau que o barco não arranca lá não pode lancear. Aí a gente compartilha essa informação com os outros, porque é assim, todo pescador que ajuda tem direito a pescar [...] (TERÇADO, 2019).

A prática do compartilhamento das informações aprendidas na execução do trabalho é primordial para o sentimento de pertencimento à comunidade, essas relações são construídas, ensinadas e repassadas em grupos familiares, tornando-se assim um elemento importante para a manutenção desses espaços, crenças, culturas, habitus e costumes.

A forte presença da igreja católica no povoado reflete a forma de colonização que a região foi submetida e que Wagley (1988, p. 61) pondera que tratou-se de esforços dos missionários europeus para transformar a população nativa em pessoas “civilizadas” e que para Oliveira (2007, p. 38), “o esforço do colonizador em conquistar a Amazônia foi um processo longo para o colonizador e uma catástrofe para as populações indígenas”, contudo, apesar desse processo de aculturação vivida pelas populações nativas, as comunidades Amazônicas ainda preservam costumes e crenças populares dos seus antepassados indígenas.

A Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), ao desenvolver o Mapas de Aptidão Agrícola das Terras do município de Itacoatiara, classificou a região em três níveis de manejo, que são subdivididos em classes de grupos de aptidão agrícola¹⁹:

¹⁹ A 1ª Classe de terras demonstra aptidão boa para lavouras, em pelo menos um dos níveis de manejo B ou C, a 2ª Classe de aptidão classifica como terras restritas para lavouras, em pelo menos um dos níveis de manejo A, B ou C, a 3ª Classe de terras demonstra aptidão para formação de pastagem no nível de manejo B, a 4ª Classe de aptidão, refere-se a terras com potencial para atividade com silvicultura e/ou pastagem natural e a 5ª Classe, define as terras não recomendada para uso agrícola, a não ser em casos especiais e indicadas para preservação da fauna e da flora ou para recreação.

NÍVEL A – Baseado em práticas agrícolas que refletem um baixo nível tecnológico. As práticas de utilização das terras estão condicionadas principalmente ao trabalho braçal e a tração animal.

NÍVEL B – Caracteriza-se pela aplicação modesta de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições do solo e das lavouras. As práticas agrícolas estão condicionadas principalmente ao trabalho braçal e a tração animal.

NÍVEL C – Caracteriza-se pela aplicação intensiva de capital e de resultados de pesquisas para manejo, melhoramento e conservação das condições do solo e das lavouras. A motomecanização é inerente às diversas fases da operação agrícola (EMBRAPA, 2003).

As terras do povoado podem ser classificadas por diferentes níveis de aptidão, sendo que as terras da CVSI enquadram-se como terras de aptidão para formação de pastagem no nível de manejo B e terras que demonstram aptidão para atividade com silvicultura e/ou pastagem natural, a maioria do território desta comunidade é formado por terras firmes e estão situadas nos relevos mais altos, não são inundadas como as terras de várzea, das demais comunidades do povoado.

As terras da CNSP, CNSG, CA e CNSC, são classificadas como terras de aptidão boa para lavouras, em pelo menos um dos níveis de manejo B ou C, sendo estas terras importantes produtores de polpas de frutas e concentram os maiores lagos do povoado, parte do território da CNSPS apresentam aptidão semelhantes as demais comunidades, contudo a EMBRAPA (2003) classifica a maioria das terras desta comunidade como não sendo recomendada para uso agrícola, a não ser em casos especiais, sendo indicadas para preservação da fauna e da flora ou para recreação, por serem mais baixas em relação as demais, estas terras são submetidas à enchentes mais longas e severas.

Tais dinâmicas naturais da formação deste território são vivenciados pelas populações camponesas do povoado, das terras de várzea às terras firmes os sujeitos desenvolveram seu *modus vivendi* estabelecendo uma relação única e profunda com a natureza e seus ciclos, tal aprendizagem está estruturada na forma de produção baseada no trabalho do sujeito, como pontua Nogueira (2017, p. 18), esta relação busca conciliar a “[...] utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas [...]”, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer e também manejando quando necessário.

Esta relação é percebida pelos moradores como uma questão de aprendizagem, que a moradora Coruja pontua como sendo “o momento das águas” ao referir-se ao ciclo da enchente, descreve:

É a hora da gente se aviar, colher o que tem para colher e se preparar para o rio inundar o quintal, mergulhar tudo na água, ela sobe esses barrancos altos, tudo

fica no mesmo nível, rio, mata, gente, casa. Esse é o momento das águas, não há muito o que fazer quando ela sobe, ela simplesmente vem. Mas não é triste não, tem muita coisa boa, a meninada que corria no quintal agora nada na água, o peixe que tem tempo que está ruim, aparece com abundância, sem contar que lava a terra, renova né. Mata os plantios, mas a gente sabe que quando ela descer a terra está pronta para dar melancias bem doces, feijão manteiguinha, maracujá, as bananas boas. E a gente vai vivendo, temos o nosso tempo, da terra alta, da poeira, mas também temos o tempo do rio (CORUJA, 2020)

A relação descrita pela camponesa está pautada em uma relação de trabalho e seu *modus vivendi*, sua comunidade por estar situada em região de várzea lhe impõe tais fenômenos naturais e que ao longo do tempo foram de um certo modo compreendidos, assimilados e percebidos como parte de um sistema que integra homem e natureza, compatibilizando recursos, esperanças de renovação da terra para um novo ciclo de plantio, um novo ciclo de trabalho.

Para compreendermos esta relação com o território e sua utilização, Santos (2000, p. 22) assinala que “[...] só se torna um conceito utilizável para a análise social quando consideramos a partir do seu uso, a partir do momento em que o pensamos juntamente com aqueles atores que dele se utilizam”. Neste sentido, o território do povoado é entendido como a extensão apropriada e usada, desde sua concepção como trabalho, até as brincadeiras no quintal.

Mourão; Costa (2020) salientam que discutir a região Amazônica requer o entendimento de que os espaços nacionais se configuram segundo critérios que levam em consideração a competitividade, já que a dimensão considerada é o mercado. No processo de globalização o espaço vai se tornando único, visto que estes se intercomunicam, porém, o mundo continua hierarquizado devido à organização capitalista de produção que é desigual e combinada e que para Santos (2013, p. 16) há uma artificialização alicerçada pela tecnociência, que modifica constantemente os sistemas lógicos e, recria também os sistemas de crenças.

Esse processo causou um declínio na produção agrícola, embora exista um potencial econômico, como assinala a EMBRAPA (2003) ao classificar as terras do povoado, não há investimentos que possam alavancar a produção. O trabalhador planta na várzea e em terra firme o feijão, o arroz e a mandioca que, segundo Nina; Almeida (2015) são consideradas culturas temporárias, o cultivo de tais culturas fazem parte da alimentação do amazônida, embora existam estudos para que sejam plantados em terra firme e com isso podem ser cultivados o ano inteiro. A malva, a juta e o guaraná são considerados cultura permanente. Assim, o amazônida desenvolve seu trabalho “na terra,

na floresta e na água” (WITKOSKI, 2010, p. 189). O referido autor enfatiza que a várzea é um espaço vital, no qual o camponês amazônico desenvolve a agricultura familiar, sendo a mandioca um produto central da família amazonense.

O povoado da Costa da Conceição e sua organização sócio-política está relacionada com as questões da formação do território, em um movimento dialético que se evidencia nas relações e organizações sociais constituídas. Reservamos a próxima seção para apresentar um breve histórico de cada organização social presente no povoado, as comunidades²⁰ constituem assim um modo de entender o território e constitui importante estrutura social das famílias camponesas do povoado.

2.4. Breve Histórico das comunidades do Povoado da Costa da Conceição

Comunidade Vila de São Pedro do Iracema

A Comunidade de São Pedro do Iracema foi criada na década de 1970, os conflitos em disputa pelas terras sempre estiveram presentes no território da comunidade e Silva (2018) explica que no ano 1978, em sua terceira visita a Itacoatiara, o arcebispo metropolitano de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns se reúne com jovens e com a equipe responsável pela Pastoral Vocacional da Prelazia de Itacoatiara, para deliberar sobre a luta entre posseiros e latifundiários no lugar Iracema, acima da Costa da Conceição, resulta no assassinato do agricultor Manoel Pinheiro de Lucena mobilizando o setor de direitos humanos da Prelazia e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Itacoatiara, em decorrência desse episódio atribui-se ao lugar o apelido popular de Malvinas, uma alusão ao conflito das Malvinas entre a Argentina e a Inglaterra.

Salientamos ainda que o aprofundamento do estudo e resgate histórico do trabalho escravo na comunidade, observamos nas falas dos sujeitos mais antigos do povoado o conhecimento da ocorrência desse fato histórico no povoado que preserva estruturas coloniais como a “Casa Grande” vista na figura 4. Silva (2018) afirma que no início da formação tal como é nos dias atuais esta era a sede de uma importante fazenda na região e que empregava o trabalho escravo africano em suas atividades.

²⁰ Não apresentamos neste trabalho o histórico da Comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (CNSPS), o acesso à comunidade e o levantamento dessas informações foi impactada pela pandemia da COVID-19, por segurança e compromisso com a vidas dos camponeses da comunidade, optamos por não realizarmos visitas a comunidade. Sendo necessário, em trabalhos futuros, esse movimento pois trata-se de uma comunidade importante para o povoado da Costa da Conceição.

Hoje a comunidade é uma vila pertencente ao povoado da Costa da Conceição, residem na vila aproximadamente 1500 pessoas, em torno de 500 famílias. A comunidade conta com uma escola municipal, não há postos de saúde ou policial, sendo que sua economia é baseada na lavoura, comércio, pesca, Bolsa Família e serviço público. A comunidade tem acesso ao fornecimento de energia elétrica regular, precário serviço de esgoto e rede de abastecimento de água. A comunidade convive com a violência crescente registrando diversos casos de roubo, estupro, homicídios e tráfico de drogas.

Figura 4 - Casa Grande da Vila de São Pedro do Iracema



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Comunidade Nossa Senhora da Paz

A comunidade Nossa Senhora da Paz foi criada em 1990, e Nogueira (2017, p. 37) descreve que “A criação e o nome que a comunidade recebeu partiu do fato de algumas famílias se sentirem excluídas frente às outras de classes mais elitizadas, fato que causava desavenças” entre os sujeitos comunitários. A autora afirma que a comunidade foi formada “inicialmente por 15 famílias e a organização dava-se por um presidente, dois Agentes Comunitários de Saúde, três professoras, um grupo de jovens, um grupo de mulheres e comissões de homens”. A economia da comunidade se baseia no extrativismo vegetal, agricultura, pesca e caça e assistência social por meio do Programa Bolsa Família.

A sede comunitária possuía uma igreja católica, um centro social comunitário e uma escola multisseriada, todas as estruturas foram construídas originalmente de madeiras extraídas da floresta. Nogueira (2017) relata que no ano de 1994, a comunidade foi desligada da Prefeitura Municipal de Itacoatiara, perdendo parte de sua estrutura como a escola e os agentes de saúde, sendo reconhecida novamente como comunidade no ano de 1996, contudo os agentes de saúde e a escola da comunidade permanecem desativadas.

Figura 5 - Sede da Comunidade Nossa Senhora da Paz

Fonte: Extraído de Nogueira (2017)

As terras da comunidade são classificadas pela EMBRAPA (2003) como terras de aptidão boa para lavouras, em pelo menos um dos níveis de manejo B ou C, o trabalhador busca formas de conciliar a vivencia neste território com a práxis do trabalho. Esta relação pode ser percebida na forma como explica o jovem trabalhador Terçado desta comunidade se refere ao trabalho camponês no território da comunidade:

[...] a gente trabalha mais na plantação mesmo, no campo, tipo lá em casa a gente tem uns boizinhos, mais no campo mesmo porque não tem outra forma de trabalho mesmo, ou pescando também. A gente tem plantação, essas criações de animais e a pesca (TERÇADO, 2020).

Comunidade Nossa Senhora das Graças

Em 21 de Setembro de 1948 foi criada a Comunidade de Santa Maria, na Costa da Conceição, no interior de Itacoatiara. Mais tarde seria transferida para comunidade Nossa Senhoras das Graças, na localidade do Igarapé do Cainamã²¹. A comunidade de Santa Maria foi fundada originalmente por emigrantes oriundos da cidade de Damasco na Síria. A família Raman, formada pelos irmãos Abdon Raman e Abdon Razaque, instalaram-se na localidade e ocuparam uma imensa área, hoje conhecida como fazenda de Santa Maria, esta comunidade se tornou importante ponto de comércio da região, relatos dos moradores mais antigos da comunidade mencionam a dragagem de parte do rio e a instalação de um pequeno porto que permitia a atracação de navios na comunidade

²¹ Na obra Fundação de Itacoatiara de Francisco Gomes da Silva (2013), é possível observar a origem do nome do Igarapé. Diz o autor: “[...] na Costa da Conceição, acima da cidade de Itacoatiara, há um igarapé de nome Cainamã. É uma alusão a Cainamé, uma entidade fantástica ou espírito sobrenatural que, em tempos idos aparecia de noite para amedrontar os moradores do local”. Essa entidade ainda está presente no imaginário dos camponeses da região e nos relatam a presença de um ser mitológico em forma de um homem gigante que caminha entre a flores e rio da região.

para embarque e desembarque de mercadorias e a intensa atividade dos regatões, nela foram construídas as primeiras estruturas em concreto e ferro do povoado.

Entre as estruturas erguidas no local destacam-se a construção de uma fábrica de tecelagem, lojas de armarinhos, padaria, calçadas, diversas casas usadas como residências dos membros da família, além de um centro social e a Escola Abdon Razaque Raman, responsável por atender as diversas famílias da região e os trabalhadores da então Vila de Santa Maria, a vila contava com rede de esgoto e distribuição de água, além de sistema de energia elétrica. Os últimos membros da família Raman deixaram definitivamente a região em meados da década de 1940 e a comunidade é transferida para atual localidade sob um novo nome, Nossa Senhora das Graças (Figura 6).

Figura 6- Sede da Comunidade Nossa senhora das Graças



Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

Em 1991 com a visita do presidente Fernando Collor de Melo, a comunidade ganhou diversas estruturas. Foi inaugurada uma capela, erguida em concreto, ferro e tijolos, com piso com cerâmicas e um posto de saúde construído nos moldes das demais estruturas, o posto contava com 2 salas para triagem, macas, uma pequena farmácia e uma sala ampla com 4 leitos. Foi erguida também na comunidade uma imensa torre e instalado telefones públicos nos então prédios inaugurados, além de um terminal de Telefone de Uso Público (TUP), de todas as estruturas instaladas na comunidade esta é a que ainda existe atualmente, a comunidade conta com um centro social comunitário construído em concreto, ferro e madeira, uma capela com as mesmas características do centro social, uma escola estadual e não há posto de saúde.

Figura 7- Ponte sobre o igarapé de nome Cainamã ou Cainamé na CNSG



Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

A agricultura, a pesca, o comércio, o serviço público, a aposentadoria do INSS e o Programa Bolsa Família compõe a principal fonte de renda da comunidade. Registramos a presença da igreja católica e da igreja Assembleia de Deus, também há um campo e um time de futebol na comunidade, este time de futebol é responsável pela tradicional festividade da comunidade em 1º janeiro. O comércio na comunidade é exercido majoritariamente por uma família, a qual concentra a compra da produção da região, a estrutura do comércio familiar é composto por uma pequena mercearia, uma câmara frigorífica e um barco.

Comunidade Adventista

Esta comunidade em tempos passados, meados da década de 1970, desfrutou de um importante comércio na região pertencente a uma família local, este comércio era responsável pela compra e venda dos produtos dos regatões da região, entre os produtos comercializados destacam-se cacau e peixes, a estrutura deste comércio era composta por uma mercearia, barcos de grande porte, armazéns para estoque e seca de cacau.

Os tendais, estruturas de madeiras e coberta com alumínio ou palha, foram construídos para o manuseio da produção de cacau, destaca-se também a criação de gado e a doação de parte de sua propriedade para a instalação da primeira igreja evangélica do povoado, a Igreja Assembleia de Deus (Figura 8ª, 8B).

Figura 8 - (A) Casa de morador residente na comunidade e (B) Sede da Igreja Assembleia de Deus



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

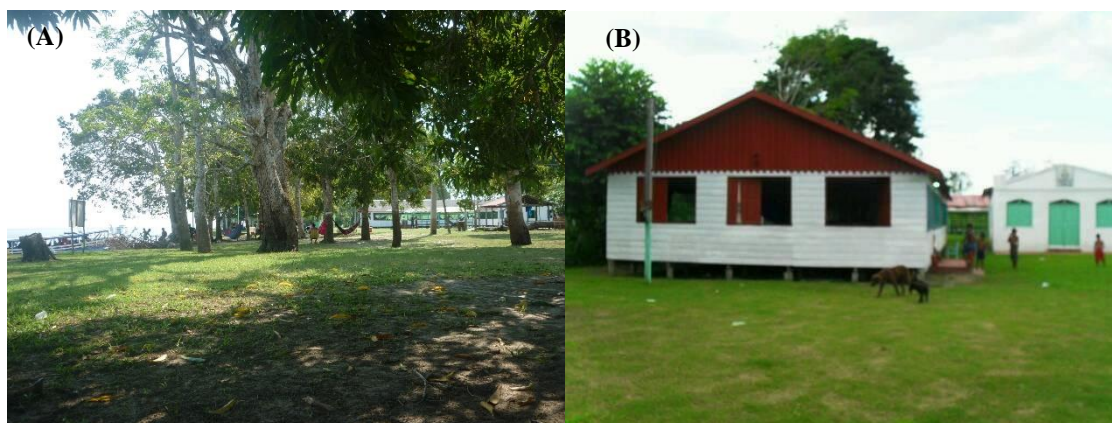
A fundação da igreja Assembleia de Deus data do ano de 1966 com a chegada dos missionários José Almeida e Duque Nogueira, ambos oriundos do município de Nova Olinda do Norte, a sede da igreja foi construída em alvenaria, com forro em madeira, além de uma ampla calçada. Localizada às margens do Paraná da Trindade, esta é uma das construções mais antigas da comunidade. Assim como nas missões católicas durante a colonização, os modos de expansão desta organização assemelham-se ao modelo anterior católico, onde as missões eram substituídas por paróquias e a Diocese incorporava o poder de Estado (SILVA, 2010, p. 109), a igreja Assembléia de Deus também passou a se organizar nestes moldes, onde uma pequena missão passa a exercer forte influência na região, sendo responsável por fundar uma filial, nos moldes das paróquias católicas, no Igarapé do Cainamã, outra na comunidade Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, uma na Ilha da Trindade e outra na região do rio Madeira.

Estas filiais são chamadas de congregação, subordinadas à igreja sede chamada de templo central, a figura do padre pacificador, marchando junto com as tropas colonizadoras, foi substituída pela figura do pastor, o acultramento e o combate as crenças indígenas permanecem. Hoje o antigo prédio está desativado devido a construção de uma nova sede, a casa pastoral, reservada exclusivamente para o pastor e sua família foi construída em madeira em padrões coloniais e mantida pelos membros da igreja no formato de dízimos.

A igreja Adventista do Sétimo Dia (Figura 9) chega a região meados dos anos 1990, por intermédio de uma família, instalados próximos a sede da Assembléia de Deus, margem direita do Paraná da Trindade, passa a ser reconhecida como comunidade no ano de 2000, conta com um amplo Centro Social Comunitário, construído em madeira e

cobertura em alumínio, uma igreja, um agente municipal de saúde e não há escola na comunidade.

Figura 9 – (A) Sede da Comunidade Adventista, área de lazer e (B) igreja Adventista do Sétimo Dia e Centro Social Comunitário



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Nas margens da comunidade está localizado, sob as águas do Paraná da Trindade um imenso pedral natural, fato que torna a navegação perigosa em época de seca na região, tanto para embarcações de grande porte como para as pequenas por causa da forte correnteza formada no local.

Assim como a igreja Assembleia de Deus, que exerce influências sobre outras localidades, percebemos a atuação da igreja Adventista do Sétimo Dia nas demais comunidades, em especial na Comunidade Nossa Senhora da Conceição, onde há a instalação de uma filial da igreja. Observamos também que esta é a única comunidade do povoado que não conta com uma igreja católica.

Residem na comunidade aproximadamente 30 famílias, pequena atividade agropecuária, agricultura e comércio compõe a base econômica das famílias, juntamente com o Programa Bolsa Família, aposentadoria do INSS e o serviço público. Não há serviço de esgoto e tratamento de água, a comunidade dispõe de acesso à rede de energia elétrica regular por meio do Programa Luz para Todos.

Comunidade Nossa Senhora da Conceição

Nossa Senhora da Conceição, foi fundada em meados de 1974 a 1975, anteriormente conhecida como Comunidade de Santa Rosa, instalada próxima à então comunidade de Santa Maria, devido a conflitos entre os comunitários, pois o proprietário do terreno onde se localizava a sede da comunidade tornou-se membro da igreja

Assembleia de Deus, rompendo com a comunidade católica. A então comunidade de Santa Rosa foi expulsa de suas terras, um grupo de agricultores e pescadores se unem e criam a nova comunidade e escolhem como sua padroeira a Nossa Senhora da Conceição, descem cerca de 1,14km o rio e instalam sua nova sede em local doado por uma família da região.

Mais tarde a comunidade de Santa Rosa é extinta, sendo anexada à comunidade de Nossa Senhora da Conceição. Os moradores mais antigos da região, mencionam também a existência de uma outra comunidade na região chamada de Nossa Senhora do Carmo, esta comunidade estava situada próxima a então Santa Rosa, dispunha de uma escola, que foi anexada à então Escola Abdon Raman na comunidade de Santa Maria, como menciona o morador Gavião, 81 anos:

[...] essa igreja aqui de Nossa Senhora da Conceição vai surgir em meados de 1974-1975, nesse período aí, que nós mudamos ali do Edil para baixo, foi nesse período que foi formada a comunidade aqui, porque em 1975 eu saí e em 1977 eu aceitei Jesus. A Comunidade de Santa Rosa, sai lá do Terreno do Edil porque ele aceitou Jesus e não quis mais a comunidade lá, aí mudamos lá para o terreno do Tio Floro (GAVIÃO, 2020)

A comunidade Nossa Senhora Conceição, é composta atualmente por cerca de 80 famílias, suas representações estão organizadas em uma liderança comunitária, o presidente escolhido por voto, uma diretoria comunitária, uma Associação dos Produtores Rurais da Costa da Conceição (APRCOSCON), dois agentes de saúde, uma Escola Municipal Alexandre José Antunes, uma capela da padroeira da comunidade e um Centro Social Comunitário.

O nome da escola da comunidade é uma homenagem ao prefeito do município de Itacoatiara senhor Alexandre José Antunes (1892-1967) responsável por fundar a escola na comunidade, a escola atua na Educação Infantil - anos iniciais. No ano de 2018 a escola perdeu sua autonomia, sendo anexada à Escola Municipal Paula Francinete na Comunidade de Nossa Senhora do Perpetuo Socorro, uma professora foi transferida para esta outra comunidade e a escola passou a funcionar como “sala anexo”, na prática a escola do campo da comunidade foi fechada pois toda sua estrutura e autonomia passaram a se subordinar à escola núcleo mencionada.

Figura 10 – (A) Sede da Comunidade Nossa Senhora da Conceição e (B) Casa Flutuante



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Entre as organizações sociais da comunidade destaca-se o Amazonense Futebol Clube, time de futebol comunitário (Figura 11) que diferentemente das demais comunidades do povoado que concentram este tipo de organização social na sede da comunidade, geralmente ao lado da igreja, o centro social e a escola, a sede e o campo de futebol do clube ficam distante desse conjunto comunitário o que reflete o intenso conflito que estão presentes nas relações sociais das famílias da comunidade, desde a disputa por terras até as questões religiosas com forte presença das igrejas Assembleia de Deus, Adventista, Assembleia de Deus Comander e a Igreja Católica.

A economia da comunidade é formada por forte atuação na agricultura, com o cultivo de espécies como o Maracujá, Goiaba, Graviola, Acerola, Melancia, o que torna essa região uma das mais produtivas do povoado. A pesca também representa importante setor econômico da comunidade, devido a existência de três lagos naturais na região, são os lagos Comprido, Redondo e Grande, em suma são locais com abundância de peixes em todas as épocas do ano e que são preservados pelas famílias da comunidade.

O comércio também representa uma importante atividade econômica das famílias, sendo cinco pontos de comércio no modo de mercearia, exercida por famílias diferentes, que compram a produção tanto de polpas de frutas como peixes e demais produtos e comercializam na sede do município e em Manaus, atuando como atravessadores da produção dos comunitários.

Figura 11 – (A) Festividade na CNSC organizado pelo (B) Amazonense Esporte Clube



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Assim como as demais comunidades, o Programa Bolsa Família também compõe parcela significativa da renda das famílias na CNSC, além do benefício da aposentadoria do INSS. Não há serviço de esgoto e tratamento de água, as fossas “negras” são comuns em todo o povoado, o abastecimento de água é feito pelos próprios moradores que utilizam as bombas sapo para retirar água do rio para o abastecimento das casas, a comunidade também conta com o acesso ao serviço de energia elétrica por meio do Programa Luz para Todos.

2.5. Intelectualização, Inovações Tecnológicas e o Trabalho Camponês

Na subseção anterior abordamos as questões do território, pertencimento e comunidade, emergem categorias em disputa no contexto amazônico e os interesses do capital e a expressão do poder ideológico nestes espaços. Nesta subseção, abordaremos a intelectualização por meio das chamadas inovações tecnológicas e como tais se desdobram no trabalho camponês.

As tecnologias sempre estiveram presentes no percurso construtivo da identidade do homem, seja nas mais variadas técnicas de caças na pré-história, no manuseio de instrumentos e utensílios, bem como na forma como este homem transmite conhecimentos e saberes. Explicam Marx; Engels (1981) que os meios produzidos pelo fazer humano é o processo desencadeador da história.

Para Mourão (2010, p. 116) o “homem constrói sua vida com outros homens” e nesse processo dialético, desenvolve o agir por meio da mediação e que para Vygotsky (1984) os homens por meio dos instrumentos, elaboraram sistemas. Nesta concepção, chamamos a atenção para a globalização e as ideologias fortemente expressas no atual modo de produção, como exposto por Santos, o qual afirma que:

(...) A globalização conseguiu materializar a metafísica, mediante o papel desempenhado pela ciência e pela técnica na produção das coisas. Há uma materialização física e uma realização primitiva, embora sofisticada, da ideologia. Tudo é ideológico. Estamos dentro de um mar de ideologias. Tudo é produzido a partir de uma ideologia, mas as coisas não aparecem como tal (SANTOS, 2000, p. 9)

Estamos cercados desses construtos ideológicos e estes não se apresentam como de fato são, logo, discutir a região²² Amazônica requer o entendimento de que os espaços nacionais se configuram segundo critérios que levam em consideração a competitividade, já que a dimensão considerada é o mercado. No processo de globalização o espaço vai se tornando único, visto que estes se intercomunicam, porém, o mundo continua hierarquizado devido à organização capitalista de produção que é desigual e combinada. Há uma artificialização alicerçada pela tecnociência, que modifica constantemente os sistemas lógicos e, recria também os sistemas de crenças (SANTOS, 2013, p. 16).

Santos (2000, p. 11) expõe que “(...) há um totalitarismo na vida cotidiana, que inclui o trabalho intelectual. Não é só no trabalho não-intelectual, não é só na fábrica (...)”. Neste sentido a intelectualização do sujeito emerge como uma concepção ideológica do capital, esse processo é descrito por Thomé (2016) como:

O trabalhador, no capitalismo, não é mais o artesão que trabalhava em cooperação simples. Precisou vender sua força de trabalho a quem possui os meios de manufatura e maquinofatura, aparecendo, então a grande indústria trazendo em sua esteira a mecanização da produção. O trabalhador ‘coletivo’ (...) destrói o trabalhador artesão que é assim desqualificado e é essa desqualificação que, na História do trabalho, passou a ser uma nova qualificação e se tornou pressuposto imediato da exclusão da mão do homem (...) pela automação dos processos de trabalho (THOMÉ, 2016, p. 11-12).

As novas tecnologias e a automação do setor produtivo são apontadas por Thomé como o processo desencadeante da ruptura no processo de mecanização dos meios pelo qual o homem produz sua existência. Essa tecnologia é revestida de valor moral tal qual concebida por Ford (1995) e que Pinto (2005, p. 43) afirma:

[...] constitui importantíssima arma de arsenal dos poderes supremos, empenhados em obter estes dois inapreciáveis resultados: a) revesti-lo de valor

²² O conceito que trabalhamos Região é aquele abordado por Mourão (2006), ancorado em Francisco de Oliveira (1977), onde região “na especificidade da reprodução do capital, na forma que o processo de acumulação assume, na estrutura de classe peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classe e do conflito social em escala mais geral”. Assim sendo, a concepção de região, neste contexto, trata-se de uma área “disponível” para o mercado capitalista. Quanto à região amazônica, trata-se também de um conceito ideológico chancelado pelo Estado brasileiro e expresso como “uma Região ainda não suficientemente estudada e não devidamente explorada (SUDAM, 1986)”.

ético positivo; b) manejá-lo na qualidade de instrumento para silenciar as manifestações da consciência política de massas [...] (PINTO, 2005, p. 43).

O saber passa a ser compreendido a partir de uma abordagem utilitarista, onde neste sentido a produção capitalista assenta a contradição no fundamento das suas bases, assentadas na medida de valor e o desenvolvimento das modernas forças produtivas, como exposto por Marx (2014, p. 218) quanto ao processo de trabalho “(...) é atividade dirigida com o fim de criar valor de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas” e que Thomé (2016, p. 40) pontua que a aplicação da ciência à indústria, confere-lhe o papel intelectualizante da força produtiva.

O movimento dialético apontado por Thomé onde, o homem intermediário entre a natureza e o produto, por meio da mediação, consistindo na utilização da sua própria força de trabalho, passa a ser “progressivamente substituído” pela máquina e este movimento torna o processo industrial a força de trabalho assumindo a intermediação entre a natureza e o produto fabricado.

Para Mourão (2010) a tecnologia passa a ter prioridade absoluta, considerando que o movimento intelectualizante concentra poder e busca moralizar seu fazer por meio da introdução da especialização técnica, para a autora a concepção instrumentalista da técnica parte da compreensão que o homem precisa dominar a natureza por meio da razão.

Neste prisma a ciência e a tecnologia passam a ser consideradas instrumentos para o desenvolvimento da indústria moderna, ideologicamente assentada nos princípios de valores morais como expresso por Ramos (2006) e nas concepções de Ford (1995).

Neste contexto, das relações de trabalho e direitos sociais, produção e exploração que Frigotto (2002, p. 53) pontua: “uma democracia efetiva só pode ser construída sob igualdade de condições socioeconômicas, culturais, educativas etc. dos seres humanos na produção da sua vida individual e social”. Quanto ao papel da escola frente aos embates da intelectualização e inovações tecnológicas, Morin (2000, p. 39) destaca que “a educação deve promover a inteligência geral, apta a referir-se ao complexo, ao contexto, de modo multidimensional e dentro da concepção global”, o autor entende a escola como balizadora das políticas e tem papel de dimensões multifacetadas quanto à formação e ao desenvolvimento do indivíduo. Entretanto o autor desconsidera que a escola tal como é concebida e estruturada na modernidade é uma instituição burguesa, explica Junior (2010) que a escola nasce no ventre da sociedade capitalista, reproduz um ideário “democrático-burguês” representando parcela significativa da reprodução do modo de produção capitalista.

A contradição que emerge desse embate pode ser entendida como: ainda que seja uma escola nascida no ventre do capitalismo, dialeticamente a concepção marxista vai reconhecer a escola como essencialmente importante para o processo sócio-histórico da emancipação proletária, logo a educação é um campo em disputa com a crise do trabalho abstrato, as mudanças na composição do proletariado, a ORT, a fragmentação da classe, a precarização das condições de vida, acabam por agir diretamente na escola e sua estrutura.

Nossas anotações no caderno de campo nos levaram a observar a utilização de tecnologias modernas utilizadas na execução do trabalho camponês no povoado, na agricultura há o emprego de máquinas elétricas que paulatinamente foram substituindo o uso de utensílios como o terçado, a enxada, o boca-de-lobo e o machado, esses eram instrumentos presentes na comunidade, agora entram em cena as motosserras, as máquinas de campinar e conseqüentemente o emprego massivo dos agrotóxicos na produção agrícola.

O desmatamento da vegetação nativa é um fenômeno crescente no povoado, sua produção agrícola é destinada para comercialização nos centros urbanos como Manaus e Itacoatiara, o trabalho manual de subsistência aos poucos é substituído pela produção em massa e estruturas frigoríficas começam a instalar-se no povoado, hoje temos 4 estruturas de pequeno porte no povoado, essas estruturas concentram a compra da produção agrícola e pesqueira e comumente comercializam produtos de mercearia na região com pequenas tabernas, em suma reproduzem a mesma estrutura colonial responsável pela fundação desse povoado.

Na pesca o remo e as pequenas canoas deram lugar ao voador, ao rabeta e as barcos, o emprego das grandes redes de arrasto também estão presentes nessa atividade substituindo o uso das pequenas malhadeiras, das tarrafas e da pesca artesanal. As políticas de incentivo a piscicultura como o Programa Pró-Piscicultura do Governo do Amazonas, executado pela Secretaria de Estado da Produção Rural (Sepror), por meio da Secretaria Executiva de Pesca e Aquicultura (Sepa), vem intensificando as suas ações no município de Itacoatiara, contudo o foco da política prioriza propriedades de piscicultores e produtores localizados em terras firmes e desconsidera a classificação da EMBRAPA das terras do povoado da Costa da Conceição, assim o povoado não recebe nenhum incentivo público para o desenvolvimento a piscicultura sustentável e um manejo responsável na região e a pesca predatória é uma realidade presente na cena do povoado

que convive com conflitos em preservar os lagos para garantir o alimento no período da seca e o interesse em comercializar o pescado dos lagos como uma fonte de renda das famílias camponesas.

Tais conflitos se desdobram na forma como o camponês constrói sua relação com o território, emergindo a questão do uso das tecnologias e as lutas pela terra, conflitos e contradições presentes no povoado. Neste sentido reservamos a próxima subseção para a abordagem de uma das práticas e *modus vivendi* nas comunidades tradicionais, o conhecimento tradicional se torna como um *modus vivendi* atrelado ao uso do espaço de forma equilibrada e sustentável dentro dessas concepções de espaço e comunidade.

2.6. O Modus Vivendi camponês e as Novas técnicas

O povoado da Costa da Conceição certamente é um dos mais diversos da região, contudo a influência dos antigos moradores da região, as nações Sapopé, Aroaqui, Piriquita e Mura, ainda persistem até os dias atuais, seja nas crenças populares presentes no povoado, na relação com o rio e na forma de coexistência com a floresta.

O processo de aculturação, impetrado pelos colonizadores, o qual a igreja católica teve um papel primordial tem moldado essas relações ao longo dos anos e que para Monteiro de Noronha (1968) este foi um processo que permitiu aos colonizadores ocuparem e dominarem a região, o autor relata que esta região desperta o interesse do colonizador por compor uma imensa hidrovia navegável e que as margens dos rios eram ricas em plantações de cacau e outros espécimes. A relação que o sujeito camponês desenvolveu com o meio que está inserido guarda traços de *habitus* dos antepassados indígenas, essas populações camponesas construíram um modo de vida complexo, desenvolveram sólidas relações com a natureza e seus ciclos, seus mitos e suas lendas, baseiam sua estrutura de produção no trabalho ontológico, com utilização de técnicas prioritariamente baseadas na disponibilidade dos recursos naturais existentes dentro de fronteiras geralmente bem definidas, adequando-se ao que a natureza tem a oferecer e também manejando quando necessário (NOGUEIRA, 2017, p. 19).

Podemos analisar essa relação recorrendo a Marx (1987), pois “a relação homem-natureza constitui uma condição basilar para a sociedade que se baseia no trabalho”. O *modus vivendi* das populações amazônicas faz parte, assim, de um processo com base nas culturas indígenas, negra, europeia e de imigrantes, herdando diferentes elementos organizacionais, elas vivenciam peculiaridades de convívio com a natureza, enfrentando as condições ambientais e compatibilizando a utilização dos recursos locais com sua

conservação, assim o modo de vida no interior das comunidades amazônicas concorre para a determinação da identidade sociocultural desses sujeitos.

A história das sociedades humanas é resultado da injunção de diversificados processos de apropriação dos recursos naturais pela mediação da cultura inerente aos diferentes povos que coexistem na trama complexa que combina intercâmbios e interesse divergentes. Sob égide do legado histórico, conflitos e problemáticas afluem constituindo desafios que se renovam na cena contemporânea gerando determinações ao modo de vida, pondo em xeque valores, de homens e mulheres em sociedade (CHAVES; SIQUEIRA, 2014). Neste sentido, Nogueira afirma:

Ainda são muito fortes na população [camponesa] do Amazonas os costumes herdados de seus antepassados. A medicina caseira é um exemplo disso. Para eles, o conhecimento local adquirido é mais valioso que os medicamentos encontrados em hospitais. Mandar benzer ou rezar sobre um ferimento é considerado fundamental na recuperação das pessoas (NOGUEIRA, 2017, p. 18).

No povoado da Costa da Conceição, estes costumes (re)existem e são preservados, mesmo com todo o processo de aculturação imposto pelos colonizadores, um exemplo disso é a forma como os comunitários mais idosos aprenderam a transformar sementes, casas dos troncos de árvores, folhas e frutos em medicamentos, bem como conhecem suas ações terapêuticas e esses conhecimentos são compartilhados com os mais jovens, mantendo um ciclo de transmissão deste saber tradicional presente no modus de vida dos sujeitos.

Ao analisarmos os relatos colhidos no campo por meio do formulário de entrevista semiestruturada, quando categorizamos no Software Nvivo12 emergiram categorias importantes para a compreensão desse movimento dialético entre práxis e transmissão de saber em comunidade, nesse momento após refletirmos e triangularmos as categorias com apoio do software emergiu a categoria Pedagogia das Águas como uma categoria de mediação entre o conhecimento acumulado e a transmissão de saber, ancorada na categoria central trabalho o movimento do eterno recomeçar tão presente na vida do homem do campo do povoado nos possibilitou construir, ainda que brevemente, a ideia de um rio que molda as relações sociais, que delimita os territórios, que ensina e se impõe como mediador entre as relações sociais construídas e o interesse capital.

Dessa forma reservamos a próxima secção para discutirmos a Pedagogia das Águas, seus tempos e suas relações com a transmissão do saber tendo como suporte a

categoria principal o Trabalho que sofre influências da reorganização produtiva do capital e que, portanto, insere o trabalho camponês realizado no povoado no mundo do trabalho.

2.7. A pedagogia das águas

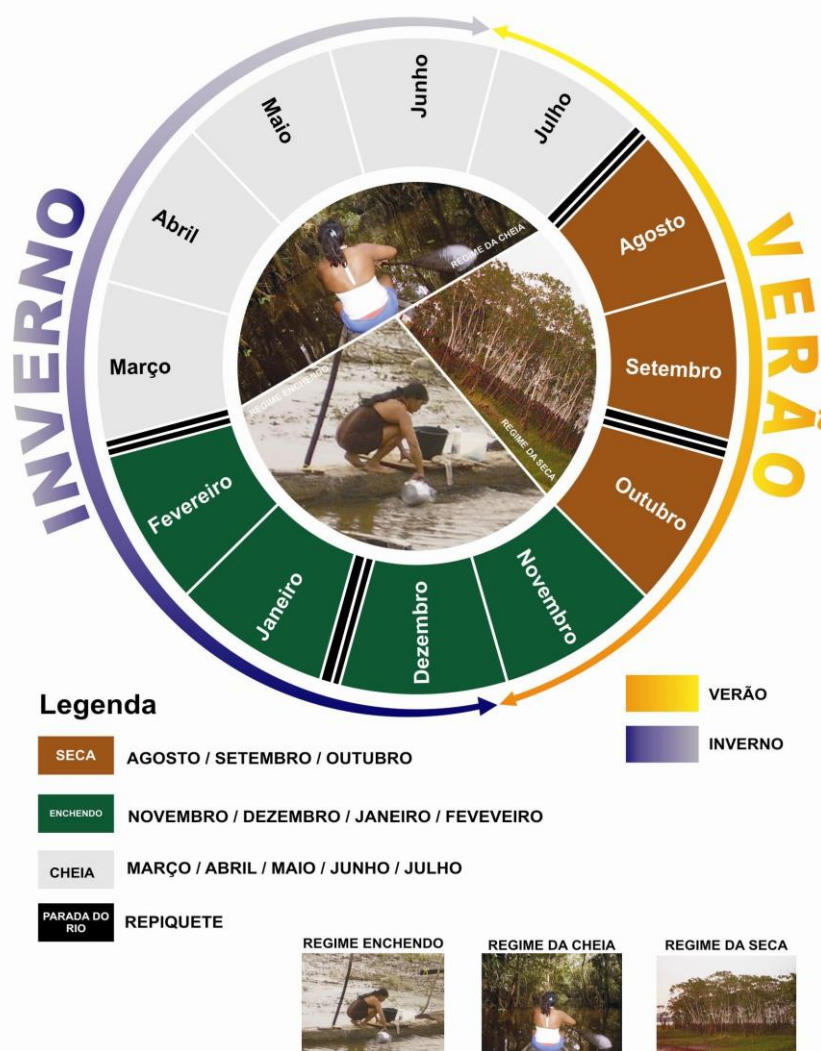
Ao explicar o ciclo das águas a camponesa Coruja, 72 anos, relaciona sua aprendizagem com o seu trabalho, o fazer lhe possibilitou o acúmulo de experiência, práxis da vida e seus conhecimentos sobre as culturas de plantas cultivadas entre um ciclo e outro:

[...] a gente aprendeu a conviver com o rio né, já sabemos quando vai encher e quando vai secar, por isso antes do rio subir, essas coisas que dão frutas rápidos, a gente já fez a colheita, o que permanece é a Goiaba né. A maracujá a gente tem que colher antes, porque a água mata as plantações, tem a Banana também que não pode ir para água, tudo isso a gente tem que saber quando plantar e os tipos que a gente tem que plantar, quando não é uma cheia muito grande ainda é possível salvar alguns pés de Banana. Laranja a gente não tem mais, nunca mais vi por essas bandas, mas a mamãe tinha diversos pés enormes de laranjas, davam tantas frutas (CORUJA, 2020).

Wagley (1988, p. 84) afirma que nas terras de várzea, áreas inundadas pelas águas dos rios de tempos em tempos, planta-se culturas de crescimento rápido e na Costa da Conceição, o aprendizado e o imaginário do ciclo das águas, permitiu ao trabalhador a adaptação e convivência com esses ciclos.

As terras de várzea da comunidade convivem também com o fenômeno terra caída, arrasta para o rio parte dos terrenos e intensifica o avanço do camponês cada vez mais para dentro da floresta. Este fenômeno deixa a água branca com cor amarelada, em decorrência do material transportado e são estes sedimentos que deixam as terras mais férteis. Contudo, esse fenômeno é intensificado pelo crescente trânsito fluvial de embarcações que transportam produtos e pessoas entre os Estados do Pará, Amazonas, Rondônia e cidades que utilizam a calha navegável do Amazonas para escoar sua produção e transporte de pessoas. As grandes embarcações como os navios que usam o terminal graneleiro de Itacoatiara/AM e o porto de combustível privado acentuam esse fenômeno pois provocam banzeiros intensos nas margens do rio contribuindo assim com a intensificação das terras caídas na comunidade.

Figura 12 – Regime do imaginário das Águas



Fonte: Silva (2009, p. 56)

Silva (2009), ao analisar esse fenômeno do imaginário das águas em uma comunidade Amazônica, desenvolveu um Relógio do Regime Imaginário das Águas (Figura 12) no qual a autora aponta os ciclos de subida e descida do rio. Em sua obra, Silva, afirma que existem cinco regimes, enchendo, cheia ou enchente, alagação, seca, inverno e verão e a camponesa Coruja, explica que:

[...] o rio começa a quebrar os barrancos, a água começa a cobrir as praias e a gente sabe que chegou o tempo do rio. É hora de subir o barranco, é a hora dos peixes, de colher o que tem para colher, logo, logo, tudo vai mudar [...] (CORUJA, 2020).

Silva (2009, p. 55) diz que esse ‘conhecimento acumulado vem da prática da pesca conjugada à relação recíproca com a natureza, o que desenha a sua lógica imaginária’ e

que no povoado da Costa da Conceição, o trabalho na agricultura lhes permitiu esta aprendizagem e o desenho deste ciclo das águas no imaginário.

O estudante camponês Cupuaçú ao se referir ao ciclo das águas nos explica como a água ensina, de certo modo podemos compreender a existência de uma “Pedagogia das Águas” que emerge na realidade do sujeito como uma questão educativa:

O trabalho camponês exige muito conhecimento para o cultivo nas plantas e pode contribuir bastante para o modo camponês de viver, a gente sabe como plantar, onde plantar um tipo de planta e o período que deve ser plantada, tipo tem logo depois da cheia, que as águas começam a descer e sair as terras, aí a gente vai plantando melancia, que nasce rápido e cresce rápido, é nossa primeira renda em casa (CUPUAÇÚ, 2020).

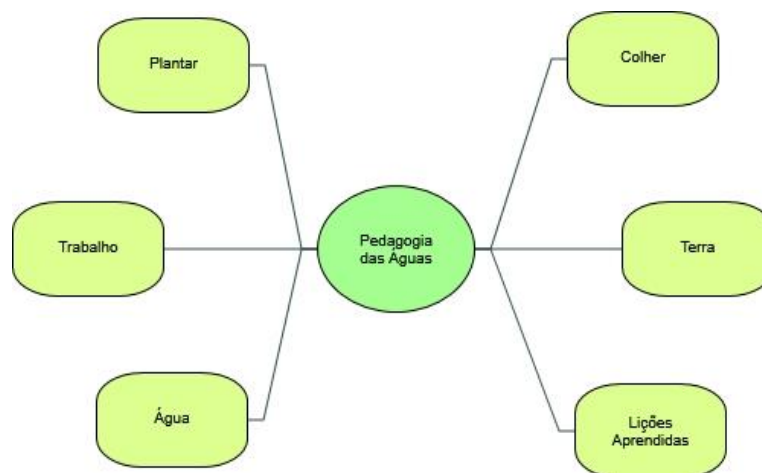
O ciclo das águas torna-se evidente para a vida do sujeito como parte vital de um processo educativo da natureza, recorrendo ao esquema de Silva (2009) e a observação relatada pelo estudante, a água exerce influências educativas quanto aos seus ciclos, onde cada fase representa um aprendizado, aprende-se qual o momento exato para o plantio de uma determinada espécie respeitando o tempo das águas, os tipos de culturas que devem ser plantadas e o planejamento da composição da renda familiar, tais elementos estão presentes nas comunidades do povoado. A pedagogia das águas, está presente no *modus vivendi* do trabalho, o fazer de certo modo está ligado a própria concepção de se perceber como ser humano, como gente. Como menciona o camponês Gavião a respeito das plantações de cacau e seringa na região:

[...] porque quando eu me entendi como gente, eu nasci em 1939, quando eu me entendi já existia Cacoal, só eram Cacoal fechado aqui nessas beiradas, do Miracão Era até o Cainamã Grande você andava coberto por folhas de cacau, era Cacoal e seringa[...] (GAVIÃO, 2020).

Sua referência de tempo e espaço lhe remete ao entender-se como ‘gente’, o que de certa forma corrobora o que diz Marx (1987) que esta relação pode ser observada na forma como o homem camponês desenvolve sua relação com o dorso do rio, na comunidade específica “a relação homem-natureza constitui uma condição basilar para a sociedade que se baseia no trabalho”. Como o *modus vivendi* das populações amazônicas faz parte, assim, de um processo com base nas culturas indígenas, negra, europeia e de migrantes, herdando diferentes elementos organizacionais, elas vivenciam peculiaridades de convívio com a natureza, enfrentando as condições ambientais e compatibilizando a utilização dos recursos locais com sua conservação, assim o *habitus* do trabalho torna-se uma expressão do *modus vivendi* no interior das comunidades camponesas, concorre para

a determinação da identidade sociocultural desses sujeitos e de sua percepção como homem.

Figura 13 – Pedagogia das Águas e seus Tempos



Fonte: NVivo12, 2020

Neste sentido, entendemos que as águas têm o seu próprio tempo, com base no exposto por Silva (2009), compreendemos a existência da Pedagogia das Águas formada por 6 tempos distintos, o Tempo da Água, relacionado aos regimes expostos por Silva (2009), o Tempo do Trabalho, combinado com diferentes elementos e espaços, o Tempo de Plantar, intimamente ligado aos regimes desenhados por Silva, o Tempo de Colher, associados ao planejamento econômico das famílias e sua existência, o Tempo da Terra, que está relacionado aos demais tempos, contudo associado a nova reorganização do território e o Tempo das Lições Aprendidas, que dizem respeito aos conhecimentos e saberes tradicionais e sua transmissão em célula familiar.

“Tempo da Água”

Neste tempo, conforme explica Silva (2009, p. 55) os regimes observados permanecem os mesmos, a saber: “Alagação (muita água, é extraordinário), alagado, enchente, alagamento e cheia (ápice das águas); Seca (baixa das águas) repiquete ou mancada (transição de um regime para outro, ou seja, o rio para); Enchendo (rio pegando água). E como a camponesa Coruja explica: “já sabemos quando vai encher e quando vai chegar o momento das águas, a gente sabe quando vai secar (...)” fica evidente a existência deste tempo e o conhecimento de seu ciclo.

[...] a gente aprendeu a conviver com o Rio né, já sabemos quando vai encher e vai chegar o momento das águas e a gente sabe quando vai secar, por isso

antes do rio subir, essas coisas que dão frutas rápidos, a gente já fez a colheita[...]. Esse é o momento das águas, não há muito o que fazer quando ela sobe, ela simplesmente vem (CORUJA, 2020).

A água impõe seu tempo sobre a realidade da escola, ela transforma as organizações sociais e de certo modo exerce influências sobre a concepção escolar, sua força natural age como um movimento dialético onde a vida se adapta à natureza, o rio ensina para além das paredes das escolas.

Antes da enchente pelo menos havia uma escola, ela estava em um estado meio precário, necessitava de uma reforma, mas depois ficou sem condições de nós continuarmos estudando na escola, ela corria risco de desabamento. Aqui temos isso, a água vem e leva tudo embora [...] (CACAU, 2020).

Figura 14 – Tempo da água



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

“Tempo de Plantar”

Este tempo está intimamente ligado aos regimes desenhados por Silva (2009), contudo, é neste tempo que as famílias trabalham suas previsões para o ciclo, pode ocorrer após o tempo da água, no qual é realizado o plantio das espécies temporárias como a melancia, a banana e o maracujá, contudo ocorre também simultaneamente ao tempo anterior, com o cultivo de pequenas hortaliças, verduras e cebolas, em estruturas suspensas acima do nível da água.

[...] o que permanece é a Goiaba né. A maracujá a gente tem que colher antes, porque a água mata as plantações, tem a Banana também que não pode ir para água (CORUJA, 2020).

[...]temos os canteiros também que a gente planta a cebolinha, o coentro, alguns Maxixe, Alface, Pimentinha, esses são suspensos para a água não alcançar, tem gente que planta sobre boias feita de troncos de árvores, quando a água vem, não alcança (GOIABA, 2020).

Figura 15 – Tempo de Plantar, roçados para a plantação de Maracujá



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

“Tempo de Colher”

Este tempo está associado ao planejamento econômico dos sujeitos, em comparação ao “Regime Enchendo” trabalhado por Silva (2009), este tempo funciona como o período de reunir mantimentos e suprimento para enfrentar o “Tempo da Água”, este período é marcado pela queda dos barrancos e o amadurecimento da produção temporária como a Banana, a Graviola, o Maracujá e a Goiaba, a maioria desta produção é destinada para a venda, o que permite as famílias condições financeiras para o longo tempo que se aproxima.

A gente planta mais é goiaba, melancia, banana, as vezes a gente planta também outras menores, mas não tem espaço para plantar muito e tem a cheia também que mata tudo né (CORUJA, 2020)

[...]tudo isso a gente tem que saber quando plantar e os tipos que a gente tem que plantar, para ter tempo de colher antes da enchente (GAVIÃO, 2020).

Figura 16 – Tempo de Colher



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

“Tempo da Terra”

Este tempo está relacionado aos demais tempos, contudo associado a nova reorganização do território, a divisão das propriedades entre os membros das famílias e a política de assentamentos do PDS/INCRA para o povoado, esta (re)organização das terras também é acentuado pelo fenômeno das “terras caídas” fazendo com que o rio avance sobre os terrenos e reduza o tamanho das propriedades.

[...] aquilo lá, era um Cacoal todo, aí vinha a Vitória, de lá ia para o seu Joaquim da Costa, e seguia descendo a beira do rio, era Cacoal fechado, depois tudo foi sendo repartido, os terrenos grandes praticamente desapareceram, as famílias cresceram né, os imensos cacoais ficaram só na memória, hoje tem o INCRA com o assentamento, ninguém sabe como vai funcionar. (GAVIÃO, 2020).

[...] quando foi para repartir o terreno, tinha o tio Manoel Barreto, que hoje é do Aroldo com a Helia, quando o pai da mamãe foi repartir o terreno não deu pro Tio Raimundo Batista, que já morava lá em Itacoatiara, aí como o tio Maonel Barreto ficava distante lá para o Lago do Taperebá, mandou dizer para o vovô que vendia a parte dele, aí o vovô comprou e deu para o tio Raimundo Batista, aí o tio Raimundo deu para minha mãe, irmã dele, ele deu a terra e pediu apenas a colheita do cacau, aí era assim, o papai com a mamãe apanhavam o Cacau e levavam o dinheiro para ele na cidade, o terreno era da mamãe mas o fruto era dele (CORUJA, 2020).

O território passa a ser entendido com um espaço político e econômico, a globalização atua sobre esses territórios os moldando como espaços transnacionais e utiliza-se do modo de produção para ampliar a mais-valia com consequente acúmulo de capital. A territorialidade, enquanto pertencimento ao lugar e as relações construídas com o território usado, é fragmentado e esse movimento dialético permite ao modo de produção a implantação de sua matriz ideológica.

O amazônida vive a terra de outra maneira. O fluxo das águas, que muitas vezes arrasta as plantações pelas correntezas do rio, se configura como um eterno recomeço. Quando o rio seca e deixa suas margens férteis para o plantio, a família camponesa cheia de força e esperanças planta para novos recomeços, tendo a esperança de ter um lugar para viver, plantar, colher, pescar. Mas, a concentração e os conflitos agrários fazem com que a produção se reduza, as políticas de estado não chegam às essas famílias o que por fim acaba levando a migração dos trabalhadores jovens rurais para as cidades, causando mais uma vez o esvaziamento da zona rural.

“Tempo das Lições Aprendidas”

Este tempo é mais simbólico e contribui para a formação do espaço-tempo, diz respeito aos conhecimentos e saberes tradicionais e sua transmissão em célula familiar, os conhecimentos que são transmitidos de pais para filhos são entendidos como momentos ontológicos, sua organização social e vivência no mundo do trabalho, é o tempo de ouvir os mais velhos, conhecer os saberes tradicionais e aprender os costumes, as crenças, as técnicas e o tempo da água.

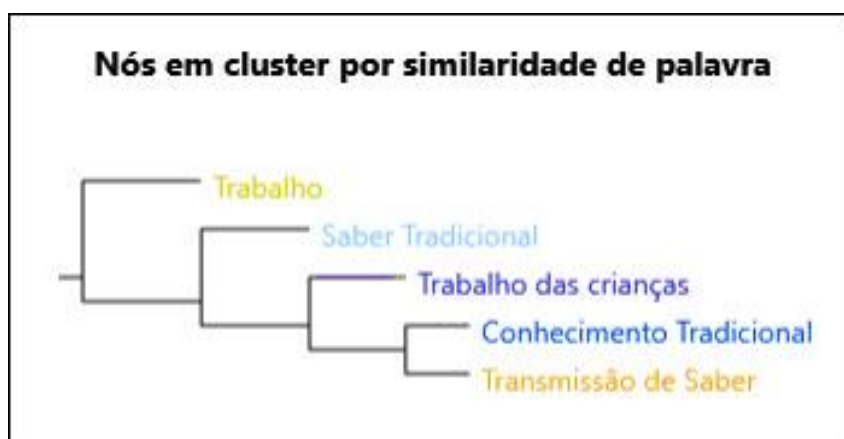
[...] mamãe me ensinou, lembro bem, ela ia para a beira do fogão de barro né, e ela tinha umas bacias grandes, a gente colocava o vinho lá para ferver, quando começava a borbulhar a gente ia colocando o açúcar, quando tinha, mas geralmente a gente usava a garapa da cana que a gente mesmo fazia [...].

A mamãe lavava os troncos das laranjeiras, não deixava criar limo, ela dizia que a planta adoecia e morria, então quando o rio subia e começava a criar aquele limo nos pés das plantas ela ia escovar e as plantas não morriam. Aqui as gravioleiras os meninos lavam também, elas não morrem, havia uma plantação grande aqui ao lado, mas essas últimas cheias foram muito fortes, até as mangas que nessa região tinham muito, morreram tudo nesses últimos anos e o pessoal foi desmatando também para plantar maracujá e vai se acabando tudo que existia aqui, coisas que estavam plantadas desde que a gente se entende por gente [...] (CORUJA, 2020).

Desse modo a categoria central é o trabalho como concepção fundante do homem que desencadeia a categoria saber tradicional como uma categoria operativa, considerando que o saber está relacionado ao *modus vivendi* acumulado dessas populações desencadeando a categoria trabalho das crianças como essencialmente necessária para a vida em comunidade, essa categoria representa um elo de ligação entre trabalho e educação pois permite o encadeamento das categorias conhecimento tradicional e transmissão de saber, considerando que as crianças aprendem observando os adultos, na práxis do trabalho no campo junto com os pais e os irmãos mais velhos o que lhes permite conhecer os elementos da natureza, a pedagogia das águas e seus tempos²³.

²³ As observações coletadas na pesquisa de campo, foram organizadas em cluster por meio do Software NVivo, foram trabalhadas cinco categorias à priori (Figura 17), sistematizadas no formato de cluster.

Figura 17 - Tempo das Lições Aprendidas



Fonte: Nvivo12 (2020)

A compreensão da existência do “Tempo das Lições Aprendidas” emerge na práxis do trabalho e seu potencial educativo nos permitiu estabelecer como este tempo se relaciona com a escola, o aprofundamento dessas categorias será abordado mais adiante, por hora empreenderemos esforços para discutir a categoria conhecimento/saber tradicional emergida na triangulação do software Nvivo, o cluster dessas categorias apresentado anteriormente, nos exige esse esforço teórico para compreendermos como as questões do território e do próprio trabalho estão em pauta e discussão nos interesses capitais, essa categoria é mais um elemento que nos permite afirmar que a reestruturação produtiva empreendida na fábrica avança sobre o trabalho camponês.

2.8. Os saberes e o fazer socializados

A relação homem-natureza é de fato complexa, tal relação se estende ao longo dos milhares de anos e nesse percorrer, ao longo do tempo e da história, essa convivência sempre foi permeada pela ação do homem, tanto no sentido de dominar, quanto proteger o espaço, de tal dinâmica de vivência humana surgem diferentes culturas, formas de perceber o mundo e de se perceber como parte de um todo, é neste contexto, experiências e *praxis* que surge o conhecimento tradicional, repassados e compartilhados por gerações.

O uso do termo conhecimento tradicional, saberes tradicionais, comunidade tradicional, população tradicional, encontram-se envoltos ao *modus vivendi* de determinadas sociedades, por sua ampla abrangência algumas definições são empregadas de modo pouco consensual. Conceituar de forma clara o conhecimento tradicional é imprescindível, explica Santos (2005) que os conhecimentos tradicionais passaram a

adquirir, nos últimos anos, importância central para os processos de desenvolvimento o que de certo modo atribui a este a mesma importância do conhecimento científico.

Para Santilli (2012) o uso formal do termo conhecimento tradicional surge no Brasil nos anos 2000 com a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), esse instrumento entende que tais sistemas podem ser compreendidos como sistemas de recursos naturais, cujo papel de proteção e manutenção da biodiversidade era essência principal.

À luz da interpretação da Lei, entendemos que a definição do termo conhecimento tradicional depende de sua posição geográfica, perpassa assim, por uma questão econômica, uma vez que reproduz um sistema de vida em sociedade e uma organização social. Contudo, tal entendimento decorrente do SNUC não nos permite conceituar de forma clara o conhecimento tradicional, para isso faz-se necessário analisarmos as definições à luz do estado da arte para que se possa conceituar de forma clara, de acordo com cada perspectiva, os termos empregados que buscam definir o conhecimento tradicional.

A importância das populações tradicionais foi pontuada pela Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92) a qual pondera a importância para a preservação e manutenção dessas populações, bem como a gama de conhecimentos obtidos por essas sociedades. Diegues; Arruda (2010) explicam que a abordagem de assuntos inerentes aos conhecimentos tradicionais, tem provocado uma série de discussões nas mais variadas áreas científicas e políticas que acabam por provocar um embate teórico tanto nacional e internacionalmente, considerando que tais conhecimentos são alvo direto de interesse do capital.

O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) define a população tradicional como “aquele que produz um modelo de vida social e ambiental diferenciados” ligado também a questão da transmissão de conhecimento de geração a geração, assim como, a luta dessas populações de afirmação e não-pertencimento a sociedades dominantes (DIEGUES; ARRUDA, 2010).

Um outro conflito que emerge desses embates versa sobre a questão do trato, manejo e exploração dos conhecimentos tradicionais associados a questão da conservação da natureza com o surgimento do enfoque da etnoconservação, que busca ponderar e irromper com o modelo imposto pelo capital refletida na intensa destruição da natureza fruto das políticas capitalistas exploratórias.

Tendo por base essa compreensão do viés político e das lutas travadas pelas populações tradicionais, explica Wandscheer (2016) que o conceito legal do conhecimento tradicional adquirido e transmitido nas comunidades não é o mesmo defendido pelos estudiosos do tema. Há uma ampla quantidade de teóricos que defendem variados conceitos, assim há a necessidade operacional de compilar tais conceitos em correntes teóricas (Quadro 5), objetivando maior clareza e melhor entendimento, assim observamos a posição de três grandes grupos: o conservacionista, o preservacionista e o Economicismo.

Quadro 5- As correntes teóricas que discutem o Conhecimento Tradicional

Conservacionismo	Preservacionismo	Economicismo
Necessidade de exploração econômica dos saberes tradicionais Corrente que reconhece no mercado a característica de promover a destruição, necessariamente, de qualquer dinâmica cultural que não funcione conforme a relação de cálculo entre meios e fins Movimento Liderado por naturalistas.	Necessidade de preservar dinâmicas culturais. Década de 60 – Protecionismos: ORT, a convenção Internacional da Organização do Trabalho nº 107, elaborada na década de 1950 e ratificado por vários países latino-americanos na década de 1960 e início da década de 1970 exercem influências sobre as políticas.	O mercado tem poderes redentores e civilizatórios e não está preocupada com o problema da diversidade de culturas. Para seus partidários, o papel do Estado é permitir e garantir o avanço do mercado com o fim de expandir sua lógica para todas as esferas da sociedade. Propriedade Intelectual.
Banco Mundial		
Em 1982 publica o Manual Operacional OMS 2.34, estabelece: diretrizes da política operacional para proteger o direito dos chamados “Povos Tribais” em projetos de desenvolvimento financiados pelo banco. Visão integracionista.		
Em 1987 o Baco Mundial passa a ter como enfoque atenção mais sistemática na melhoria do desempenho de seus projetos que afetaram os povos tribais e indígenas. Redefine o conceito ao incluir um maior agrupamento de povos mais diversificada por meio da existência da "Continuum de aculturação".		

Fonte: organizado pelo autor, ancorado em Rodrigues (2011)

Essas correntes teóricas, considerando a sociedade na qual vivemos que é uma sociedade capitalista, o Banco Mundial (BM) estabeleceu em suas diretrizes as contradições das correntes teóricas ao ponto de Davis (1992) explicar que o banco reconheceu o poder degradador de seus projetos para os povos indígenas e tribais. Davis ao analisar as diretrizes do Banco Mundial no documento ‘*Tribal People in Bank*’ de 1982 considera que essas diretrizes emergem da experiência do Banco no financiamento do desenvolvimento de fronteiras e programas de colonização em áreas de florestas tropicais das terras baixas do Brasil e em outros países da América do Sul, na época ainda haviam vários grupos tribais sem contato ou apenas recentemente contatados.

Na verdade, mesmo antes da publicação desta diretiva, o escritório de Assuntos Ambientais e Científicos, responsável pela proteção ambiental do Banco já vinha desenvolvendo trabalhos de avaliação com estudos dos efeitos do desenvolvimento econômico nas terras e culturas de povos tribais. Explica Davis (2011) que lançado logo após a emissão do OMS 2.34, o estudo continha algumas ideias sobre as práticas tradicionais de uso da terra dos povos indígenas e seu potencial papel como gerentes de recursos naturais. Davis assinala a existência de uma grande ênfase do relatório ao que foi denominado de *continuum* histórico ou variedade de tipos de sociedades tribais daquelas geograficamente e culturalmente isolados das sociedades nacionais àqueles que foram totalmente integrados as economias políticas e sociedades rurais do país de que fazem parte (os chamados "populações camponesas indígenas"). No meio, observou o relatório, há um *continuum* de sociedades de "grupos tribais semisolados" para aqueles em "contato permanente", mas ainda não "totalmente integrados" com suas respectivas sociedades nacionais.

O uso dessa noção de um "*continuum* de aculturação" ou integração de sociedades tribais veio de duas fontes. Primeiro, a experiência do Banco no financiamento do desenvolvimento de fronteiras e programas de colonização em áreas de floresta tropical de várzea do Brasil e outros países da América do Sul onde, na época, ainda havia vários povos sem contato ou grupos tribais que habitam florestas recém contatados. E, dois, a noção então predominante entre alguns governos agências indigenistas na América Latina que era inevitável que essas tribos relativamente remotas serem adequadamente protegidas durante um período de transição, as sociedades abandonariam suas culturas e identidades tribais e, eventualmente, integrar-se-iam à sociedade em geral, muito disso posto de vista foi baseado nas suposições "integracionistas" e provisões "protecionistas" da Convenção Internacional da Organização do Trabalho nº 107, elaborada na década de 1950 e ratificado por vários países latino-americanos na década de 1960 e início da década de 1970.

Ante ao exposto por Davis (2011) buscamos organizar operacionalmente cada corrente teórica e suas influências políticas, nesse sentido entendemos que a corrente conservacionista remete à noção de *wilderness* (vida natural, selvagem), havendo a dissociação entre homem e natureza, de modo que a mesma deve ser protegida para que permaneça intacta, pois a interferência humana é considerada sempre negativa, logo entende a população tradicional e os conhecimentos tradicionais como elemento de

conservação do meio ambiente, nessa corrente teórica a população tradicional é entendida como um modelo de vida social, ambiental, interligadas e que transmite conhecimento em rede familiar, em consonância com o meio inserido, em harmonia com a natureza.

Na perspectiva preservacionista a corrente teórica também aponta para a necessidade da proteção dos recursos naturais, contudo, ultrapassa a perspectiva preservacionista ao associar as populações humanas à natureza ao afirmar que manejos sustentáveis possibilitam a interferência humana nos ecossistemas sem a geração de impactos drásticos, nessa corrente surge o debate quanto a exploração dos conhecimentos associados.

Um preservacionista será aquele que reconhece no mercado a característica de promover a destruição, necessariamente, de qualquer dinâmica cultural que não funcione conforme a relação de cálculo entre meios e fins (RODRIGUEZ, 2011).

Por conseguinte, a este embate teórico de vertentes distintas a qual essa discussão envolve muito além de simples conceitos, emerge a ideia do interesse do capital sobre este conhecimento e suas potencialidades, um campo em disputa. Considerando o conhecimento tradicional como um conhecimento desenvolvido e acumulado por diversos povos, comunidades, tanto indígenas, como quilombolas e camponeses (WANDSCHEER, 2004), o BM busca apropriar-se desses conceitos, financiando e orientando projetos no sentido de garantir territórios para o acúmulo de capital.

Em suma, a perspectiva preservacionista se diferencia da conservacionista, na primeira abordagem, a natureza remete à noção de *wilderness* (vida natural, selvagem), havendo a dissociação entre homem e natureza, de modo que a mesma deve ser protegida para que permaneça intacta, pois a interferência humana é considerada sempre negativa. Na perspectiva do conservacionismo há referência para a necessidade da proteção dos recursos naturais, mas ultrapassa a perspectiva preservacionista ao associar as populações humanas à natureza, pois afirma que manejos sustentáveis possibilitam a interferência humana nos ecossistemas, sem a geração de impactos drásticos (DIEGUES, 2008, p. 25).

O *modus vivendi* presente no povoado camponês da Costa da Conceição em Itacoatiara/Am e as novas técnicas presentes na comunidade, assim como as mediações que esse *modus vivendi* se desdobra no trabalho camponês, as formas de transferência de conhecimento, os aprendizados e como são socializados na comunidade, contribuem para a manutenção do modo de vida dos sujeitos.

O vinho do cacau é feito assim, a gente corta a fruta e tira o caroço né que tem dentro, parece um cacho de uvas, só que branco e mais resistente, daí a gente vai colocando na bacia grande, depois a gente coloca um pouco de água para dar a liga né, mexe bem com a cuia, daí a gente coloca no Tipiti de palha. Lá para o Tipiti, tem que ter um lugar onde pendurar, a gente usava o galho da arvore ou fazia uma forquilha suspensa, daí na parte de baixo a gente fazia a prensa com um pau, bem forte e colocava uma bacia embaixo para aparar o vinho. O vinho era para gente beber, fazer doces, geleias [...] (CORUJA, 2020).

Wagley (1988, p. 85) afirma que esses métodos, são essencialmente, os mesmos utilizados pelos indígenas, os quais permanecem até os dias atuais e que estão presentes no povoado. Tal saber está ligado ao trabalho desenvolvido na comunidade, esse saber é repassado de pai para filho em grupos familiares, o que contribui para a manutenção dos *habitus* de trabalho. No quadro 6 organizamos as falas do sujeito a partir dos clusters de palavras trianguladas pelo NVivo, esses relatos dos moradores e dos estudantes nos permitem observar como o saber é transmitido entre o grupo familiar, associa-se ao trabalho e ao modo de vida na comunidade e se relaciona com a escola

Quadro 6 – Sistematização em Clauster das Categorias

Trabalho	
Coruja	<i>É tinha o seringal nessa beirada toda, a gente trabalhava no cacau e na seringa. Tudo isso era plantado, em linha retas, imensos a perder de vista.</i>
Gavião	<i>[...] fazíamos o vinho, para beber. A semente a gente jogava no tendal para fermentar, tirava o talo e colocava para secar. Depois de seco, já estava vendido</i>
Acerola	<i>Na minha opinião não. Nada do meu trabalho comunitário se liga com a Escola</i>
Cupuaçu	<i>Não tem nenhuma semelhança o meu trabalho na comunidade com a Escola.</i>
Saber Tradicional	
Coruja	<i>esse é o conhecimento que a gente teve quando começou a se entender como gente, tudo isso já foi nossos pais que nos ensinaram, os pais deles ensinaram eles e acho que sempre foi assim né.</i>
Trabalho das Crianças	
Coruja	<i>Os mais velhos cuidando dos mais jovens, e assim a gente ia levando as coisas, papai e mamãe trabalhavam na roça, as vezes nós tínhamos que ir também para a Roça, mas algumas vezes tínhamos que ficar em casa para fazer as coisas e já preparar o almoço do pessoal quando eles voltarem do roçado. A gente já tinha essa responsabilidade né.</i>
Conhecimento Tradicional	
Coruja	<i>[...] mamãe me ensinou, lembro bem, ela ia para a beira do fogão de barro né[...]</i> <i>A mamãe lava os troncos das laranjeiras, não deixava criar limo, ela dizia que a planta adoecia e morria, então quando o rio subia e começava a criar aquele limo nos pés das plantas ela ia escovar e as plantas não morriam[...]</i> <i>[...] eu aprendi com meus pais, a gente via né eles fazendo, naquele tempo.</i>
Acerola	<i>Não acho que o modus vivendi é observado na escola</i>
Cupuaçu	<i>Pode favorecer ambas as partes para que se conecte melhor</i>
Graviola	<i>Os mais velhos dizem que a gente pesca pela lua né [...]</i> <i>Acho que nem tem como a escolar observar, estão lá na televisão e a gente aqui né, como podem observar né?!</i>
Melancia	<i>meus avós não tiveram a oportunidade de estudarem, por isso o trabalho deles, não necessita de estudos.</i>

Transmissão de Saber	
Coruja	<p><i>Ela aprendeu com a mãe dela e assim era, aprendíamos com os mais velhos e íamos repassando para os mais jovens [...]</i></p> <p><i>Eu ensinei para a minha filha, hoje ela mora lá em Manaus e vive disso, da costura [...]</i></p> <p><i>Então, acho que a Escola poderia sim, ao menos conversar com os mais velhos, a gente aprendia com os mais velhos e as coisas davam certo né, mas hoje parece que ser velho é coisa do passado [...]</i></p> <p><i>Tudo isso vai se perdendo, as crianças já não conhecem mais os idosos e os idosos não conhecem as crianças.</i></p>
Terçado	<p><i>[...]por aqui todo mundo meio que se conhece já né, a gente é primo de um primo que tem um tio e assim a gente tem essa relação aqui na nossa comunidade.</i></p>
Terçado	<p><i>[...] isso eles aprenderam com os pais deles, creio eu, coisa que a escola não ensina.</i></p> <p><i>[...] hoje se eu tivesse um filho ia ensinar isso para ele por que é da onde a gente tem o tempero sempre fresco né.</i></p>
Graviola	<p><i>[...] Se a Escola se voltasse para a comunidade de fato, podia melhorar também. Tem muito o que aprender com os comunitários mais velhos, eu mesma aprendi a ler e a escrever com minha mãe [...]</i></p>

Fonte: Organizado com categorias à priori no NVivo 11 (2020)

O saber socializado entre os grupos familiares permitiu que essas populações desenvolvesse uma profunda relação com o ciclo das águas, compatibilizando os recursos e acumulando saberes que lhes permitiram cultivar espécies frutíferas, necessárias para a sobrevivência dessas populações nos seus territórios. As crianças e os jovens ao serem socializados por meio do trabalho que executam junto com todos os familiares, considerado momento de aprendizagem, tornam-se fator vital e necessário para a manutenção da vida no campo e o *habitus* do trabalho.

Em Marx (2014) o trabalho é a categoria fundante do ser humano, com base na tese de Marx Lukács (1981) sistematiza a dialética do pensamento de marxista e afirma que a categoria trabalho é elemento vital fundante do ser social, assim o trabalho detona uma processualidade que, por si própria, remete sempre a universalidade. A partir da síntese de Lukács, Lessa (1992) analisa que a universalidade engloba dois momentos contraditório e intrinsecamente articulados no pensamento de Lukácsiano, por um lado, remete a universalidade os produtos do próprio trabalho; por outro, faz o mesmo com o sujeito que realiza o trabalho. Assim, tanto o produto do trabalho - no limite, a própria formação social, como os indivíduos que o efetivam, adquirem um conteúdo concreto, material-, cada vez mais universalizado, genérico e que Ramos (2019) conclama que não é o produto que constitui o ser social humano, mas sim a consciência.

Essa realidade revela formas de organizações e relações que sobrevivem ante a mediatização do capital, ainda que as necessidades humanas estejam associadas aos produtos, essas populações buscam formas de compatibilizar os recursos para sua existência, construindo uma forma de compreensão de vida baseada no trabalho, contudo em uma perspectiva social, a consciência como capacidade de projetar e criar produtos cria conhecimentos, os quais são compartilhados entre sujeitos da comunidade. O saber é socializado, e suas concepções de trabalho, tornam-se parte da vida em comunidade, que ao passar dos anos vai se tornando natural aos sujeitos, Coruja explica o processo sistemático de fazer farinha:

[...] a gente arranca a mandioca da terra, joga ela na água para amolecer para depois tirar a massa, isso leva uns, três ou quatro dias, aí já arranca a outra parte para raspar e fazer a mistura, tira a tapioca dessa segunda, que é a goma, isso a gente aprende observando os mais velhos [...] (CORUJA, 2020).

Wagley (1988, p. 85) assinala que há duas formas de fazer farinha, os métodos empregados para este trabalho vão da utilização de raladores cilíndricos motorizados ou de tração manual, com o uso de peneiras, sistema de prensa e fornos de barro, os meios e a combinação desse método com o descrito pela Coruja, são geralmente os mais comuns na comunidade.

A objetivação está presente na *práxis* do sujeito do povoado, pois como explica Lessa (1992)²⁴ a objetivação inevitavelmente possui um momento de alienação. Seja o produto criado a farinha ou uma ideia, uma vez objetivados, inseridos na malha de determinações da situação social concreta, ganham uma definição própria. A história do produto objetivado, em definitivo, deixa de ser idêntica à história do seu criador. Neste sentido, a objetivação, enquanto momento ontológico ineliminável de todo ato de trabalho, cria novos seres e novas relações entre os homens, seres e relações, estes sobre cuja história os seus criadores possuem apenas controle parcial. A esta distinção ontológica entre o criador e o seu produto, Lukács (1981) denomina alienação.

No quadro anterior realizamos uma síntese desses conhecimentos e formas de fazer o trabalho, como essa categoria trabalho é parte vital da identidade do sujeito camponês no povoado, sua vivência nos solos de terra firme e nas terras de várzeas lhes permitiram desenvolver um amplo conhecimento, tanto dos ciclos das águas como do manejo das plantações, contudo ao analisarmos o papel da escola frente à essas questões

²⁴ Ancorado em Lukács

e identidades dos sujeitos, observamos que há um processo de distanciamento da escola em relação à comunidade (quadro 7), evidenciado nas falas dos estudantes quando questionados se a escola poderia contribuir com o fortalecimento do *modus* de vida dos sujeitos.

Quadro 7 – Percepções dos Estudantes quando ao Modus Vivendi e a Escola

Melancia	<i>Não acho que o modus vivendi é observado na escola</i>
Maracujá	<i>Pode favorecer para ambas as partes se conectarem melhor</i>
Banana	<i>Nem tem como eles observarem, estão lá na televisão e a gente aqui né, como pode observar né?! Mas acho que o pessoal tem muito o que falar por aqui, tem muita gente inteligente, que sabe como fazer plantio e pescar. É minha opinião.</i>
Milho	<i>A escola não trabalha com isso não</i>

Fonte: Organizado com o Nvivo 11 (2020)

Para Cruz (2015, p. 45) este é um rico ambiente de “existência e sobrevivência” que viabiliza aos sujeitos construir um modelo de relação com o ambiente da região. O Trabalho é observado como uma questão central na vida dos camponeses, reafirmando seu *habitus*, é por meio do trabalho que as demais atividades inerentes à natureza se constituem. Essas relações construídas e estabelecidas, constituem-se na condição basilar do sujeito que vive do trabalho, que lhes permitem aprender a conviver com os elementos da natureza e conhecer os seus tempos:

Bom, tem dia certo para pescar né, geralmente antes da lua nascer porque está mais escuro e o peixe liso está mais fácil de pescar. Os mais velhos dizem que a gente pesca pela lua né, porque esses peixes lisos dependem dos peixes menores né para poderem aparecer (TERÇADO, 2020)

A forma como se aprende e se transmite conhecimento em núcleo familiar, ainda está presente, contudo, os conteúdos repassados por meio da escola são apontados como contradições entre o modo de viver em comunidade no povoado e a expectativa que a escola cria com a inserção conteudista.

As atividades principais desenvolvidas no povoado, são o plantio, a pesca, o extrativismo de frutas e plantas frutíferas e o comércio, os roçados com plantações de mandioca deram lugar para a plantação de maracujá que constitui importante parte da renda familiar dos camponeses dessa região.

Figura 18 – Plantações de Graviola no povoado da Costa da Conceição



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Este momento da alienação é entendido em Lukács como essencialmente positivo pois a afirmação da *práxis* do ser genérico desenvolve a capacidade de se alienar, isto é, de objetivar as ideações da consciência. No povoado a vivência e a experiência acumuladas ao longo dos anos, permitem aos sujeitos associar o trabalho e *habitus vivendi* com os conteúdos científicos ensinados na escola, associação da matemática a prática do comércio dos produtos agrícolas ganha um destaque fundamental para estes sujeitos, conhecimento acumulado pela *práxis* do trabalho, assim como a biologia e a química.

[...] a gente aprende matemática contando as frutas, é básico isso, na escola isso poderia ser aprofundado com as fórmulas, a gente aprende a fazer uma mistura de terra paú com terra preta e a dosar essa quantidade pra não matar as plantas e na escola a gente poderia complementar esse conhecimento com a química, com a biologia né, outra coisa a gente aprende onde é fundo no rio, onde tem peixe e que tipo de peixe tem ali com os mais velhos e na escola poderíamos aprender mais sobre geografia né, mas é somente minha opinião, sem a Escola a gente não avança nos estudos mas a gente aprende com a vida, só que esse aprender com a vida na comunidade não me permite ir para a universidade por exemplo (GOIABA, 2020).

A pesca é uma atividade de subsistência extremamente importante para os sujeitos do povoado de ambas as comunidades, além de assegurar um alimento essencial para as famílias, constitui parte importante da renda dos sujeitos com a comercialização do excedente, além de ser um importante transmissor dos saberes tradicionais da região e a preservação dos lagos naturais do povoado e os conteúdos ensinados na escola estão distante da *práxis* do camponês.

Figura 19 – Roçados de Plantações de Maracujá na Comunidade Nossa Senhora da Conceição



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

O trabalho manual está presente na *práxis* do trabalhador, sua adaptação às condições da natureza, em casos como o relatado adiante, aponta para uma problemática emergida na vivência do trabalho.

[...] de uns tempos para cá as pessoas tiveram colheitas pequenas de maracujá por que não tem mais os insetos para fazer aquele negócio da flor [Polinização], e alguns trabalhadores estão fazendo isso com as próprias mãos, tipo a gente pega em uma flor, até nossos dedos ficarem amarelos, daí a gente vai e coloca na outra flor, assim tem dado muito maracujá [...] (ACEROLA, 2020).

Dos relatos colhidos na pesquisa de campo, as *práxis* do trabalho e *modus vivendi* foi mencionado por uma única professora, percebemos que a escola está distante da realidade dos sujeitos do povoado, o que sinaliza para uma ruptura na transmissão de saber entre os núcleos familiares:

[...] quando eu estava em sala de aula eu procurava o máximo trabalhar de acordo coma realidade, tanto que o último ano que eu estive em sala de aula, pela manhã, foi em 2016, eu planejava bimestral em relação a geografia eu peguei as regiões para trabalhar qual era forma de vivência desse povo, na minha concepção a gente utiliza sim, tipo a pesca, sempre buscando para cá, eu estou falando por mim né, mas os professores também por que eles me mostram os planos, será que está bom assim? Eles me mostram (CONCEIÇÃO, 2020).

O caráter socializador transmissor de conhecimento do trabalho executado pelas crianças, difere-se do caráter nocivo e as crianças atuam como elementos fundamentais na reprodução do conhecimento e transmissão do saber em células familiares ante a lógica capitalista. A escola burguesa trabalha com o propósito de preparar mão de obra para o mercado da mais-valia, centra-se em uma lógica conteudista e ao desconsiderar as relações históricas do ser social, opera entre as categorias trabalho/saber tradicional e transmissão/conhecimento tradicional o que sinaliza para a perda de todo um mundo sensível no povoado.

Figura 20 – Roçados com plantações mista de Melancia e Maracujá



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Segundo Chayanov (1970) o fazer emitido é assentado segundo o tamanho do grupo familiar e o número de sujeitos aptos para a execução do trabalho, aqui o trabalho das crianças torna-se fundamental para a vida em núcleo familiar, os mais velhos cuidando dos mais novos, enquanto os pais estão no roçado ou na pesca, ou acompanhando os pais na agricultura e no comércio, este é o momento de aprendizagem para a manutenção do *modus vivendi*, e Cruz (2015) salienta que a execução do trabalho em núcleo familiar constitui um eixo central para a relação entre trabalho e consumo das famílias.

Quanto ao saber tradicional e sua importância, sua manutenção torna-se fundamental para a sociedade que vive do trabalho, a existência do sujeito neste espaço perpassa pela manutenção deste conhecimento, o que lhes permitem estabelecer relações entre os indivíduos e a natureza:

[...] esse é o conhecimento que a gente teve quando começou a se entender como gente, tudo isso já foi nossos pais que nos ensinaram, os pais deles ensinaram eles e acho que sempre foi assim né [...] (GAVIÃO, 2020).

Ou seja, as organizações dos processos produtivos seguem a dialética da natureza, a várzea é palco principal das relações de trabalho, a adaptação do camponês aos ciclos das águas das terras e das florestas implica na construção de um calendário de trabalho, cuja dinâmica respeita o período das reproduções das espécies encontradas, bem como as estações do ano.

Para Marx (1987), o trabalho é uma atividade desprendida que emerge como uma questão fundamental para a produção do valor de uso, neste sentido o trabalho desenvolvido neste território permite aos sujeitos a apropriação dos elementos da natureza, compatibilizando o uso dos recursos naturais. O aprendizado do ciclo das águas, o trabalho na pesca, na agricultura tornam-se produtos polivalentes, o que os torna singular para uma sociedade incluída no meio de produção capitalista.

Ao refletirmos sobre os achados no campo da pesquisa, que buscamos discorrer nesse capítulo, emergiu o trabalho das crianças como uma categoria central para a manutenção dos *habitus vivendi* na cena da vida do trabalhador camponês na Costa da Conceição, estamos falando de um trabalho ontológico e que precede a própria concepção humana, estamos falando de um momento de aprendizagem que não retira das crianças sua infância, em trabalhos futuros fica a inculcação a necessidade de se pesquisar as infâncias do e no campo, por hora buscamos dar conta do objeto central de nosso estudo, resgatando o breve histórico dos grupos sociais que formam o povoado, os *habitus* de trabalho, a conformação do território e nesse movimento dialético emergiu a categoria que descrevemos como pedagogia das águas por sua ação mediadora das relações sociais do povoado, seus tempos e suas dinâmicas.

Discutimos a questão intelectualização, das inovações tecnológicas que exercem forte influência por meio da reestruturação produtiva empreendida na fábrica e que se desdobra sobre o trabalho camponês, modificando a estrutura e a forma de produção na comunidade, nesse movimento emergiu o conhecimento e saberes tradicionais, observados nas falas dos sujeitos e esquematizados por meio do software NVivo o qual nos possibilitou discutir essa categoria pois trata-se de uma categoria operativa do trabalho camponês e apresenta importante papel na forma de manutenção da vida em comunidade e do trabalho camponês.

Destarte, no próximo capítulo empreenderemos esforços teóricos para analisarmos algumas categorias centrais que temos buscado evidenciar na práxis do povoado estudado, para isto explica Nosella (2019) que o acolhimento da humanidade de cada um nunca deve ser deixado de lado, o ser humano é consciência e o trabalho deve ser entendido como princípio educativo pois o homem ao agir no mundo o transforma, ao transformar o mundo ele transforma a si mesmo e conseqüentemente cria novas relações sociais, essa tese é amplamente explorada na obra de Marx.

CAPÍTULO III

3.1. ESPAÇO HISTÓRICO: ESCOLA, TRABALHO E RESISTÊNCIA

Ao iniciarmos este capítulo, gostaríamos de fazer breves considerações quanto ao objetivo 3 (três) do projeto de pesquisa. Propomos inicialmente operacionalizar esse objetivo por meio da pesquisa bibliográfica, documental e visita *in loco* como descrito no quadro 8, essa proposta foi afetada pela pandemia da COVID-19. O Estado do Amazonas decretou a suspensão do transporte intermunicipal por meio do Decreto nº 42.158 de 4 de abril de 2020 isolando a comunidade para garantir a segurança da sociedade amazonense.

Quadro 8 – Planejamento dos procedimentos Técnicos do Projeto de Pesquisa

Detalhamento dos Procedimentos Técnicos			
Objetivos	Técnicas	Instrumentalização	Público-Alvo ou Objeto
Dissertar a potencialidade da Escola frente às novas técnicas e os embates destas nos <i>habitus</i> do trabalho.	Pesquisa Bibliográfica/documental	Analisar a postura da escola frente às novas técnicas no meio camponês	A E.E Anília Nogueira no contexto camponês.
	Visita <i>In Loco</i>	Visitar a Escola Estadual Anília Nogueira da Silva.	

Fonte: Elaborado pelo autor (2019).

Ramos (2019) ancorada em Lukács explica que para nascer o trabalho enquanto base estruturante de um novo tipo de ser, o ser humano, a especificidade é especial em um determinado grau de desenvolvimento do processo de reprodução humana. Em Marx (2014) há uma concepção antropológica da compreensão do trabalho na relação da construção do ser, o animal singular que é o ser humano.

A essência do trabalho consiste em ir além dessa fixação dos seres na confecção biológica do seu ambiente, do ser que seja a extensão da natureza. E o momento inicialmente separatório, quando esse ser se transforma e se constitui como humano, é constituído não pela fabricação dos produtos, mas pelo papel da consciência que deixa de ser nela aquilo que emana da evolução biológica. Lukács complementa essa tese de Marx com o conceito das teleologias, o ser é construído não pela confecção dos produtos mas pela consciência, porque as espécies produzem com seus instintos na natureza aquilo do que necessitam, então é clássica a citação de Marx sobre a distinção entre a mais habilidosa abelha do mais medíocre arquiteto, ambos produziram a partir da natureza o que necessitam para sua existência, porém a primeira de forma vinculada à natureza e instintivamente e visando, não consciente, mas em razão de um produto que precisa na

sua teia que a partir da reação da natureza produzem, mas não é o produto que está para o ser humano e sim a consciência da capacidade de projetar o que é preciso.

O caráter teleológico do trabalho em Lukács que implicaria de forma sintética o ser humano distinto de outras espécies, é consciente da necessidade e que Marx vai falar do estomago ou da fantasia e isto também tem uma consequência sobre o trabalho e práxis, mas o ser humano é capaz de reconhecer essa necessidade, elabora conscientemente e projeta meios para satisfazê-lo, sua ação é consciente. A distinção entre o ser humano e as demais espécies ocorre entre a consciência de satisfazer necessidades e a projeção para satisfazer e ao produzirem meios para satisfazer a necessidade produzem também conhecimento.

A relação entre trabalho e conhecimento, um exemplo simplório: a produção do homem primitivo que produz instrumentos que o proteja do predador, então a partir da natureza um pedaço de madeira ou uma pedra lascada e afiada que se torna um lança. Então que seja para se proteger de um predador, pescar, colher frutas, diversas utilidades este instrumento poderia ser o artefato, o instrumento é a materialização desta capacidade teleológica nessa dimensão “cognitiva” do trabalho. Na concepção da lança está agregado primeiro a execução humana mediado pelo trabalho humano mediado pela consciência da necessidade do projeto. Que por si faz uma relação pragmática com a natureza a necessidade e o meio para fazer, mas também pela potência analítica que esta mediação sucinta estaria na apropriação nas leis da natureza. Então uma lança que se possa jogar e atingir um determinado alvo estarão as leis da dinâmica, dos materiais, um conjunto de aspectos da ciência que estão na natureza e são da natureza e que sendo apropriada pelo ser humano como conhecimento da leis e ou conceitos da natureza sistematizado como conhecimento que pode ser transmitido ao longo de gerações, então a apropriação da natureza no plano do pensamento que por sua vez depois gera outras tantas possibilidades uma vez apropriada determinados aspectos da natureza pelo homem, tornando então potência humana que pode ser apropriada consecutivamente no desenvolvimento das condições da vida humana, dos conhecimentos e se organiza dentro de outras condições que vamos chamar de ciência, tecnologia.

Este aspecto já nos colocaria uma compreensão do trabalho como uma característica que é propriamente humana, portanto como conceito, mas tomado como capacidade exclusiva dos seres humanos como seres sociais inerentes a vida humana.

Diz Marx (2014) que o ponto de partida do homem como do animal depende da base física, a natureza. A natureza é inorgânica, mas os seres também são natureza, natureza orgânica. Mas o ser é mais universal do que um animal e também mais universal será sua própria natureza biôrganica, a natureza transformada, potencializada. E esta caracteriza a universalidade do homem de forma prática a universalidade que faz de toda a sua natureza o seu corpo inorgânico, a capacidade de se apropriar da natureza, primeiramente como um meio imediato de vida e depois como um objeto material que é transformado na sua produção da sua existência como atividade vital. Então, o trabalho como atividade vital direciona o pensamento de Marx e essa ideia do caráter genérico como tipo de atividade vital escapou de um caráter de uma espécie, seu caráter genérico e a atividade consciente constitui o caráter genérico do homem.

Os aspectos então de forma sintética da sua diferenciação das outras espécies, chama-se a compreensão do trabalho como concepção ontológica, o trabalho como criação humana. Na coerência do pensamento histórico dialético a determinação também histórica é central, parte do pressuposto da ontologia do trabalho, mas o seu caráter histórico determinado pelas relações sociais de produção é que se configurará na distinção dos povos primitivos pela propriedade privada da terra e posteriormente configurando assim respectivamente os modos de produção. Sua determinação histórica se configura na forma do trabalho alienado, Marx demonstra como a dimensão apropriativa do trabalho ou o trabalho como realização humana é invertida no capitalismo como trabalho alienado.

Retomada algumas categorias centrais discutidas ao longo do trabalho, abordaremos a seguir o produto do trabalho humano no povoado, demarcando que a concepção desencadeante do fazer é a consciência, esta entendida como o elemento constituinte do ser humano, para que possamos entender como esta dinâmica se materializa no povoado emerge o papel da escola como potencializadora dos conhecimentos apropriados e que se são essência da *práxis* humana em comunidade.

Neste sentido entender quem é o sujeito camponês deste povoado é importante exercício para visualizarmos sua posição no mundo que nos possibilitará posicionar este sujeito face ao modo de produção capitalista que chega neste espaço longínquo que é a Amazônia. Mourão (2006) explica que a forma como ocorreu o processo de modernização da economia regional desencadeou processos sociais que promoveram a proletarização das populações na Amazônia, o efeito disso foi a migração dos povos do campo para as zonas urbanas com a expectativa de melhoria de vida.

Na perspectiva da autora o camponês entende esse processo de migração a partir do fito de uma prospecção de que nas cidades a vida é melhor por oferecem trabalhos remunerados e assim este sujeito proveria o sustento da sua família. O abandono do território dessas populações é resultado da violência do capital, que avança sobre as fronteiras rurais. Picoli (2012, p. 9) explica que “Todos os povos amazônicos agora [estão] submetidos ao jugo do capital. E este jugo é forte, uma vez que o que está em disputa é um dos últimos espaços de alargamento e passível de exploração predatória”. Neste âmbito, o processo globalizante no contexto amazônico desponta com o avanço científico e tecnológico contemporâneo, configurando-se como um paradoxo que confronta a experiência humana com um quadro tanto de perda de recursos naturais e por suas implicações calamitosas que afetam a qualidade de vida nos diferentes quadrantes da região, quanto de destruição de etnias e modalidade de organizações sociais singulares no plano local. Neste sentido, a conjuntura que se apresenta denota um quadro de risco social e ambiental.

Na seção a seguir apresentaremos um breve histórico de uma das escolas do povoado, a opção por esta escola ocorre por ser a maior escola do povoado, por ser a única pertencente a rede estadual de ensino em terras de várzea no município de Itacoatiara/AM, apresentamos o perfil dos estudantes, as profissões almeçadas após conclusão dos seus estudos, o trabalho que exercem com suas famílias no povoado, alertamos ao leitor que essa fase da pesquisa foi fortemente impactada pela pandemia da COVID-19 o que impossibilitou a realização de parte significativa da fase 3 e 4 da pesquisa.

3.2. A Escola: breve histórico

A Escola Estadual Anília Nogueira da Silva foi fundada por meio do Decreto nº 13.702 de 23 de Janeiro de 1991, é uma das 12 escolas estaduais do município de Itacoatiara/AM e a única escola em terra de várzea de responsabilidade da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/AM), a criação desta escola era uma demanda antiga do povoado que em tempos passados havia atingido um nível de desenvolvimento importante na região por meio da apropriação dos conhecimentos e meios de produção presentes na comunidade.

Em 1991, o então recente empossado presidente da República Federativa do Brasil o senhor Fernando Collor de Melo realiza uma viagem pelo Amazonas para conhecer a região e os desafios enfrentados pela população, um dos pontos de parada do presidente

foi a então Vila de Nossa Senhora das Graças que abriga a atual escola. Nessa visita foi inaugurado um conjunto de obras públicas na comunidade: um moderno prédio em concreto e ferro sede da recente Escola Estadual Anília Nogueira da Silva, a escola contava com 5 salas de aula, 1 sala dos professores, uma cozinha, sala da diretoria escolar, secretária, 2 banheiros, uma sala para depósito e um pátio usado como espaço para lazer e refeitório, o decreto de criação da EEANS também instituiu funções gratificadas para o funcionamento da Escola:

Art. 1º - Fica criado, no Município de Itacoatiara, a Escola Estadual ‘ANÍLIA NOGUEIRA DA SILVA’, situada na localidade denominada Costa da Conceição, ficando a mesma jurisdicionada à Unidade Educacional de Itacoatiara.

Art. 2º - Ficam criadas 01 (uma) Função Gratificada de Diretor de Estabelecimento de Ensino – FDE e 01 (uma) Função Gratificada de Secretário, Símbolo – FG-7, destinada à Escola de que trata o artigo anterior. (DIÁRIO OFICIAL, 1991)

Explica Silva (2018) que a visita do presidente é marcada por exercícios de batalha naval e pelo trabalho do navio-hospital “Oswaldo Cruz”. Para recepcioná-lo na comunidade estavam lá: o governador Gilberto Mestrinho, vários secretários estaduais, o prefeito de Itacoatiara Francisco Pereira da Silva, o presidente da Câmara Municipal, Jurandir Pereira da Costa, e vários vereadores do município. Collor foi de helicóptero do navio à comunidade, onde conheceu a anciã Maria Beckmann Nogueira, de 104 anos, rezou ajoelhado defronte à imagem da padroeira local, ao lado do filho Arnon e, debaixo de uma forte chuva, caminhou durante 25 minutos pelo cacoal que margeia o rio.

Figura 21 – Mapa geográfico de localização da EEANS



Fonte: Google (2020)

Por ser uma região de terra de várzea, inundada pelas águas do rio Amazonas, as quais asseveram o fenômeno das erosões fluviais, conhecidas também pelo termo “terra caída” (MATOS; NOGUEIRA, 2016), que levam parte dos terrenos e deixam em perigo as construções erguidas nas margens do rio, essas estruturas erguidas em 1991 foram consumidas pelo rio.

Figura 22 - Estruturas antigas da sede da comunidade construídas em 1991



Fonte: Acervo Pessoal (2019)

Em 29 anos de existência a EEANS já contribuiu com a formação de aproximadamente 2 mil pessoas de todas as comunidades do povoado (Tabela 1) atendendo a demanda de outras comunidades próximas do povoado, tornando-se referência em educação na região devido sua localização desafiadora em terras de várzea, contribuindo para a inserção dos sujeitos na organização do mundo do trabalho.

Tabela 1 – Demonstrativo de Estudantes matriculados na EEANS de 1991 à 2020

1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
22	11	61	67	50	-	-	57	-	18
2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
64	103	45	-	-	-	-	-	-	150
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
152	162	232	197	190	172	169	138	169	

Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

O atual prédio da EEANS, inaugurado em 2004 todo construído em concreto e ferro com 6 salas de aula além de sala da direção, sala dos professores, secretaria, uma

pequena biblioteca, dois banheiros e piso em cerâmica não resistiu as constantes subidas das águas, sendo totalmente destruído pela enchente do rio Amazonas no ano de 2018. Atualmente a escola funciona provisoriamente no centro social da comunidade em formato multisseriada, atende além das comunidades do povoado um total aproximadamente de 17 comunidades vizinhas, segundo a SEDUC/AM²⁵ a escola possuía capacidade física para 210 alunos, oferta o Ensino Fundamental, Médio e a Educação de Jovens e Adultos.

O nome da escola é uma homenagem à professora Anília Nogueira da Silva, defensora do direito das mulheres e importante personagem na luta por uma escola no povoado, o legado histórico da professora Anília imbrica-se à história de tantas outras famílias camponesas da região que unem esforços para manter as escolas do povoado em funcionamento, ainda que de tempos em tempos as escolas do povoado costumem ser abandonadas pelo poder público. O papel das mulheres na educação do povoado é fundamental para uma educação emancipadora, percebe-se que a escola Anília sempre foi gerida por mulheres do povoado, a primeira gestora da escola foi a professora Negilda Nogueira da Silva, nomeada por meio da portaria GS nº 323 de 18 de fevereiro de 1991 (DOE, 1991) e tantas outras gestoras que dedicaram suas vidas e carreiras para construir uma escola democrática, referência na região e que durante dezenas de anos tem alfabetizado e formado centenas de camponeses do povoado.

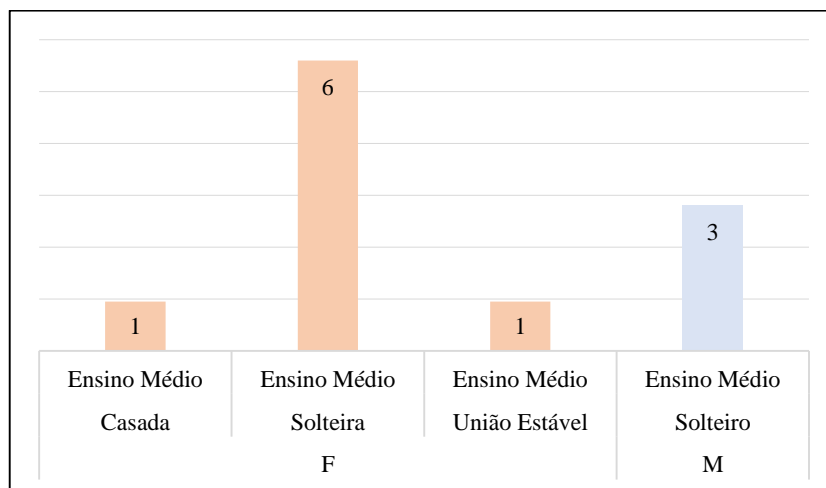
Quanto ao perfil dos estudantes entrevistados, há uma predominância de mulheres com idade entre 18 a 23 anos de idade, sendo 8 (oito) mulheres e 3 (três) homes. A influência do professorado está presente quando investigamos o curso superior que os sujeitos estudantes gostariam de cursar no futuro, a Pedagogia é um curso que ganha destaque nesse quesito por representar a possibilidade de acesso à renda e melhoria das condições de vida nas comunidades, ressaltamos que o corpo docente da escola é formado em sua maioria por egressos da escola e isso pode ser uma influência para os jovens na hora de escolher um curso superior.

Esse movimento dialético do trabalho do professorado no povoado tem contribuído para manter parte das famílias nos seus territórios, reconhecendo nesse movimento a importância da luta pelas suas formações, defesa de suas memórias e manutenção dos seus territórios. Ainda que não haja movimentos sociais formalizados no

²⁵ Esse dado é apresentado na Planilha do Programa Todos pela Vida – Educação que estipula o valor máximo de repasses de recursos para a Escola para destinação de custeio de manutenção de bens e serviços da escola tendo por base a portaria GS nº 572 de 13 de abril de 2016.

povoado a constituição de uma educação do campo vai se configurando uma forma de resistência e construção de suas identidades.

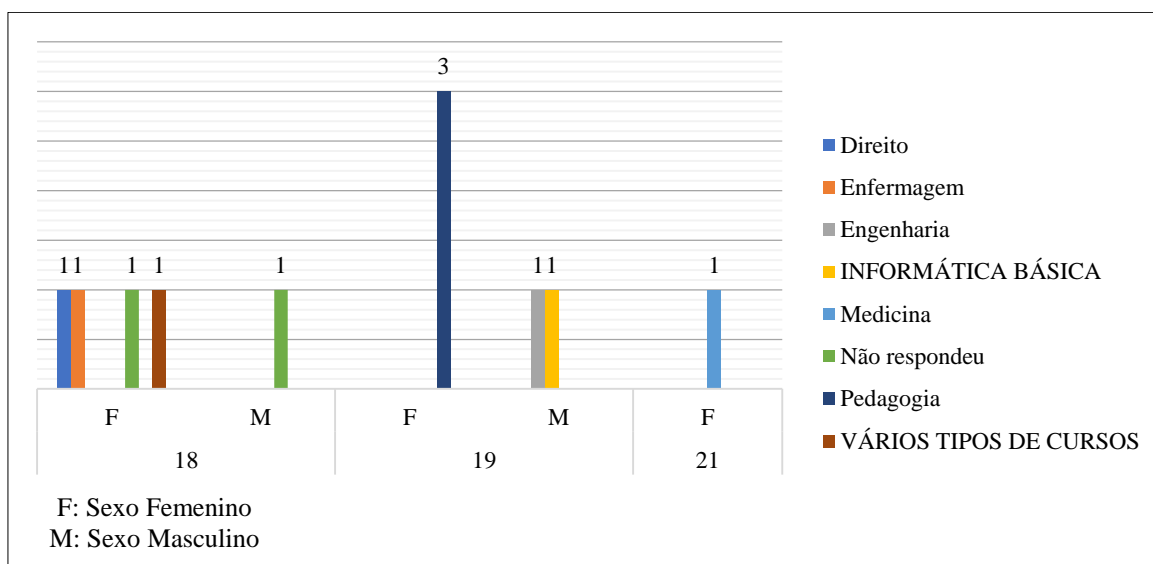
Gráfico 1 - Perfil dos Estudantes da E.E. Anflia Nogueira da Silva



Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

O papel das mulheres em exercer o professorado ganha destaque importante pois a escola não é uma prioridade para o camponês do povoado, é uma exigência que se impõe pela realidade das crianças e jovens na idade escolar que acompanham os pais e os mais velhos nas suas atividades em grupo social familiar, a escola é um instrumento de emancipação.

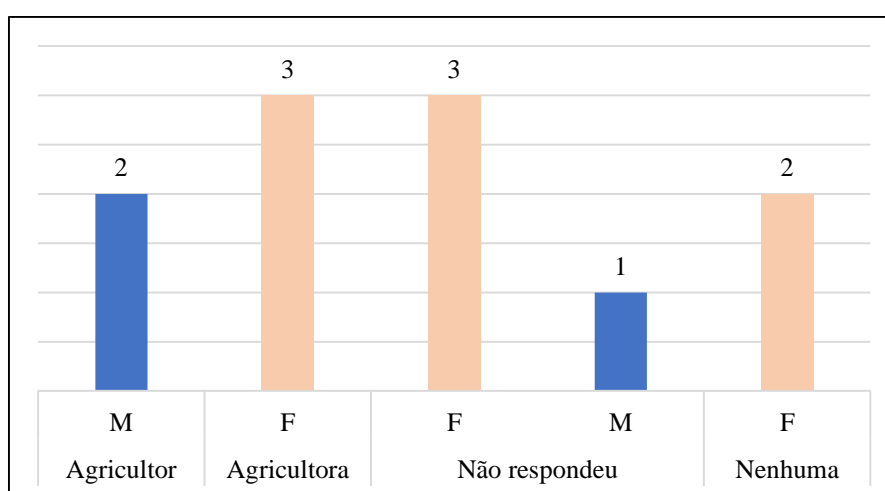
Gráfico 2- Qual o curso superior que você gostaria de cursar?



Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

A escolha da profissão a ser seguida tem relação com o tipo de trabalho que o estudante desenvolve no campo, a Pedagogia está relacionada ao papel do trabalho das crianças, uma categoria importante para a transmissão do saber e a manutenção do conhecimento tradicional do grupo familiar camponês o qual está inserido (Gráfico 3). A Enfermagem, a Medicina e a Engenharia também podem ser relacionadas com a práxis do trabalho e as mulheres assumem papel fundamental nesse ciclo de aprendizagem entre a práxis do trabalho e o desejo de exercer uma profissão formal dentro do mundo do trabalho que esteja relacionado as suas práticas cotidianas em família.

Gráfico 3- Profissão exercida pelos estudantes nas suas comunidades



Fonte: Pesquisa de Campo (2020)

A identificação dos estudantes com o exercício da atividade da agricultora no povoado evidencia que o trabalho no campo é comum nas comunidades do povoado, essa atividade é exercida em grupos familiares e que nos últimos anos vem se intensificando com plantações maiores para atender uma demanda crescente por alimentos e por ser fonte importante da renda das famílias no povoado camponês da Costa da Conceição.

Ante ao breve histórico da EEANS e o perfil dos estudantes entrevistados, apontamos que a escola nasce da luta das mulheres por uma escola que ofertasse aos camponeses do território uma educação formal e que os preparasse para o mundo do trabalho, a escola torna-se importante instituição na cena do povoado e contribui assim para a formação não somente dos filhos dos trabalhadores da Costa da Conceição como também de várias comunidades próximas.

Reservamos a próxima seção para discutirmos a potência da escola ante as dinâmicas da luta entre os habitus de trabalho e a inserção de novas técnicas no povoado,

entendemos que essas lutas são desdobramentos da reestruturação produtiva do trabalho na fábrica que influencia as organizações, o Estado assim é fortemente influenciado por essa reestruturação produtiva e vai modificando as políticas que, por conseguinte entram em embates com o trabalho camponês no povoado.

3.3. A Escola e as lutas/resistência no *habitus* do trabalho

A EEANS é vital para o *modus de vida* no povoado da Costa da Conceição tendo como pressuposto sua importância estratégica para o desenvolvimento da comunidade e o papel social que a escola representa na vida dos sujeitos que vivem do trabalho. Ao curso dos 29 anos de atuação na vida da comunidade essa escola tem acompanhado o chamado desenvolvimento tecnológico vivenciado pelas sociedades como consequência do modo de produção capitalista.

Nessa escola já foram implantados diversos programas que utilizam a tecnologia com o discurso de “ferramentas modernas para a educação”, dentre essas ações destacamos a ação da Fundação Roberto Marinho (FRM) por meio do Telecurso 2000 que chega à EEANS no ano de 1998, esse foi um projeto pioneiro para a realidade do povoado pois a tecnologia televisionada chega à realidade dos sujeitos os inserindo na “realidade” colorida dos televisores, a FRM instalou kits de televisores e videocassetes na escola além de placas fotovoltaicas que supriram à falta de energia elétrica na escola. Esse foi um projeto desenvolvido em parceria com a SEDUC/AM por meio do contrato de prestação de serviço nº 64/2000 e que por meio do Projeto Tempo de Acelerar, o governo do estado contratou a instalação de 1000 (mil) telessalas de aula, esse contrato foi beneficiado pela dispensa de licitação publicado no Diário Oficial do Estado (DOE) na edição de 05 de outubro de 2000 tendo como justificativa: [...]a capacitação e a escolaridade básica de pessoal como alternativa pedagógica para reduzir a defasagem idade/série dos alunos da Rede Estadual de Ensino (DIÁRIO OFICIAL, 2000).

O Projeto Tempo de Acelerar (PTA)²⁶ foi implementado pela Secretaria de Estado de Educação e Qualidade de Ensino – SEDUC/AM com objetivo de “proporcionar aos alunos com distorção idade/ano-escolar, oportunidades educacionais apropriadas para

²⁶ Nosso enfoque não é dar conta do Projeto Tempo de Acelerar pois o enfoque de nossa temática proposta caminha em outra direção, contudo buscamos trazer uma breve exposição sobre o projeto pois trata-se de uma política implementada pela SEDUC/AM que levou até o povoado o contato com as tecnologias televisionadas.

a aceleração de estudos no nível fundamental e médio da Rede Estadual de Ensino” (CEE, 2005, p. 4), explica Ferreira (2011, p. 108) que:

O Projeto Tempo de Acelerar não pagou a dívida do Estado com aqueles alunos historicamente prejudicados em seu processo de ensino aprendizagem. Ao contrário, configurou-se como um mecanismo ainda maior de exclusão quando, ao conferir o certificado de conclusão do ensino básico, impediu os alunos, que se sentiram prejudicados, de retomarem os estudos.

Esse fato exposto por Ferreira (2011) pode ser percebido nos documentos da EEANS (Ata do ano letivo) pois o projeto inicia-se na escola em 1998 com 57 estudantes matriculados em 2 turmas, ao final do período letivo 36 alunos foram aprovados, 18 alunos aparecem nos registros da escola como desistentes e 3 estudantes foram transferidos. A dificuldade de os estudantes acessarem a escola é um fato apontado pela secretaria da escola como uma questão desafiadora pois não havia transporte escolar, os estudantes percorriam exaustivas horas de caminhada para chegar até a escola.

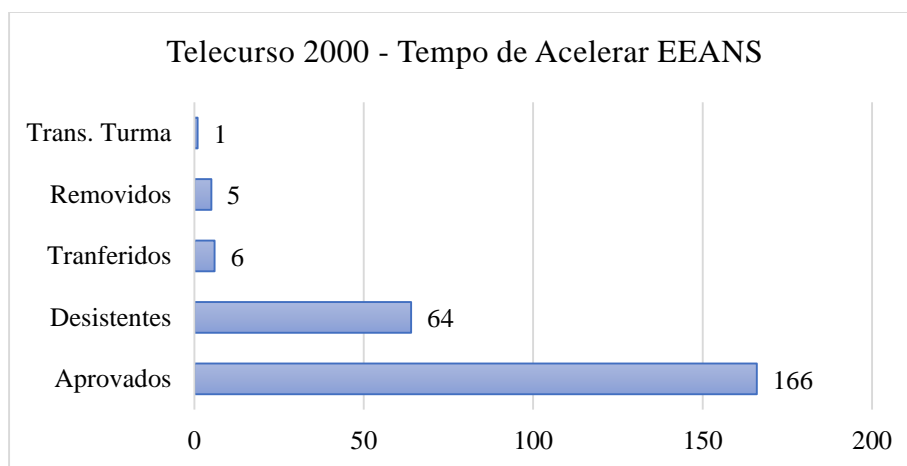
Ferreira (2011, p. 109) explica que a contradição entre a necessidade de mão de obra alinhada à organização racional do trabalho em constante atualização e a oferta pelo estado de uma formação precarizadas emergem nos projetos como o Tempo de Acelerar e podem ser analisado considerando duas questões centrais: “à exigência de um número reduzido de pessoas com qualificação específica nos setores de trabalho, devido à automatização de algumas funções e ao atraso no processo produtivo brasileiro em relação aos países desenvolvidos”

Assim a EEANS é inserida no moderno sistema de transmissão de aulas por telessalas e na estrutura do capital considerando o exposto por Junior (2010) que a escola é uma instituição que nasce no ventre da sociedade capitalista configurando-se como uma intuição burguesa. A forma violenta como o capital exclui os sujeitos também é perceptível nos termos utilizados pela escola para responsabilizar os estudantes pelo seu sucesso (Aprovado) ou o seu fracasso (Desistente, Transferido, Removido). Esses termos estão registrados nas Atas da escola dos anos 1998 até o ano de 2002 (período que o PTA foi implementado na escola por meio do Telecurso 2000 – Gráfico 4).

Esse é um programa que evidencia a questão da reestruturação produtiva e que teve forte influência no povoado, seu tempo reduzido para a formação dos estudantes visava preparar/atualizar os jovens para as novas dinâmicas do capital, ainda que tal programa tenha formado dezenas de jovens trabalhadores no povoado, não podemos

deixar de evidenciar que tratou-se de um projeto imposto aos camponeses, sem discussão com o povoado e a escola, o que evidencia o caráter autoritário dessa política.

Gráfico 4 – Resultado consolidado do Projeto Tempo de Acelerar/Telecurso 200 na EEANS nos anos de 1998 à 2002



Fonte: Organizado por meio de dados extraídos das Atas da EEANS (2020)

A importância da escola para o percurso emancipatório da classe proletária é fundamental nesse movimento, ao mesmo tempo em que projetos com o PTA, alinhado ao sistema produtivo e racional do trabalho adentra à comunidade por meio da escola, um movimento contraditório emerge nesse contexto, os jovens acessam, ainda que de formas precarizadas, à educação que lhes fora negada historicamente. Junior (2010) explica que em Marx, o papel da escola é definido pela sua limitação e por meio da definição de espaço complementar ao lado dos processos educativos que se manifestam em volta das categorias trabalho e práxis.

Um outro movimento identificado na pesquisa foi a migração desses jovens para os centros urbanos, ainda que não aprofundemos essa discussão, identificamos que 59% dos jovens migraram para as cidades e 41% permanecem na comunidade. Essa contradição é atenuada pelas questões da precarização do trabalho na comunidade, as condições de vida e o emprego. Contudo, os jovens são separados do convívio da família desde muito cedo pois a forma de organização do ensino no Estado emerge como uma questão problemática.

Quando as crianças e os jovens são afastadas da comunidade em função da Política de Nucleação, há a quebra da unidade trabalho/educação e como apontamos no capítulo anterior a categoria trabalho das crianças é uma categoria operativa para o povoado que se baseia no trabalho no campo, sendo essa categoria responsável pela transmissão do

saber e a manutenção dos conhecimentos tradicionais. Com isto a introdução de novas metodologias na escola se mostra inviáveis de aplicação além de afastar o sujeito da vida, *habitus* e *modus vivendi* da comunidade, submetendo a comunidade às demandas das cidades. Além disto, os saberes tradicionais que são cultivados na comunidade se perdem, já que a escola núcleo recebe alunos de diversas comunidades e os professores que ministram aulas nestas escolas não conhecem todas as comunidades, o papel potencializador da escola em formar sujeitos sociais é enfraquecido pela lógica produtivista e de forma inconsciente ou consciente, contribui com a precarização do trabalho camponês, operando a cisão entre a manutenção do modo de viver no campo no povoado e a perspectiva de uma nova realidade para os filhos dos trabalhadores que são afastados de suas famílias.

Os movimentos pela educação pública e gratuita, são bandeiras e lutas permanentes, onde muitas das políticas pensadas para a educação tratam o ensino como sinônimo, onde “deste modo, a formação [dos estudantes] parece estar em segundo plano, uma vez que não é o tempo ampliado que está em prol da educação [...], mas ao contrário, a educação [...] parece ser uma manobra para contemplar o tempo ampliado” (SILVA; BOUTIN, 2018). Assim, estabelecem-se sistemas²⁷ municipais, estaduais e federais visando atender a demanda por alfabetização, profissionalização, acesso democrático a educação, emancipação e cidadania.

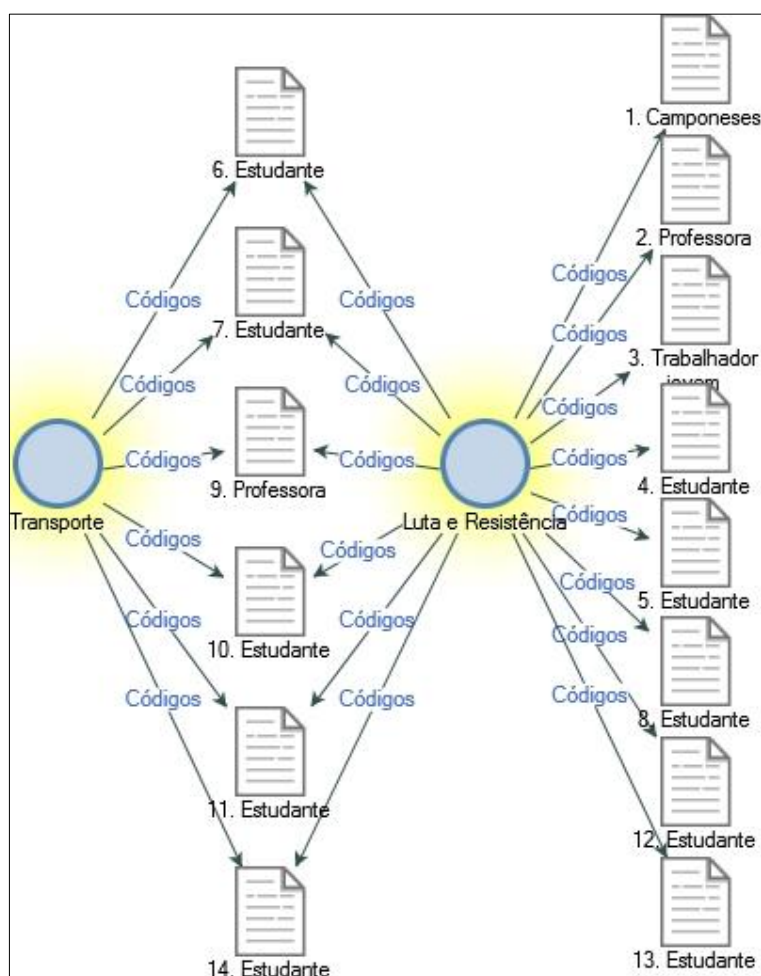
Ante a essa questão da luta e dos embates, ao triangularmos nossos formulários e as observações anotadas no caderno de campo da pesquisa emergiu a categoria Luta e resistência, a luta é entendida entre a práxis do trabalho e os conteúdos repassados na escola e esse movimento desencadeia a resistência ante a dominação capitalista, ao mesmo tempo em que empreende-se esforços de resistência por uma educação emancipadora, uma escola que seja ativa e que valorize os conhecimentos e saberes do camponês do povoado. Assim, reservamos a próxima subseção para evidenciar como ocorre esse movimento dialético e suas relações com o território, como trabalho no povoado, e as demais categorias discutidas ao longo do texto.

²⁷ Adotaremos a definição de Sistema, conforme defendido por Saviani (2014, p. 4) que define “Sistema é a unidade de vários elementos intencionalmente reunidos de modo que forme um conjunto coerente e operante”. Por entendermos que o autor esclarece em seu trabalho as variadas “confusões” quanto ao uso do termo e promove uma reflexão quanto ao significado histórico da expressão sistema educacional.

3.3.1. Luta e Resistência no contexto escolar do povoado

A proposta dessa seção é trabalhar a categoria Luta, Resistência/Escola e Trabalho. Como mencionado anteriormente essa foi uma categoria emergida pela triangulação do software NVivo12 a partir da fala dos sujeitos, ainda que a fase 4 da pesquisa que previa realizar uma análise da postura da escola frente às novas técnicas no meio camponês e se propunha a visitar a EEANS para observar no campo essa relação, parte desse processo foi impactado pela pandemia da COVID-19, contudo coletamos alguns dados que achamos importante discutirmos nesta seção, emergindo assim a categoria Luta e resistência, assim temos como objetivo evidenciar como essas categorias se relacionam com o modus vivendi camponês, o aprendizado em grupo familiar e o papel social da escola. A proposta do estudo dessas categorias é construir um ponto que resgate as categorias já estudada e que possibilite a sistematização do pensamento de modo a evidenciar as contradições presentes nessa relação.

Figura 23 – Triangulação da Relação das Categorias Luta e Resistência



Fonte: Organizado pelo pesquisador com o Software NVivo12

Iniciamos afirmando que fazer uma abordagem sobre o interior amazônico é, antes de tudo, mergulhar em um rio de possibilidades multiculturais em que encontramos lendas fantásticas, mitos, “*causos*” envolventes, conversas debaixo de árvores, almoço com vizinhos, idas às “puxadeiras” para realizações de rezas, passeios ao fim da tarde, brincadeiras no meio da rua. Tudo isso que expressa grande riqueza natural e subjetiva, assim como os festivais folclóricos e as danças no salão das comunidades, quando recebemos visitas e emanamos alegria e gentileza, como numa festa.

É nessas relações que se encontra o povoado camponês da Costa da Conceição, um lugar de forte presença de relações afetivas, onde há mistura do plano real com o plano imaginário, até mesmo existindo uma confusão entre os dois contrapontos e tornando-os um único ponto após sua fusão, o que promove a construção de estórias e histórias que encantam o povo do local e as pessoas que ali chegam.

Contudo é na escola que as contradições se asseveram, nas escolas do campo “o trabalho pedagógico deveria considerar o ritmo do trabalho que compõe as estações do ano, sendo o trabalho agrícola considerado um problema didático, capaz de contribuir para que o estudante compreendesse a aliança [escola]-campo” (BOLEIZ JUNIOR, FLÁVIO, 2008, p. 26). O autor assevera que o trabalho urbano industrial também era considerado pertencente ao processo educativo.

Essa concepção considera a educação uma prática política e, em sendo assim, o método adotado por cada coletivo escolar é criativo e responde aos problemas levantados pela comunidade, para tal a formação de professores é alicerçada na concepção que cada mestre é um militante social. Assim, o aprender fazendo, de acordo com a forma que a sociedade produz é fundamental para implementar a relação trabalho/educação, com isso as crianças e os jovens vão dominando o sistema técnico e desenvolvendo aptidões e a criatividade tão necessária na nova sociedade que se ergue e os filhos dos trabalhadores estão inseridos nesse contexto.

Quer dizer, então, que nos encontramos agora diante de uma educação vinculada ao mundo do trabalho? O que esses filhos de [artesões], comerciantes, jornaleros e inclusive camponeses podem aprender nas aulas - em geral, o latim, as "sete artes liberais" e a doutrinação religiosa e moral - tem pouco a ver com sua vida de trabalho presente ou futura. Em geral, continuam aprendendo as tarefas agrícolas, artesanais ou comerciais no próprio local de trabalho, aprendizagem a que se sobrepõem a instrução literária e a inculcação moral que recebem na escola (ENGUITA, p. 21, 1993).

As ações laborais deveriam levar em consideração o desenvolvimento das crianças, respeitando seus limites e permitindo que fossem crianças, mas que se fortaleça

na luta cotidiana, a identidade de um novo ser social. A escola não forma trabalhadores especializados, forma para a postura revolucionária. O processo educacional forma ajudantes e aprendizes, o trabalho especializado é aprendido no próprio local de trabalho. É o ato de trabalhar que modificará os espaços organizacionais no campo e na cidade, com o desenvolvimento científico e tecnológico a serviço da coletividade. Pistrak apontava que a organização científica do trabalho se transformaria na medida em que o trabalho coletivo se estabelecesse e a sociedade passasse a dominar o processo de trabalho para modificá-lo (PISTRAK, 2008). A seguir apresentamos a fala da camponesa Coruja a respeito da sua vida de estudante na sua juventude

[...] acordávamos cedo para irmos para a escola, eu e meu irmão, fazíamos o café e já deixávamos, para os outros. Os mais velhos cuidando dos mais jovens, e assim a gente ia levando as coisas, papai e mamãe trabalhavam na roça, as vezes nós tínhamos que ir também para a Roça, mas algumas vezes tínhamos que ficar em casa para fazer as coisas e já preparar o almoço do pessoal quando eles voltassem do roçado. A gente já tinha essa responsabilidade né. Então, acho que a Escola poderia sim, ao menos conversar com os mais velhos, a gente aprendia com os mais velhos e as coisas davam certo né, mas hoje parece que ser velho é coisa do passado. Antigamente não, os mais velhos eram a sabedoria do povo né e o jovens buscavam se espelhar para ser gente, agora não tem mais isso. As famílias não se veem mais, ninguém anda mais nos caminhos, na verdade nem existem mais caminhos por essa beirada, todo mundo nas rabetas, voadeiras aí fora no rio. A comunidade se afastou, até na igreja que antes era muito cheia de gente, agora não tem mais, só vemos nos festejos e as vezes aos domingos. Tudo isso vai se perdendo, as crianças já não conhecem mais os idosos e os idosos não conhecem as crianças. A energia melhorou muita coisa nas casas, mas também, acho que prendeu as pessoas, antes tinha uma televisão aqui nessa região e todo mundo se reunia lá na casa da comadre para assistir à novela e a garotada conversava, falava das coisas da comunidade, até da bola deles lá no campo, hoje todo mundo tem sua televisão e ninguém mais sai de casa. A escola ficou distante, a gente não sabe quem são os professores nem eles sabem quem são os comunitários, a maioria não são daqui, veem pra trabalhar uma temporada e vão embora, por isso que acho que se a comunidade estivesse mais unida com a Escola, acho que essa menina poderia aprender mais.

A herança advinda da Educação Popular se vincula expressivamente a concepção que “é um domínio de ideias e práticas regidas pela diferença” (BRANDÃO, 1984, p. 6). Assim, a Educação Popular é ao mesmo tempo processo educacional existente nas comunidades de luta e resistência, advindo dos movimentos sociais e é também a peleja destes movimentos para que a educação pública esteja a serviço dos oprimidos. É uma opção política em que os movimentos sociais estão organicamente ligados às classes populares, nos quais a educação é um processo fundamental por apontar a emancipação popular.

O relato da camponesa demonstra, na sua percepção, o rompimento da unidade trabalho/escola e comunidade, esse processo é problemática para a manutenção do modo de vida no povoado, o interesse burguês age operando a cisão entre trabalho pensado e trabalho materializado. Enguita (1989, p. 110) resgata que os pensadores da burguesia em ascensão recitaram durante um longo tempo a ladainha da educação para o povo. Por um lado, necessitavam recorrer a ela para preparar ou garantir seu poder, para reduzir o da igreja e, em geral, para conseguir a aceitação da nova ordem.

A resistência observada nesse movimento dialético está relacionada com a práxis do trabalho, Ribeiro (2010, p. 197) aponta que algumas pessoas pensam que a maioria dos jovens que vivem nas áreas rurais não está interessada em retornar ao duro trabalho com a terra e esse entendimento partir do pressuposto que a escola está comprometida com a lógica da produtividade e nessa concepção o mundo urbano se impõe sobre o mundo rural o subordinando as demandas capitais da cidade, esse movimento fica evidente na escola. Quando a camponesa relata o afastamento da escola da vida do povoado ela está identificando esse movimento a partir de sua prática no mundo do trabalho.

O povoado de um certo modo foi urbanizado, essa ideia é perceptível quando analisamos a tese da “floresta urbanizada” que representa a urbanização precária, mas traz os valores e a violência existente nas grandes cidades, esse é um outro movimento impetrado pelo capital na realidade do povoado. Assim, embora muitas famílias executem a agricultura familiar, a pesca e outras atividades tradicionais, o imaginário é o que ele vê na televisão²⁸, o que é vinculado na cidade.

Desta forma o trabalho da agricultura familiar é executado por toda a família, inclusive pelas crianças; os professores, muitas vezes, não entendem essa dinâmica, e caracterizam a atividade como exploração do trabalho infantil. Mas, se o olhar for na perspectiva de aprender fazendo, relacionando os fazeres e saberes tradicionais como momentos de aprendizagem esse tipo de ação é exploração do trabalho infantil? Mas o que é exploração do trabalho infantil? O trabalho das crianças e jovens junto com as famílias no plantio e na colheita de sua própria subsistência pode ser caracterizado como trabalho infantil?

²⁸ Com a o programa Luz para Todos, cada comunidade ou vilas isoladas têm um aparelho de televisão, que os leva ao mundo colorido das novelas e da “realidade brasileira”.

Consideramos trabalho infantil explorado aquele que retira a criança da escola, que a leva a um sofrimento físico e mental, sendo um trabalho perigoso e estafante, que impede a criança de ser criança. Marin, Schneider, Castilho e Silva (2003, p. 764) afirmam que há diferentes concepções de trabalho infantil que se confrontam, por um lado as leis vigentes proíbem qualquer tipo de trabalho infantil, por outro lado os pais baseados em usos e costumes tradicionais socializam as crianças e os jovens por meio do trabalho, “desde que não impeça ou dificulte a continuidade dos estudos”.

Essa ideia salienta que não se pode falar de infância, mas sim de infâncias, visto que esta é uma construção social e, como a sociedade possui diferentes grupos sociais, as crianças de cada grupo e/ou classes serão vistas e constituídas de forma diferenciada²⁹. Assim, Prestes (2013) ao refletir sobre a sociologia da infância destaca que a criança é autor social, ou seja, no processo de constituição das identidades, da sociedade, da formação, a criança age no mundo, se modifica e o transforma.

Assim, as crianças e jovens são “sujeitos do campo e não apenas sujeitos no campo (SILVA, SILVA; MARTINS, 2013, p. 17). A inserção das crianças e jovens no contexto amazônico é diferenciada e, quando estes atores participam dos processos de produção da vida material o mundo dos adultos e das crianças estão imbricados. Isto não significa dizer que não são crianças, que seu universo não é diferenciado, como crianças, sonham, correm, brincam, vivem intensamente no cenário das terras e das águas.

As crianças e os jovens ao serem socializados por meio do trabalho que executam junto com todos os familiares, este é considerado momento de aprendizagem, tão necessário para a manutenção da vida no campo. Assim, este tipo de atividade não caracteriza exploração do trabalho infantil, mas é, sobretudo, o repassar dos saberes que a comunidade domina aos jovens e às crianças.

Uma outra problemática percebida no contexto do povoado trata-se do acesso ao transporte Escolar, no povoado há 4 escolas que ofertam o serviço que são operacionalizados por embarcações de pequeno porte. Na EEANS há 4 prestadores de serviços contratados para realizar o serviço, o interessante é que os contratos são de responsabilidade da prefeitura de Itacoatiara/Am e não da SEDUC/AM, a pesquisa não obteve acesso aos contratos dos prestadores desse serviço no povoado, na escola não há arquivo com esses documentos, a estrutura que presta esse serviço no povoado é

²⁹Dubar (2006, p.11) assevera que há uma crise do vínculo social, são “perturbações de relações relativamente estáveis entre elementos estruturantes da atividade (produção, consumo, investimentos e resultados, etc).

composto por 1 (uma) pequena lancha de alumínio com capacidade aproximada de 20 pessoas sentadas, 1(um) barco de médio porte, 1 (uma) voadeira, canoa de alumínio e movida por motor elétrico e 1 (uma) canoa pequena em madeira movida à rabetá.

O Transporte escolar é uma categoria que deve ser analisada em trabalhos futuros, pois trata-se de uma categoria em disputa e que tem papel de protagonismo para a política de nucleação impostas às comunidades camponesas, o interesse capital em controlar e obter lucros por meio desse serviço e a manutenção do controle do capital político como manutenção de uma oligarquia no controle das instituições públicas asseveram a precarização da educação na comunidade.

Na percepção dos professores quando indagados sobre “*Quais as dificuldades enfrentadas pelo professor (a) quando se trabalha nas escolas camponesa EEANS?*” o que demonstra que o transporte é uma categoria fundamental para o acesso à educação no povoado em função da política de nucleação.

[...] há uma dificuldade que a gente enfrenta até chegar na escola é em relação ao transporte, o transporte que temos não é para nós, a gente já vem porque conta com a consideração da pessoa que transporta os alunos, mas quando a gente não tem esse transporte, quando a empresa não paga, não repassa o salário do transportador, aí a gente tem a dificuldade de chegar na escola porque tem que vim na sua própria condução, é rabetá, voador, aí as vezes chove e a gente chega molhado ou a gente não vem, então essas são as principais dificuldades pra chegar aqui na Escola. Tem uma empresa terceirizada para esse transporte, quando ele era direto da SEDUC, era ótimo. (TRINDADE, 2019).

[...] o Estado terceirizou o transporte, aí essas empresas que pegam esse transporte não têm aquele compromisso, não sei o que acontece que eles atrasam, desde então. Porque o pessoal da merenda, também são terceirizados e eles recebem direitinho (CONCEIÇÃO, 2019).

A relação é de dominação e de dominados (PICOLI, 2012, p. 178), nas mãos do estado (prefeito) está o poder de decidir quem pode prestar esse serviço, a cultura do senhor do seringal que controlava toda a cadeia produtiva e os serviços demandas permanecem e nesse contexto de enfrentamento encontra-se a escola, que nasce das lutas das mulheres por uma educação emancipadora, contudo o sistema político associado ao capital constrói formas de manter o poder centralizado.

O transporte escolar não é uma categoria à priori da pesquisa, emerge na fala de professores e estudantes, dentre as inúmeras dificuldades enfrentadas pela comunidade estudantil da EEANS coletadas nas falas dos entrevistados essa problemática é percebida na fala dos trabalhadores e estudantes. Apresentamos a seguir recortes das falas do grupo de estudantes que evidenciam a importância do transporte escolar no contexto do povoado

quando indagados sobre “*Quais as dificuldades enfrentadas pelo (a) estudante para prosseguir seus estudos na EEANS?*”

Dificuldade no transporte, a forma de transporte poderia ser melhor e mais rápida. Com esse transporte os alunos tem que sair cedo de casa e chega tarde demais (ACEROLA, 2019).

O caminho é escuro, pode ter cobras e tem cachorros, então caminhar até a escola as vezes é difícil, mas não tem outra solução, é isso que temos (GRAVIOLA, 2019).

As dificuldades que enfrentamos durante o período das aulas é quando a prefeitura não paga os condutores e a gente fica sem transporte e outra dificuldade é questão da energia, isso prejudica muito os alunos aqui na Escola (MELANCIA, 2019).

A dificuldade que eu tenho é de vim com o condutor, porque nós vimos de Bote, é meio arriscado, quando forma temporal, isso dificulta muito (CUPUAÇÚ, 2019).

Primeiro a incerteza, se haverá ou não transporte escolar. Todo mês é isso, prefeitura não paga o condutor e não tem barco, a gente espera na beirada e nada, isso desanima muito estudar (TERÇADO, 2019).

O precário serviço ofertado para o transporte escolar na EEANS, com falta de equipamentos seguros, coletes salva-vidas, profissionais capacitados adequadamente soma-se aos constantes atrasos nos pagamentos dos serviços prestados o que desponta como um desafio para o prosseguimento dos estudos regulares dos jovens do povoado.

Figura 24 – Transporte Escolar da EEANS (lancha em alumínio que realiza o transporte dos estudantes)



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Esse serviço prestado não é licitado, ficando concentrado na pessoa do gestor municipal a escolha do prestador e a escola não participa desse processo. A competência

em tese sobre essa contratação é da SEDUC/AM, contudo os prestadores desse serviço estão subordinados à prefeitura do município, não há registros de licitações abertas para a contratação dos condutores o que nos leva ao questionamento de quais critérios são adotados para a contratação desse serviço e os valores envolvidos de dinheiro público destinada para o transporte escolar no povoado.

Uma outra questão que constatamos refere-se ao quadro de funcionários da EEANS, segundo o Portal da Transparência do Estado do Amazonas a escola possui um quadro significativo de servidores vinculados à SEDUC/AM lotados na escola, no mês de setembro de 2020 há 9 (nove) professores, 1 Assistente Administrativo, 1 Secretário Escolar e 1 Diretor de Escola essa informação extraída do portal não reflete o quadro real de trabalhadores da escola, há uma ocupação das funções mas não há a presença de 3 (três) desses trabalhadores na escola o que prejudica as funções administrativas e professorais na instituição.

A escola oferta o Ensino Fundamental 1º ciclo (2º ano e 3º ano), 2º ciclo (4º ano ao 5º ano) esses dois ciclos básicos são trabalhados com professores presenciais, contudo os anos 6º ao 9º e o Ensino Médio ocorrem por meio do Projeto Mediação Tecnológica da SEDUC/AM.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9.394 de 1996 estabeleceu em seu artigo 80 que o poder público incentivará o desenvolvimento e veiculação de programas de Ensino a Distância (EAD), em todos os níveis e modalidade de ensino. A lei determina em seu artigo 32, §4º que para a nível fundamental o ensino será presencial e o EAD deverá ser utilizado apenas como complementação a aprendizagem ou em situações emergenciais. A ausência de um dispositivo que caracterize situações de emergência na comunidade evidencia o descumprimento legal de leis federais e que obrigam as crianças a assistirem longas aulas em televisores e aparelhos celulares.

A problemática envolvendo o uso desta modalidade EAD esbarra no deficitário parque tecnológico e de infraestrutura desde a telefonia, ausência de acesso à internet, energia elétrica regular, estradas e inúmeros contextos regionais próprios e característicos da Amazônia. É neste conjunto de situações que emerge a implementação desta modalidade de ensino, atrelada ao uso das tecnologias no povoado.

Para Kenski (2012), tecnologia refere-se ao “[...] conjunto de conhecimentos e princípios científicos que se aplicam ao planejamento, à construção e a utilização de um

equipamento em determinado tipo de atividade [...]”, assim entendemos este conjunto como um todo que se relaciona com as partes, gera novas perspectivas e possibilita a aplicação em diversos contextos. Destarte, o uso das tecnologias se faz presentes nas rotinas das sociedades, agindo e transformando suas maneiras de percepção, comunicação, ao tempo em que o homem ao apropria-se das tecnologias, implementa e intensifica o uso das mesmas como forma de adquirir conhecimentos, “criando uma nova cultura e um novo modelo de sociedade” (KENSKI, 2012, p.23).

O uso da tecnologia passa a desempenhar um importante papel no âmbito da educação e no Amazonas destaca-se o trabalho da SEDUC através do CEMEAM. Implantado em 2007, o Centro de Mídias da Educação do Amazonas (CEMEAM), trata-se de um projeto do Governo do Estado, por meio da SEDUC/AM que disponibiliza acesso a modalidade de Ensino Médio Mediado por Tecnologia e que está presente em todos os municípios do Amazonas. O Ensino Médio Mediado por Tecnologia “rompe teoricamente com a ideia de um ensino que coloca o professor como centro do processo de ensino para um novo sistema, no qual se teria a aprendizagem e sua construção colaborativa como escopo principal” (SANTOS; SALAZAR, 2015). Assim, o professor enquanto mediador, passa a desempenhar um papel menos crucial e importante nas realidades dos alunos, uma vez que sua atuação se vê (re)significada como mediador, desempenhando um papel acessório à aprendizagem.

Massetto (2011) afirma que tal (re)significação da função do professor passa a ser entendida como um elo, que através deste sua função torna-se um meio para o alcance de um determinado objeto, colabora para a compreensão que o professor, neste interim, passa a desempenhar uma função de apêndice ao sistema e o fato de definir a atuação dos profissionais como ‘mediador’ corrobora essa afirmação. A mediação relaciona-se com a maneira de se abordar e tratar um determinado conjunto de conteúdo ou tema, onde o indivíduo ao “[...] relacioná-las, organizá-las, manipulá-las, discuti-las, debate-las, com seus colegas, com o professor e com outras pessoas [...]” poderá vir “a produzir um conhecimento que seja significativo para ele, conhecimento que se incorpore ao seu mundo intelectual e vivencial, e que o ajude a compreender sua realidade humana e social, e mesmo a interferir nela”(MASSETO, 2011).

Neste viés, o sujeito desenvolve uma relação de aprendizado e (re) significação da aprendizagem e situações que possibilita(ria) aos estudantes uma melhor compreensão, absorção, sentimentos e sentidos valorativos dos conhecimentos adquiridos. Por

consequente, a atuação profissional em sala de aula passa a ser, de certo modo questionada, uma vez que nesta modalidade, de acordo com a SEDUC (2018):

As aulas são ministradas via teleconferência, dos estúdios de televisão localizados em Manaus e transmitidas diariamente por satélite. As aulas acontecem por meio do sistema de IPTV (Internet por Televisão), com interatividade de som, imagens e dados. Dos estúdios do Centro de Mídias, [...]os professores ministram aulas transmitidas em tempo real. Na outra ponta, um professor, que desempenha o papel de mediador e facilitador, coordena as aulas na classe da comunidade rural.

Esta conjuntura nos permite polemizar que o SIEMTEC, enquanto política pública de ensino precisa ser debatido e (re)pensado, conclamando os profissionais da educação, sociedade civil, política, governamental etc. a debater estratégias para aprimorar o modelo, onde as dinâmicas regionais da Amazônia, suas peculiaridades e contextos característicos regionais fortaleçam a atuação do profissional em sala de aula, ao invés de (re)significar o papel do professor como um mero ‘papel de mediador’.

Essa busca pelo “aprimoramento” da atuação profissional em sala deve propor caminhos que visem integrar a escola, a comunidade e as políticas públicas para além de soluções imediatistas, pensar e repensar a estrutura sistêmica da educação, considerando que as questões que muitas das vezes balizam tais políticas possuem poucas relações com a atuação profissional e práxis social no povoado.

Apontamos nessa questão a dificuldade enfrentadas pelos estudantes e trabalhadores da educação no povoado com o transporte escolar, a incerteza de um serviço regular que garanta a comunidade escolar o acesso à escola, a política de nucleação que retira os jovens e as crianças do convívio com a família e os transfere para a escola núcleo situada distante da comunidade em que reside, a adoção de programas que são impostos para a escola como o Tempo de Acelerar e o Ensino Mediado por Tecnologia e que desconsideram a realidade do povoado e a dificuldade que os estudantes encontram para acessarem os conteúdos on-line, apontamos também a adoção em sua integralidade da mediação nos anos iniciais da educação fundamental o que contraria as leis estabelecidas no país.

Ser estudante no povoado é um ato de resistência e luta, as crianças e os jovens enfrentam as dificuldades naturais impostos ao povoado como os severos ciclos de alagação das terras e os períodos intensos de seca dos rios, os recursos financeiros escassos e considerável ausência de políticas públicas que assegurem aos camponeses do povoado acesso aos direitos básicos constitucionais.

O contexto do povoado camponês da Costa da Conceição se configura como um espaço de enfrentamentos o qual denominamos de luta, nesse movimento entre a práxis do trabalho e a defesa da identidade do sujeito camponês estão também presentes na vida do homem os desafios naturais da Amazônia caracterizados por seus tempos, espaços e dinâmicas próprias da região, dessa forma abordaremos brevemente como o ciclo das águas se impõe para a escola e a luta dos camponeses do povoado pela manutenção ativa de uma escola que é construção histórica das lutas das mulheres do povoado. Em nosso projeto de pesquisa a ideia era acompanhar na práxis como ocorrem essas lutas, as quais denominamos à priori como “embates” pois partimos da concepção que o campo no povoado está em um movimento dialético de luta e resistência que emerge nos aspectos das relações sociais do sujeito.

Parte do que propomos para essa fase do estudo foi impossibilitado por causa da pandemia da COVID-19 o que nos levou a trabalharmos poucos dados que foram coletados em observações prévias nas visitas que fizemos ao povoado e a escola na fase inicial do projeto de pesquisa. Ante ao proposto é fundamental retomarmos aqui as categorias discutidas no Capítulo 2 e destacamos a categoria “Pedagogia das Águas” e sua função mediadora da vida do sujeito camponês do povoado, emergem os desafios naturais do povoado com enfoque ao ciclo das águas. É nesse movimento dialético mediado pelas águas que se concebe a relação Escola, trabalho, Luta e Resistência no povoado.

O ciclo das águas de 2018 (enchente) impôs ao povoado um longo e severo tempo das águas” caracterizado pela subida e transbordamento do rio Amazonas, mergulhando terras e casas nas águas mediadoras. O prédio físico da escola foi totalmente destruído (figura 25) o que levou a comunidade estudantil e o povoado a incerteza se a escola seria fechada ou transferida da comunidade Nossa Senhora das Graças para outra região de terra firme ou se passaria a funcionar em outra unidade núcleo do povoado. A luta pela manutenção da escola na comunidade contou com ampla participação de trabalhadores da educação, estudantes e suas famílias, nesse movimento a escola esteve funcionando provisoriamente no Centro Social Comunitário em modelo multisseriado o que demonstra a capacidade de adaptação da escola ao ciclo das águas.

Figura 25 - EEANS após o ciclo da cheia do ano de 2018



Fonte: Pesquisa de Campo (2019)

Quando indagamos como era percebida a escola antes do período da cheia de 2018, os relatos nos levaram a construir uma escola integrada à comunidade, com problemas estruturais, porém em normal funcionamento pleno, apresentamos a seguir alguns relatos dos estudantes:

Antes da cheia era uma escola bem estruturada até um certo ponto, em questão ao refeitório não era agradável. Depois da cheia a escola se tornou totalmente fora do padrão de uma escola, estado precário, decadente, horrível (CUPUAÇÚ, 2019).

Pelo menos havia uma escola, ela estava em um estado meio precário, necessitava de uma reforma, mas depois ficou sem condições de nós continuarmos estudando na escola, ela corria risco de desabamento (MELANCIA, 2019).

Antes da enchente a escola era bem estruturada e boa, mas depois da enchente tudo se tornou difícil pra todos os alunos. (GRAVIOLA, 2019).

Era uma Escola boa, tinha uma boa estrutura, tinha as salas conforme as séries, tinha biblioteca, era uma escola boa, mas infelizmente quando a enchente vem, os alunos ficam seriamente prejudicados e quando as aulas recomeçam de novo temos que continuar no meio do bimestre e assim a gente fica, a escola, nessa última enchente, foi destruída, ficou tudo inundado por lama e havia risco de desabamento, interditaram a escola e entrou em reforma, hoje estamos nesse local aqui que não é uma escola, a comunidade cedeu pra escola usar, mas é quente, todo mundo fica no mesmo espaço, as vezes não conseguimos ouvir nada da nossa aula porque as outras turmas falam alto, não tem estrutura de escola e as aulas estão muito ruim (CONCEIÇÃO, 2019).

Os estudantes relatam a existência de uma escola que enfrentava dificuldades comuns as instituições escolares no povoado, ausência de estruturas adequadas como refeitório, bibliotecas, quadras para a prática de atividades física, banheiros e entre tantos outros problemas que as escolas do campo enfrentam no contexto da Amazônia. Contudo percebemos que o sentimento de ter uma estrutura formal, um equipamento construído,

desperta no estudante o sentimento de pertencimento, quando o ciclo das águas derruba as estruturas do prédio escolar a percepção é como perder parte da história, ver seus sonhos de concluir seus estudos distantes de suas vidas e percebem que o Estado é ausente em manter a escola em amplo funcionamento.

A escola era normal do meu ponto de vista, eu nunca havia estudado do lado de fora da escola, só estudei dentro da sala. Tinha sala de professores, as nossas salas, era ligado o ar condicionado, tudo climatizada, bacana mesmo, eu pelo menos nunca tive problema com a sala de aula não, nem com o colégio. Quadra de esporte não tinha não, mas refeitório tinha, funciona ali na frente da escola, naquele refeitório lá, naquela cantina. Tinha biblioteca, muitos livros, não são novos. Laboratório de informática eu não me lembro, porque eu ainda era muito pequeno (TRINDADE, 2019).

O prédio antes da enchente já tivera a estrutura abalada pela fiação elétrica que não era muito boa, as paredes trincadas; banheiros pouco prestavam pois alguns não eram usados. Mas, ela tinha salas de aula, da diretoria, da secretaria e da biblioteca (que não estava muito atrativa). E depois da enchente piorara tudo, pois nem no prédio da escola estamos estudando. E não havia refeitório dentro da própria escola. Condições precárias! (MELANCIA, 2019).

A escola emerge com um importante potencial social para o povoado pois representa a única porta de acesso à educação formal e possibilidade de acesso ao ensino superior. Nesse sentido Frigotto (2014) afirma que “o Brasil nega à sua juventude uma formação básica que lhes faculte a participação qualificada na vida social e política e inserção igualmente qualificada no processo produtivo”, esse movimento é percebido na comunidade por meio das políticas que são impostas para a escola que se configuram em projetos como o Tempo de Acelerar e a Mediação Tecnológica. O projeto de tecnologias resinifica a forma como se aprende e rompe com a relação professor e estudante, no caso do povoado isso significa dizer que o jovem é inserido no mundo das tecnologias, afastados da relação trabalho e escola, nesse movimento a figura do professor passa a ser substituída por uma tecnologia de ensino televisionada, as paredes da escola e os equipamentos que constrói a memória é perdida, esse movimento é agravado pelo ciclo das águas.

A resistência aprendida na convivência com as águas, a floresta e o contexto amazônico tornou esse povoado singular na cena da região, retratar como essa resistência é construída e como ela se torna em luta não é um movimento simples, exige imersão na realidade concreta e um olhar atencioso da práxis dessa gente, a imagem do menino caminhando entre as águas que invadem o prédio improvisado é emblemática, porém traz consigo o que é ser estudante no povoado, resgata a história dessa escola e traz consigo a

razão da existência concreta de uma escola que enfrenta as diversidades naturais, se adapta as condições da região e emerge como uma instituição sólida, parte da vida dos sujeitos camponeses do povoado.

Figura 26 – Estudante na estrutura improvisada após chuva torrencial na comunidade



Fonte: Acervo pessoal (2019)

Ainda que não tenhamos catalogado a existência de movimentos sociais organizados no povoado, chamamos a atenção para o movimento das mulheres que desempenham papel fundamental para a vida orgânica da escola, são as mulheres que exercem o professorado na escola, ainda que haja homens, a maioria dos professores são mulheres que em algum momento estudaram na escola, prosseguiram seus estudos nas cidades e retornaram ao povoado para exercer a profissão na escola, uma posição política pela manutenção de uma escola emancipadora no povoado.

Assim, na próxima seção faremos algumas breves considerações dos nossos achados, resgataremos as categorias discutidas ao longo do texto, apresentaremos alguns pontos do projeto de pesquisa que não foram alcançados em função da pandemia que estamos vivendo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O movimento e o caminhar dessa pesquisa nos instigaram mais dúvidas do que certezas e entendemos o ato de duvidar, o movimento de elegermos questionamentos críticos acerca de nossas possíveis certezas e foi nesse movimento de mergulho nas discussões teóricas apreendidas que emerge esse momento aqui expresso em nossas reflexões enquanto considerações finais de nossa pesquisa. Nossas considerações foram articuladas com nossos capítulos no intuito de expressarmos brevemente nossas compreensões que envolvem as relações na qual nosso objeto de pesquisa está inserido e nosso intuito não se tratou de esgotarmos nenhuma análise/compreensão acerca do objeto que teve como ponto central o objetivo de conhecer as relações que envolvem a escola e os embates das categorias inovação e habitus de trabalho na comunidade.

Tomamos como ponto inicial de análise a reestruturação produtiva empreendida pelo capital na fábrica, é por meio desse processo de organização do capital que as instituições, organizações e conseqüentemente a sociedade é inserida na disputa e interesse do capital. O Capitalismo ao empreender e reestruturar o modo de produção na fábrica influencia toda uma cadeia de organizações, na Administração chamamos de “cadeia de Stakeholders”. Considera-se stakeholders, fornecedores, trabalhadores, organizações sociais, o Estado, entre outros, por essa lógica todo processo produtivo fabril exerce influência na sua cadeia produtiva e de consumo, essas influencias objetivam o lucro e o acúmulo de capital.

A reestruturação produtiva não abandona suas ideias preconceituosas e classistas, ao contrário, é por meio dessa organização produtiva que se opera uma nova cisão entre trabalho pensado e trabalho materializado. As diversas correntes teóricas burguesas que preconizaram ao seu tempo a discussão da educação do trabalhador, o controle e a hierarquização das funções permanecem e reafirmam a estrutural divisão do trabalho, escamoteadas sob uma nova roupagem ideológica de generalização da riqueza. É a partir da reestruturação produtiva que o Estado é influenciado e posto à serviço dos interesses capitalistas, as políticas públicas pensadas a partir do Estado, ainda que sejam conquistas dos movimentos sociais, são desvirtuadas ou “adequadas” aos interesses classistas. É nesse movimento que o trabalhador do campo está inserido, ainda que a lógica do trabalho na comunidade não seja assalariada os valores e as concepções pedagógicas urbanas estão presentes no povoado, porque todas as instituições, inclusive o Estado, elas se modificam com o processo de reestruturação nos mundos do trabalho.

Nessas relações construídas a partir das modificações nos mundos do trabalho que a Pedagogia das águas emerge no contexto do povoado. Nossa afirmação está calcada no entendimento que o Amazonas é um Estado diversificado, essa diversidade é composta por uma região permeada pela dialética da natureza e pelas relações sociais historicamente construídas. Nesse campo de águas, terras e florestas os sujeitos existem e coexistem construindo os modos de vidas amazônicas, esses modos de vida são mediados pelas águas que ditam os ritmos da vida e da *práxis* do trabalho. Nessa sociedade amazônica o trabalho é a categoria fundante, pois é mediador entre a relação sujeito socialmente situado e o território em que vive. Nesse sentido, o trabalho em família exerce a função de estabelecer as relações históricas dos trabalhadores (as) do campo. Este cenário amazônico é o palco do trabalho de crianças, de jovens e de adultos, que na totalidade do modo de produção capitalista é objetivado contrapondo-se ao trabalho como princípio educativo. E nesse momento de adequação dos sujeitos camponeses ao rio, seus ciclos e processos de trabalho que tem como maestro o rio, constroem saberes e conhecimentos em forma de uma pedagogia que é própria do povo da Conceição. É nesta Pedagogia das Águas que os saberes e os fazeres são socializados, ou sejam, passam de pais para filhos, por isso apontamos a importância da continuidade do estudo da categoria Trabalho da Crianças que neste trabalho, evidenciamos que não se trata de exploração e sim uma forma de absolvição dos conhecimentos tradicionais existentes na comunidade.

O trabalho nessa região camponesa ocorre por diferentes sujeitos, quais sejam: o extrativista, o pescador, o agricultor, o artesão, entre outros. Esses processos na comunidade Costa da Conceição estão relacionados com o trabalho em família. Destaca-se que a criança tem fundamental relevância nestas relações, pois nessa comunidade, o trabalho infantil faz parte da realidade dos sujeitos e tem como função a legitimação dos conhecimentos tradicionais. Nestes termos emergem as relações construídas na comunidade a partir da totalidade do Modo de Produção Capitalista sem perder de vistas o trabalho como princípio educativo conforme sustenta Pistrack.

Assim, nossas concepções de mundo estão ancoradas em uma opção política que tem na dialética de Marx (1987) sua fundamentação teórica e a *práxis* do trabalho que nos torna humano. O campo de fala aqui posto vem de uma experiência de quem saiu do campo para a cidade e por essa razão identifica-se com a proposta do objeto investigado que sugere. Nesse movimento apontamos que as crianças e os jovens ao participarem das

relações sociais do trabalho, tornam-se importantes sujeitos para a manutenção da vida no campo do povoado.

Compreendemos que a vida no campo, é diferente da cidade e essa diferença reflete na organização do trabalho. Em função da objetivação do trabalho por consequência da sociedade capitalista todo trabalho infantil é proibido. A Constituição Federal de 1988 estabelece a proibição do trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e **de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos**, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos. (BRASIL, 1988). **(Grifo meu)**. A Constituição de 1988, foi forjada a partir da luta dos movimentos sociais, nestes termos a compreendemos como um mecanismo de proteção e combate ao trabalho escravo. Entretanto, esse mecanismo constitucional é contraditório por não considerar a diversidade da realidade brasileira em termos sociais e históricos, pois desconsidera o trabalho das famílias do campo.

É importante registrar que nosso entendimento é que toda exploração do trabalho infantil deve ser combatida, mas precisamos pontuar que nem todo trabalho infantil é considerado exploração e perpassam os muros da sala de aula. Esse tema é polêmico para quem não conhece a realidade do Amazonas; assim sendo, há uma generalização das realidades vividas por diferentes sujeitos que precisam ser desveladas. No contexto amazônico a realidade do campo não pode ser medida pela realidade da cidade em função das questões geográficas, culturais e históricas. As comunidades estão localizadas distantes umas das outras e essa lógica se aplica a organização das casas.

No campo do Amazonas não há creches, mas o pai e a mãe precisam trabalhar para suprir as necessidades objetivas do grupo familiar, pois a vida é material e neste sentindo cedo a criança participa das relações de trabalho. Por exemplo as crianças maiores cuidam das menores enquanto os pais trabalham a terra; são responsáveis por ajudar nos deveres de casa, limpam e varrem os terreiros, e abastecem os potes de barro com água. Quem conhece bem o Amazonas sabe que o equilíbrio destas relações é refletido na popa da canoa quando a criança navega os rios com seus irmãos mais velhos que lhes ensinam o movimento da águas e dos barrancos, esse equilíbrio emerge das relações construídas na práxis social do trabalho, por essa razão compreendemos que o trabalho como princípio educativo perpassa os muros das salas de aula conforme entende o Estatuto da Criança e do Adolescente em seu capítulo V, artigo 68, § 1º que só considera trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao

desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo (BRASIL, 1990).

Nos pressupostos de Sarmiento (2015), as atividades escolares da criança devem ser articuladas a outras atividades laborais. O autor sustenta críticas com relação a essa perspectiva por considerá-la como uma prática hegemônica, compreendemos que é contraditório pensar no trabalho como princípio educativo somente a partir das lentes da educação escolar, para Pistrack (2008), o trabalho deve ser socialmente orientado. Deste modo, a concepção de educação escolar que discute o trabalho como princípio educativo deve alinhar-se ao projeto da classe trabalhadora gestada a partir das lutas dos movimentos sociais e engajada na postura revolucionária, nestes termos, apontamos que a política de Educação do Campo é a categoria articuladora que sustentará a luta por uma escola emancipadora. Pontuamos a necessidade de investigações futuras acerca de desvelar como se dá o trabalho infantil na Costa da Conceição? O trabalho das crianças na comunidade da Costa Conceição é parte integrante das relações sociais e configura-se como um princípio educativo contrapondo-se a exploração do trabalho infantil.

Reafirmada essas questões pontuamos que a escola não absolve essas relações historicamente construídas no povoado, é uma escola que encontra-se no campo da comunidade, mas todos os conteúdos da escola vem de fora e com concepções e valores urbanos, não considera os modus de viver e o modus de operar construído pelos sujeitos do campo, em nosso entendimento a escola está de costas para a comunidade. Embora a escola esteja de costas para a comunidade, é um lugar de lutas e resistências. Os sujeitos lutam e resistem contra uma perversa política de fechamento de escolas no povoado e contra a política da nucleação que avança sobre as instituições escolares do povoado.

A comunidade luta para que a escola permaneça no povoado, ainda que os sujeitos se quer percebam o porquê fazem isso, a comunidade luta por alfabetização, que os filhos continuem os estudos e entendemos que a escola tem papel fundamental para a emancipação da classe trabalhadora. É preciso modificar essa relação escola e comunidade pois se a escola adentra no mundo do trabalho, a relação trabalho e educação poderá fazer com que a escola cresça e se fortaleça e os conhecimentos tradicionais podem subsidiar os conhecimentos científicos, os conteúdos que são passados na escola sem as pessoas saberem o porquê, onde a escola possa aproveitar os conhecimentos empíricos construídos para subsidiar os conhecimentos científicos trabalhados na escola.

É por meio da luta e da resistência por uma escola ativa na comunidade que a vida no povoado se sustenta pois, com uma escola forte, acessível, e que esteja integrada a comunidade que os jovens permanecerão no povoado e assim contribuindo para que os saberes e os conhecimentos tradicionais mantenham-se vivos na comunidade.

Nossas análises foram operacionalizadas pelo software NVivo, este programa nos permitiu uma análise qualitativa dos formulários das entrevistas de campo, anotações do caderno de campo e triangulação de nossas referencias. O grande número de informações coletadas não poderia ser organizado e sistematizado sem o uso dessa ferramenta.

Registramos aqui os nossos agradecimentos aos trabalhadores e trabalhadoras da Costa da Conceição por se dispuserem a participar de nosso estudo, agradecemos à Escola Anília Nogueira da Silva e reconhecemos seu papel fundamental para a alfabetização de centenas de trabalhadores no povoado e nas comunidades vizinhas.

Estamos enfrentando um dos momentos mais difíceis de nossa geração, a Pandemia da COVID-19 deixou desnuda os abismos da desigualdade em nossa sociedade, com 169 mil mortos e mais de 6 milhões de contaminados no Brasil, nos solidarizamos com cada família e cada trabalhador que perdeu um ente querido para essa doença. Assistimos perplexos a naturalização de uma política de morte que tomou de assalto nossa república, o negacionismo da ciência e a tentativa de desqualificar pesquisadores e pesquisadoras. Os ataques preconceituosos contra as minorias, contra quem pensa diferente e contra quem luta por uma sociedade mais justa. Enquanto isso irmãos pretos e pretas são pisoteados até a morte e o negacionismo mais uma vez tenta escamotear a violência e a brutalidade que esse sistema opera. Não passarão! Resistiremos forte e praticando o esperançar por um país mais justo.

Por fim e não menos importante: Marielle Presente, por todas as pretas, pretos, indígenas, camponeses e camponesas, trabalhadores e trabalhadoras!

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. Tradução da 1ª edição brasileira coordenada e revista por Alfredo Bossi; revisão da tradução e tradução dos novos textos Ivone Castilho Benedetti. 5. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ADORNO, T. W. HORKHEIMER, M. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. 1. ed. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1985.

AMAZONAS, Biblioteca Digital. **Lei nº 283 de 25 de Abril de 1874**. Eleva a categoria de cidade, com denominação de Itacoatiara a Villa de Serpa. Secretaria da Presidência do Amazonas. Disponível em: <http://bv.cultura.am.gov.br/#/item/24080>. Acesso em: 05 mar. 2020.

AMAZONAS. Decreto nº 13.702 de 23 de janeiro de 1991. CRIA no Município de Itacoatiara a Escola Estadual “ANILIA NOGUEIRA DA SILVA” e dá outras providencias. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. 1991.

AMAZONAS. Portaria GS N.º 323/91, de 18 de fevereiro de 1991. DETERMINAR que NEGILDA NOGUEIRA DA SILVA, Professora MP-I-EC-A1, Cargo n.º 2859 e Regime Especial, exerça a função gratificada de Diretora da Escola Estadual “Anília Nogueira da Silva”, da Unidade Educacional de Itacoatiara, a contar de 01.02.91. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**. 1991.

ANTUNES, Ricardo; PINTO, Geraldo Augusto. **A fábrica da educação: da especialização taylorista à flexibilização toyotista**. v. 58. São Paulo: Cortez, 2017.

ARRUDA, R. S. V; DIEGUES, A. C. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

BABBAGE, C. *On The Economy Of Machinery and Manufactures*. Londres: Second edition enlarged. 1832.

BATISTA, Djalma. **O complexo da Amazônia: Análise do processo de desenvolvimento**. 2. ed. Manaus: Valer, Edua e Inpa, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BECKER, Bertha. **Geopolítica da Amazônia**. Estudo Avançados. Universidade de São Paulo: Instituto de Estudos Avançados. v. 1, n. 1, 1987.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. Política Social e Método. In: BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. **Políticas Sociais: Fundamentos e História**. 5. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2008.

BEHRING, E. R.; BOSCHETTI, I. C. **Políticas Sociais: Fundamentos e História**. 5. ed. v. 2. São Paulo: Cortez, 2008.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: Para uma teoria geral da política**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 11. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: DIFEL, 1989.

BRASIL. **Decreto nº 7.520, de 8 de julho de 2011**. Institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica - “LUZ PARA TODOS”, para o período de 2011 a 2014, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7520.htm. Acesso em: 16 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 10.762, de 11 de novembro de 2003**. Dispõe sobre a criação do Programa Emergencial e Excepcional de Apoio às Concessionárias de Serviços Públicos de Distribuição de Energia Elétrica, altera as Leis nº 8.631, de 4 de março de 1993, 9.427, de 26 de dezembro de 1996, 10.438, de 26 de abril de 2002, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.762.htm. Acesso em: 16 fev. 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9985.htm. Acesso em: 17 ago. 2019.

BRITO, Rosa Mendonça de. Elementos constitutivos dos processos de pesquisa. In: BRITO, Rosa Mendonça de. (Org.) **Caminhos Metodológicos do processo de pesquisa e de construção de conhecimento**. Manaus: Edua, 2016.

BRUYNE, Paul de Jacques Herman; SCHOUTHEETE, Marc de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais**: os polos da prática metodológica. Tradução de Ruth Jaffily. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

CHAVES, M. P. S. R. **Uma experiência de Pesquisa-Ação para Gestão Comunitária de Tecnologias Apropriadas na Amazônia**: O estudo de caso do assentamento de Reforma Agrária Iporá. Campinas: UNICAMP/CIREN. Tese de Doutorado, 2001.

CHAVES, M. P. S. R.; SIQUEIRA, M. S. Políticas Públicas da Amazônia: estudo do Programa Bolsa Floresta em comunidade ribeirinha no Amazonas. In CHAVES, P. S. R.; SANTIAGO, J. L. (orgs.) **Inovação, Desenvolvimento e Sustentabilidade na Amazônia**. Manaus: Edua, 2014.

CURY, Carlos R. Jamil. A educação básica como direito. **Cadernos de Pesquisa**, v. 38, n. 134, p. 293-303, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0238134>. Acesso em: 15 mai. 2018.

DA SILVA, Dáfni Priscila Alves; FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; DA SILVA, Anderson Henrique. O poderoso NVivo: uma introdução a partir da análise de conteúdo. **Revista política hoje**, v. 24, n. 2, p. 119-134, 2015. Disponível em: [file:///C:/Users/Ufam1010/Downloads/3723-8175-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Ufam1010/Downloads/3723-8175-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 10 out. 2020.

DA COSTA, Elinaldo Ferreira et al. Validação de uma problemática de pesquisa. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 10, p. 80962-80978, 2020.

Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/18675>. Acesso em: 10 out. 2020.

DUARTE, N. **Sociedade do Conhecimento ou Sociedade das Ilusões?:** polêmicas do nosso tempo. 1. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

ENGELS, F. **O papel do trabalho na transformação do macaco em homem.** EbooksBrasil. 1999. Disponível em: http://forumeja.org.br/sites/forumeja.org.br/files/F_ANGELS.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

ENGUIITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola:** educação e trabalho no capitalismo. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FAYOL, Henry. **Administração Industrial e Geral.** São Paulo: Atlas, 1950.

FORD, Henry. **Minha vida e minha obra.** São Paulo: Martin Claret, 1995.

FRIGOTTO, G. Os Delírios da Razão: crise do capital e metamorfose conceitual no campo educacional. In GENTILI, P. (org.). **Pedagogia da Exclusão:** Crítica ao neoliberalismo em educação. 13. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a construção democrática no Brasil: da ditadura civil-militar à ditadura do capital. FAVERO, Osmar; SEMERARO, Giovane. (orgs.) **Democracia e Construção do Público no pensamento educacional brasileiro.** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002, p. 53-68.

GAMBOA, Silvio Sánchez. Quantidade-qualidade: para além de um dualismo técnico e de uma dicotomia epistemológica. In: SANTOS FILHO, José Camilo dos; GAMBOA, Silvio Sánchez. (Orgs.) **Pesquisa Educacional:** quantidade-qualidade. 8. ed. vol. 46. São Paulo: Cortez, 2013.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. Ed, São Paulo: Atlas, 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos Sociais:** Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRAMSCI, A. **Concepções dialéticas da história.** 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

IBGE, Itacoatiara. Censo Agropecuário 2017. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/itacoatiara/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 05 mar. 2020.

IBGE, Itacoatiara. Panorama Cidades e Estados. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/am/itacoatiara/panorama>. Acesso em: 05 mar. 2020.

IPAAM. **Mapa de distribuição dos Polos Administrativos do município de Itacoatiara.** Manaus: IPAAM, 2003.

KUENZER, A. Z. **Pedagogia da Fábrica:** as relações de produção e a educação do trabalhador. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 1986.

LESSA, Sergio. Lukács: trabalho, objetivação, alienação. **Trans/Form/Ação**, v. 15, p. 39-51, 1992. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/trans/v15/v15a02.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2020.

LEWIN, Kurt. **Group Decision and social Change**. In: SWANSON, G. E, *et. al.* Nova York: McGraw-Hill, 1952.

LOWY, Michel. **Ideologias e ciência social: elementos para análise marxista**. São Paulo: Cortez, 2015.

Lukács, G. *Per una ontologia dell'essere sociale*, v. 2, Roma: Riuniti, 1981.

MANDEL, E. **A crise do Capital**. São Paulo: Ensaio/UNICAMP, 1990.

MARX, H. K; ENGELS, F. **A ideologia Alemã: Primeiro Capítulo (1845/1846)**. Ed. MORAES, R. C. eBooksBrasil, 1999. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/ideologiaalema.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

MARX, Karl. **O capital**. V. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. **O capital: critica da economia política**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987. 1, v. 1 e 2.

MARX, Karl. **O capital: critica da economia política**. 33ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Tomo 1, v. 1.

MARX, Karl. **O capital: Livro 1- Capitulo VI (Inédito)**. São Paulo: Ciências Humanas, 1978.

MARX, Karl. **Origem do capital**. São Paulo: Global, 1977.

MATOS, Jônatas; NOGUEIRA, Amélia. As terras-caídas no careiro de várzea e as implicações para os moradores da comunidade Miracauera no Paraná do Careiro (Careiro da Várzea- AM). **Revista Geonorte**, Manaus, v. 5, n. 20, p. 128-134, Out. 2014. Disponível em: <http://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/revista-geonorte/article/view/1531>. Acesso em: 05 mar. 2020.

MAYO, Elton. **The Human Problems of na Industrial Civilization**. Nova York: The Macmillan, 1933.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000, p. 37-39.

MOURÃO, A. R. B. **A fábrica como espaço educativo**. São Paulo: Scortecci, 2006.

MOURÃO, A. R. B. *et. al.* Governança, território e desenvolvimento: uma leitura das finalidades dos institutos federais de educação na Amazônia brasileira, ciência e tecnologia. **Revista Portuguesa de Investigação Educacional**, v. 15, p. 53-69, 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/download/44208436/GOVERNANCA_TERRITORIO_E_DESENVOLVIMENTO.pdf. Acesso em: 17 ago. 2019.

MOURÃO, A. R. B. Tecnologia: um conceito historicamente construído. In: Maria Ciavatta e Ronaldo Rosas Reis. (Org.). **A pesquisa histórica em trabalho e educação**. Brasília: Liber Livro, 2010.

MOURÃO, A. R. B.; BORGES, H. S. Pensando a Educação Básica no campo Amazônico. In: Maria das Graças Sá Peixoto Pinheiro e Nádia Maciel Falcão. (Org.). **Políticas Públicas, Educação Básica e Desafios Amazônicos**. 1ed. Manaus: EDUA, 2016, v. 1, p. 185-210.

MOURÃO, Arminda Rachel Botelho; COSTA, Elinaldo Ferreira da; ALMEIDA, Carlos Augusto Gomes de. **O trabalho das crianças na agricultura família: exploração ou aprendizagem?** In: Reunião da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 39., 2019., Niterói/RJ.

NINA, Frederio; ALMEIDA, Neuler. Terceiro Cicol: interiorização do desenvolvimento. In: *A dinâmica do desenvolvimento econômico no Amazonas: desafios e perspectivas*. Manaus: Educa, 2015.

NOGUEIRA, Maria de Nazaré Leal. **O ensino escolar e o contexto sociocultural e ambiental de comunidades ribeirinhas no interior do estado do Amazonas**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos), Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/6235>. Acesso em: 05 mar. 2020.

NORONHA, Jose Monteiro de. **Roteiro da viagem da cidade do Pará até as últimas colônias do sertão da província**. Para: Typografia de Santos & irmãos, 1768.

OLIVEIRA, Claudemilson Nonato Santos de. **Urbanização no Médio Amazonas: a importância de Itacoatiara (AM) como cidade intermediária**. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia), Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal do Amazonas. Disponível em: <https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/2322>. Acesso em: 05 mar. 2020.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene Nordeste. Planejamento e conflito de classe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

PEREIRA, B. E; DIEGUES, A. C. Conhecimento de populações tradicionais como possibilidade de conservação da natureza: uma reflexão sobre a perspectiva da etnoconservação. Brasília/São Paulo: Ministério do Meio Ambiente/USP, 2001.

PICOLI, Fiorelo. **A violência e o poder de destruição do capital na Amazônia**. Florianópolis: Em Debate, 2012.

PINHEIRO, M. G. S. P.; CALDAS, E. C. R. Políticas Públicas e direito à educação: a educação de jovens e adultos no sistema estadual de ensino do Amazonas. In PINHEIRO, M. G. S. P.; FALCÃO, N. M. (orgs.) **Políticas Públicas, Educação Básica e Desafios Amazônicos**. Manaus: Edua, 2016, p.13-49.

PINTO, Álvaro V. **O conceito de tecnologia**. v. 1. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

PONTE, Z. P. X. **Amazônia, Projeto Desenvolvimentista, dissimulação e barbárie**. 2010. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, p. 56. 2017.

PRODANOVE, C. C; FREITAS, E. C. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas para pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2. Ed, 2013.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

RODRIGUES, J. D. L; CHAVES, M. P. S. **Política de educação na Amazônia: a efetivação de direitos em uma comunidade ribeirinha**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia) – Instituto de Filosofia, Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2019.

SANTILI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis, 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A construção multicultural da igualdade e da diferença**. 1999. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/bitstream/10316/11020/1/A%20Constru%C3%A7%C3%A3o%20Multicultural%20da%20Igualdade%20e%20da%20Diferen%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 10 set. 2019.

SANTOS, Milton. **Da totalidade ao lugar**. 1. ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo**. 5. ed. São Paulo: USP, 2013.

SANTOS, Milton. **Território e História no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Milton. **Território e Sociedade: entrevista com Milton Santos**. 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SAVIANI, D. **Sistema Nacional de Educação e Plano Nacional de Educação: significado, controvérsias e perspectivas**. Campinas, SP: Autores Associados, 2014.

SHAKESPEARE, W. **A Tempestade (1623)**. ed. MORAES, R. C. eBooksBrasil, 1623. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/tempestade.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

SILVA, Edivânia Hosana da. **Imaginário das águas: narrativas "maravilhosas" da comunidade São José, no Careiro da Várzea, Amazonas**. 2009. Tese (Doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia) – Instituto de Ciências Humanas e Letras, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2009.

SILVA, Francisco Gomes da. **Cronologia Eclesiástica de Itacoatiara**. Manaus: Gráfica Ziló, 2018.

- SILVA, Juniele; HESPANHOL, Rosangela. Discussão sobre comunidade e características das comunidades rurais no município de Catalão (GO). **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 28, n. 3, 361-374, set/dez, 2016.
- SILVA, Marilene Corrêa da. **O paiz do Amazonas**. Manaus: Valer, 2004.
- SILVA, S. S; MOURÃO, A. R. B. **Políticas de formação inicial de professores do campo em Parintins**: contextos e contradições. 2017. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas. Manaus, p. 29. 2017.
- SMITH. A. **A economia clássica Textos**. Niterói: RJ: Forense Universitária, 1978.
- SOUZA, Marcio. **História da Amazônia**. 1ª Ed. Manaus: Valer, 2009.
- TAYLOR, Frederick W. **Princípios da Administração Científica**. São Paulo: Atlas, 1970.
- TAYLOR, Frederick W. **Shop Management**. Nova York: Harper & Bros, 1903.
- TAYLOR, Frederick W. **The Principles of Scientific Management**. Nova York: Harper & Bros, 1911.
- THOMÉ, Z. R. C. **Inovação tecnológica, intelectualização e autonomização da atividade humana na produção**: desafios para a educação. Manaus: EDUA, 2016.
- TOCANTINS, L. **O Rio Comanda a Vida**: uma interpretação da Amazônia., Rio de Janeiro: Companhia Editora Americana, 1972.
- TÖNNIES, Ferdinand. Comunidade e sociedade como entidades típico-ideais. In. FERNANDES, Florestan (Org.). **Comunidade e sociedade**. 1 ed. São Paulo: Nacional, 1973, p. 97- 285.
- TORREIRO, Marcos Domínguez. O papel da fisiocracia em nossos dias: uma reflexão sobre a análise econômica dos recursos naturais e do meio ambiente. **Galega de Economia**, v. 13, n. 1-2, p. 0, 2004. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/391/39113204.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
- UCHÔA, Iraci Carvalho. **Trabalho e Educação do campo no Contexto Amazônico**: Um estudo em uma comunidade camponesa do médio rio Solimões. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas. Manaus, 2018.
- VYGOTSKI, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fonte, 1984.
- WAGLEY, Charles. **Uma comunidade Amazônica**. Belo Horizonte MG: Itatiaia, 1988.
- WANDSCHEER, Clarissa Bueno. **Patentes & Conhecimento Tradicional**: Uma abordagem socioambiental da proteção jurídica do conhecimento tradicional. Jurua Editora, 2004.

WITKOSKI, Antônio Carlos. **Terras, Florestas e águas de Trabalho:** os camponeses amazônicos e as formas de uso de seus recursos naturais. São Paulo: Annablume. 2010.

ANEXOS

Anexo 1 - QSE Professores

Formulário QSE - Professores			
Nome	Situação Civil	Idade	Gênero F() M() Outros ()
Como você se considera Negro() Indígena () Branco() Pardo ()			
Se você se considera indígena, qual a sua etnia?			
Naturalidade (Estado/Município)		Endereço da Escola em que trabalha	
Além de ser professor (a), você exerce outra atividade qual?		Aqui escreva o endereço onde você mora	
Sua Escolarização Ensino Fund. () Ensino Méd. () Ensino Sup. ()		Participação em Programa de Formação Continuada Programa Escola da Terra () Programa Escola Ativa ()	
Forma de ingresso no Ensino Superior PARFOR-UFAM () PARFOR UEA () Normal Superior () Outros () Se você respondeu outros, qual a instituição?		Qual o curso superior que você cursou?	
Forma de ingresso como professor de escola Anília Nogueira da Sila Processo seletivo () Concurso Público () Indicação ()			
1) Quantos anos de experiência você tem como professor na escola camponesa Anília Nogueira da Silva?			
2) Descreva as características estruturais da escola onde você trabalha, antes e depois da enchente?			
3) Quais as séries que você trabalha?			
4) Quantos alunos há na escola em que você trabalha?			
5) Quantos alunos há na escola em que você trabalha?			
6) Na sua opinião a como a escola camponesa Anília Nogueira da Silva, pode possibilitar aos alunos um melhor aprendizado? Justifique sua resposta.			
7) Na sua opinião, o que poderia ser feito para a melhoria do ensino na escola camponesa Anília Nogueira da Silva?			
8) Quais as dificuldades enfrentadas pelo professor (a) quando se trabalha nas escolas camponesa Anília Nogueira da Silva?			
9) Quanto as atividade de trabalho camponês comunitário, como você identifica a relação das inovações e intelectualização transmitidas pela escola e suas aplicações no habitus do trabalho camponês?			
10) Como ocorre as aulas na escola Anília Nogueira da Silva? O modus vivendi camponês é observado quando se planeja uma aula? Justifique sua Resposta.			
11) O trabalho camponês exige algum conhecimento básico que é socializado através da Escola Anília Nogueira da Silva? Como esse trabalho pode contribuir para o fortalecimento do modus vivendi camponês?			
12) Qual o calendário na escola Anília Nogueira da Silva?			
13) Qual o material didático que você utiliza?			
14) Relate sua experiência como professor na escola camponesa Anília Nogueira da Silva			

Anexo 2 – QSE Estudante

Formulário QSE - Estudante			
Nome	Situação Civil	Idade	Gênero F() M() Outros ()
Como você se considera Negro() Indígena () Branco() Pardo ()			
Se você se considera indígena, qual a sua etnia?			
Naturalidade (Estado/Município)	Endereço da Escola em que você estuda		
Além de ser estudante, você exerce outra atividade qual?	Aqui escreva o endereço onde você mora		
Sua Escolarização Ensino Fund. () Ensino Méd. () Ensino Sup. ()	Participação em cursos profissionalizantes Informática Básica() Outros () Você respondeu outros, quais?		
Você estudou em alguma outra escola camponesa na região? SIM () NÃO() Se você respondeu SIM, qual a instituição?		Qual o curso superior que você gostaria de cursar?	
Forma de ingresso como Aluno na escola Anília Nogueira da Sila Transferência de Escola () Mudança de comunidade() Outros () Se você respondeu outros, descreva resumidamente, como ingressou na escola? Se você respondeu Transferência, qual a instituição/Endereço?			
1) Há quantos anos você estuda na escola camponesa Anília Nogueira da Silva?			
2) Descreva as características estruturais da escola onde você estuda, antes e depois da enchente?			
3) Qual a séries que você cursa atualmente?			
4) Quantos alunos há na sala ou turma em que você estuda?			
5) Quantos alunos há na escola em que você estuda?			
6) Na sua opinião como a escola camponesa Anília Nogueira da Silva, pode possibilitar aos alunos um melhor aprendizado? Justifique sua resposta.			
7) O que poderia ser feito para a melhoria do ensino na escola camponesa Anília Nogueira da Silva?			
8) Quais as dificuldades enfrentadas pelo (a) aluno (a) quando se estuda nas escola camponesa Anília Nogueira da Silva?			
9) Quanto as atividade de trabalho camponês comunitário, como você identifica a relação das inovações e intelectualização transmitidas pela escola e suas aplicações no habitus do trabalho camponês?			
10) Como ocorre as aulas na escola Anília Nogueira da Silva? O modus vivendi camponês é observado nas aulas? Justifique sua Resposta.			
11) O trabalho camponês exige algum conhecimento básico que é socializado através da Escola Anília Nogueira da Silva? Como esse trabalho pode contribuir para o fortalecimento do modus vivendi camponês?			
12) O trabalho realizado por sua família requer algum tipo de conhecimento que a escola poderia contribuir ou socializar com as demais famílias? Aponte.			
13) Relate sua experiência como aluno na escola camponesa Anília Nogueira da Silva			

Anexo 3 – QSE Camponeses Comunitários

Formulário QSE – Camponeses Comunitários			
Nome	Situação civil	Idade	Gênero F() M() Outros ()
Como você se considera Negro() Indígena () Branco() Pardo ()			
Se você se considera indígena, qual a sua etnia?			
Naturalidade (Estado/Município)	Endereço da comunidade em que você mora		
Além de ser camponês, você exerce outra atividade qual?	Aqui escreva o endereço onde você mora		
Sua Escolarização Ensino Fund. () Ensino Méd. () Ensino Sup. ()	Participação em cursos profissionalizantes Informática Básica(). Outros (). Você respondeu outros, quais?		
Você estudou em alguma escola camponesa na região? SIM (). NÃO(). Se você respondeu SIM, qual a instituição?	Até que série você estudou?		
Se estudou na escola Anília Nogueira da Silva qual foi a forma de ingresso?			
Transferência de Escola () Mudança de comunidade() Outros ()			
Se você respondeu outros, descreva resumidamente, como ingressou na escola? Se você respondeu Transferência, qual a instituição/Endereço?			
1) Há quantos anos você estudou na escola camponesa Anília Nogueira da Silva?			
2) Descreva as características estruturais da escola na época que você estudava?			
3) Atualmente, você cursa alguma modalidade de ensino, qual modalidade e em qual instituição?			
4) Quanto a comunidade que você reside, quantas pessoas e/ou famílias residem na sua comunidade?			
5) Quais as principais formas de trabalho realizadas pelos camponeses na sua comunidade?			
6) No seu trabalho existem habitus e formas de realizar uma atividade que podem ser socializadas com a sua comunidade através da escola? Descreva.			
7) Como você percebe a relação do <i>modus vivendi camponês</i> no trabalho e a Inserção de novas técnicas no seio camponês comunitário através da escola?			
8) Como você aprendeu as técnicas que você utiliza para realizar o seu trabalho camponês? Descreva.			
9) Os conhecimentos que você utiliza para realizar o seu trabalho poderia ser socializado através da escola? Como isso poderia contribuir para o fortalecimento da sua comunidade camponesa?			
10) Na sua opinião como a escola camponesa Anília Nogueira da Silva, poderia possibilitar aos camponeses um melhor aprendizado? Justifique sua resposta.			
11) O que poderia ser feito para a melhoria do ensino na escola camponesa Anília Nogueira da Silva?			
12) Na sua percepção como os conteúdos ensinados na escola Anília Nogueira da Silva poderiam interagir com a comunidade e quais os benefícios que poderiam resultar para a relação com o trabalho camponês?			
13) Relate sua experiência como trabalhador camponês e sua relação com a escola Anília Nogueira da Silva			

Anexo 4 – Decreto nº 13.702, de 23 de janeiro de 1991, cria a EEANS

Diário Oficial

DECRETO Nº 13.702, DE 23 DE JANEIRO DE 1991

CRIA no Município de Itacoatiara a Escola Estadual "ANÍLIA NOGUEIRA DA SILVA" e dá outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, usando da atribuição que lhe é conferida pelo artigo 54, item VIII, da Constituição Estadual;

CONSIDERANDO, ainda, o que consta do Processo nº 008048/90-GAGOV,

DECRETA:

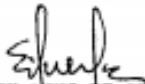
Art. 1º - Fica criado, no Município de Itacoatiara, a Escola Estadual "ANÍLIA NOGUEIRA DA SILVA", situada na localidade denominada Costa da Conceição, ficando a mesma jurisdicionada à Unidade Educacional de Itacoatiara.


Art. 2º - Ficam criadas 01 (uma) Função Gratificada de Diretor de Estabelecimento de Ensino-FDE e 01 (uma) Função Gratificada de Secretário, Símbolo FG-7, destinadas à Escola de que trata o artigo anterior.

Art. 3º - A Secretaria de Estado da Educação e Cultura, estabelecerá os graus e modalidades do ensino mantidos pela Escola, através do Conselho Estadual de Educação.


Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO DO AMAZONAS, em Manaus, 23 de janeiro de 1991.

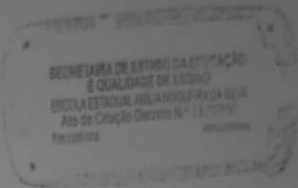

ÁTILA SIDNEY LINS DE ALBUQUERQUE
Governador do Estado, em exercício


JOSÉ MELO DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Educação e Cultura

Anexo 5 – Termo de Anuência Escola Estadual Anília Nogueira da Silva


 UFAM	Universidade Federal do Amazonas Faculdade de Educação Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGE	Página 1/1
--	---	------------

TERMO DE ANUÊNCIA



Declaramos para os devidos fins que estamos de acordo com a execução do projeto de pesquisa intitulado "A ESCOLA E OS EMBATES DA INTELECTUALIZAÇÃO E DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO *HABITUS* DO TRABALHO CAMPONÊS AMAZÔNICO", sob a coordenação e a responsabilidade do (a) Prof (a). Dra. Arminda Rachel Botelho Mourão da Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, que será realizado pelo proponente **Elinaldo Ferreira da Costa**, mestrando discente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, o qual terá o apoio desta Instituição Escola Estadual Anília Nogueira da Silva.

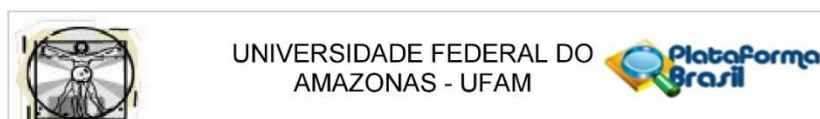
Itacoatiara, 11 de Março de 2019.


Escola Estadual Anília Nogueira da Silva
 Rua 151 - 2000 - 20137

Representante da Escola Estadual Anília Nogueira da Silva

Função: gestora

Anexo 6 – Aprovação de Projeto de Pesquisa no CEP/Plataforma Brasil



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: A ESCOLA E OS EMBATES DA INTELCTUALIZAÇÃO E DAS INOVAÇÕES TECNOLÓGICAS NO HABITUS DO TRABALHO CAMPONÊS AMAZÔNICO

Pesquisador: Elinaldo Ferreira da Costa

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 08025119.5.0000.5020

Instituição Proponente: Universidade Federal do Amazonas - UFAM

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

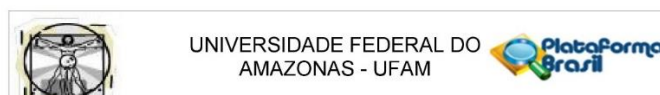
Número do Parecer: 3.249.290

Apresentação do Projeto:

RESUMO: Até pouco tempo a Amazônia era considerada uma área de poucos recursos, o que limitava as possibilidades dos grupos humanos desenvolverem ali uma sociedade avançada (SOUZA, 2009, p. 32), “os achados e descobertas arqueológicas eram atribuídas a presenças passageiras de grupos andinos e mesoamericanos”. Contudo, o autor afirma que nos últimos 20 (vinte) anos, surgiram estudos que mudaram essa abordagem e buscaram provar que a Amazônia compôs, na pré-história, um vasto e rico cenário de sociedades humanas, constituídas de grandes complexidades econômicas e sofisticação cultural. Após a descoberta da Amazônia, no século XVI, Batista (2007) destaca que os povos colonizadores realizaram diversas tentativas de posse: “pela embocadura, os holandeses, franceses e ingleses, e mais os portugueses; atravessando a cordilheira, a oeste, os espanhóis”. O Autor pontua que a partilha da Amazônia se deu com a viagem de Pedro Teixeira (1637-1639), demarcando os limites dos domínios Português e Espanhol. Souza (2009) afirma que quando os colonizadores aqui chegaram, a Amazônia não era uma um vazio demográfico, habitavam este espaço um conjunto de sociedades hierarquizadas, de alta densidade demográfica, ocupavam o solo com povoações em escala urbana, possuíam sistemas intensivos de produção de ferramentas e cerâmicas, agricultura diversificada, rica complexidade cultural, ideologias e sistema político centralizado. Ao passar dos anos e com a inserção de novas populações nas calhas dos Rios, e a catequização das populações nativas, bem como os conflitos que decorreram desta colonização, estas populações foram perdendo espaço

Endereço: Rua Teresina, 495
Bairro: Adrianópolis
UF: AM **Município:** MANAUS
Telefone: (92)3305-1181 **CEP:** 69.057-070
E-mail: cep.ufam@gmail.com

Página 01 de 08



Continuação do Parecer: 3.249.290

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

MANAUS, 08 de Abril de 2019

Assinado por:
 Eliana Maria Pereira da Fonseca
 (Coordenador(a))

Anexo 7 – Lei nº 282 de 25 abril de 1874, elevação de Itacoatiara a categoria de cidade

